



resenha

de política exterior do brasil

número 21. 15 a 31 de março; abril, maio e junho de 1979

1. a posse do presidente joão figueiredo
2. saraiva guerreiro anuncia as metas do itamaraty
3. viagem do chanceler helmut schmidt ao brasil
4. aureliano chaves a mondale: novos passos nas relações brasil-eua
5. vice-presidente do iraque visita Brasília
6. no dia do diplomata, chanceler analisa as relações internacionais
7. ministro dos negócios estrangeiros da Itália no brasil
8. a visita do ministro dos petróleos de Angola, Jorge Morais
9. no Brasil, o ministro das Minas e Energia da Nigéria
10. em Brasília, o vice-primeiro-ministro da República Popular da China

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

a posse do presidente joão figueiredo

Discurso do Presidente João Figueiredo, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 15 de março de 1979 ao receber, do Presidente Ernesto Geisel, o cargo de Presidente da República.

Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel:

Os passos de Vossa Excelência, eu os acompanhei em toda a minha vida. Para mim, Ernesto Geisel sempre foi exemplo de virtudes militares e cívicas a seguir e emular.

Deus me premiou ao fazer-me receber esta faixa, insígnia da mais alta magistratura da nossa Pátria, das mãos honradas de Vossa Excelência.

O elogio de seu governo, melhor do que eu, toca a Nação o faz. Toda a Nação aí está para dar testemunho da história real dos cinco anos que hoje se encerram. Como seu antigo ministro, tudo o que diga será pouco.

Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do bem da Nação e do Povo.

Vi quando mudou convicções amadurecidas, diante de soluções mais adequadas.

Vi quando entre tantas propostas conflitantes — ousou escolher a melhor, ainda que a menos popular.

Vi a serena e patriótica lucidez de Vossa Excelência quando — a despeito de duras crises, no

âmbito nacional e internacional — soube conduzir o País a um real progresso social e político.

E peço a Deus que, ao sair deste Palácio, daqui a seis anos, tenha percorrido o caminho exemplo de Vossa Excelência: caminho que é a própria História da nossa Pátria.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos:

Dos cargos e funções públicas, poucos serão tão nobilitantes quanto aquele que é o próprio símbolo da continuidade constitucional.

Ser Vice-Presidente da República — como tão bem demonstrou Vossa Excelência — é um constante exercício de humildade, modéstia e confiabilidade. A um passo do poder, cabe-lhe sobretudo, estar pronto a servir.

Ao deixar a Vice-Presidência, sai Vossa Excelência cercado do respeito dos brasileiros e agasalhado na estima de todos, que tanto o apreciamos.

Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai;

Excelentíssimo Senhor General-de-Divisão David Padilla Arancibia, Presidente da República da Bolívia,-

Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Alberto da Mota Pinto, Primeiro-Ministro da República Portuguesa,-

Excelentíssimo Senhor Doutor Henck Alphonsus Arron, Ministro-Presidente e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros da República do Suriname,-

Excelentíssimos Senhores e Senhoras Chefes e membros das Missões Especiais que aqui vieram para assistir à minha posse:

Honra-me especialmente a presença, nesta cerimônia, dos altos Representantes de um número tão expressivo de nações, com as quais mantêm o Brasil as melhores relações de amizade e de cooperação.

convivência harmoniosa caracteriza a diplomacia brasileira

A inalterável tradição de convivência harmoniosa, que caracteriza a diplomacia brasileira, inspira-me a reafirmar, neste momento, o roteiro proposto pelo Barão do Rio-Branco, no começo do século, para a política externa brasileira. "O Brasil do futuro", disse ele, "há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito e no bom senso e, como hoje, pela sua cordura; desinteresse e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos".

Saúdo, com fraterno sentimento, os representantes das Nações de nossa comunidade latino-americana. Ao expressar o apreço pela presença de Vossas Excelências, ressalto a convicção de que os laços que nos unem serão ainda mais reforçados e enriquecidos.

Vejo com satisfação a presença dos representantes de nações que, como o Brasil, se empenham na luta pela superação do subdesenvolvimento e pela construção de uma sociedade mais justa, nos planos nacional e internacional. Rogo que levem de volta a seus povos, na América Latina, África e Ásia, a expressão da solidariedade, em tão nobre causa, do Governo e do povo brasileiro.

Recebo com especial contentamento a presença de representantes de nações africanas de recente independência. Toca-me profundamente o significado histórico de tal fato. Considero-o marco importante de um relacionamento, cujas perspectivas são tão amplas quanto entrelaçadas nossas raízes étnicas, lingüísticas e culturais.

Aos Senhores representantes de todas as nações irmãs da África, transmito a certeza do contínuo apoio do Brasil às aspirações dos povos daquele Continente.

Aos países desenvolvidos, da Europa Ocidental, das Américas e do Pacífico, aos quais nos ligam um precioso acervo de laços históricos e tantas identidades culturais, desejo expressar o constante empenho do Brasil numa aproximação crescente para ainda maior benefício de nossos povos, e engrandecimento dos valores comuns.

Às Nações com sistemas diferentes do nosso, reitero a disposição de manter um relacionamento profícuo e dinâmico. Desejamos aproveitar construtivamente todas as oportunidades de cooperação, com resguardo das singularidades sociais e políticas, na esperança de um caminho de paz.

Senhores e Senhoras: de regresso a seus países, a todos peço transmitir a seus governos a afirmação de que o Brasil será sempre um interlocutor amistoso, um parceiro leal.

A mensagem deste Brasil generoso e hospitaleiro — que peço levar de volta a seus povos — é de otimismo e confiança em nosso futuro comum.

Os meus votos pessoais são de prosperidade e paz.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça,-

Excelentíssimo Senhor Senador Luiz Vianna Filho, Presidente do Senado Federal;

Excelentíssimo Senhor Deputado Homero Santos, Presidente em exercício, da Câmara dos Deputados,-

Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal;

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado do governo Geisel;

Meus Ministros de Estado,-

Meus senhores, minhas senhoras:

Para o Vice-Presidente Aureliano Chaves e para mim, as palavras do nosso juramento, perante o Congresso Nacional, não são expressões rituais ou protocolares. São o penhor de dedicarmos ao bem do povo brasileiro todas as nossas forças, todo o nosso caráter. Nele empenhamos honra e vida.

assegurar uma sociedade livre e democrática

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel.

Reafirmo.- é meu propósito inabalável — dentro daqueles princípios — fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente presidente Ernesto Geisel, prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.

Reafirmo: sustentarei a independência dos poderes do Estado e sua harmonia, fortalecendo, para que atinja sua plenitude, a Federação sonhada pelos fundadores desta Pátria.

Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado — sem sobressalto — o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição.

Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente.

Reafirmo a dedicação total, minha e de meu governo — ao ideal, plenamente atingível em nossos

dias — de propiciar condições dignas de vida a cada cidadão.

Para que melhor se distribuam, entre todos, os frutos do trabalho de todos.

Para que a riqueza nacional não seja meio de ostentação de uns e de opróbrio de outros.

Para que não sobre a uns poucos o que a muitos falta.

Para que as regiões e os Estados se diferenciem uns dos outros pela personalidade e pela tradição cultural. Não pelo contraste entre a opulência e a privação injusta e inumana.

Reafirmo a prioridade ao desenvolvimento agropecuário. Como meio de prover rapidamente à elevação dos padrões alimentares do povo. Como forma de melhorar substancialmente a qualidade de vida nos campos.

Reafirmo.- o combate à inflação é condição preliminar ao desenvolvimento. E será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos preços.

Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos, os custos do nosso desenvolvimento.

Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra — tão mais cruel, porque mais próximos os bens da civilização.

Reafirmo a minha determinação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa — em relação ao trabalho produzido às suas necessidades como chefe de família e à harmonia entre os vários segmentos da sociedade. Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: "Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações".

Reafirmo: cada brasileiro tem direito de receber do Estado os cuidados básicos com sua saúde, com a própria educação e a dos filhos; assistência médico-social na enfermidade, no desemprego e na velhice; habitabilidade nas casas; meios de transporte que não sacrifiquem nas filas e nas conduções, o tempo destinado ao lazer e ao convívio.

**assegurar uma administração
eficiente e proba**

Brasileiros e Brasileiras:

Vou entregar-me de corpo e alma às tarefas do governo, para assegurar uma administração eficiente e proba.

Rápida nas decisões.

Simple nas relações com as pessoas e as entidades.

Preocupada com o bem comum.

Vigilante na preservação da ordem pública e dos direitos das pessoas e da sociedade.

Firme na segurança das instituições. Prudentes e serena na utilização dos instrumentos legais existentes para esse fim.

Numa nação jovem, como a nossa, é natural uma certa dose de impaciência, na promoção dos anseios populares. Ai de nós se nos faltasse o entusiasmo da juventude. Reafirmo meu desejo de encontrar os jovens; com eles confraternizar; e com eles avançar democraticamente na construção da Pátria de nossos filhos e netos.

É o que espero fazer, com a ajuda de Deus e dos brasileiros.

Muito obrigado.(*)

(*) O discurso de despedida do Presidente Ernesto Geisel foi publicado por esta Revista, em seu número 20.

saraiva guerreiro anuncia as metas do itamaraty

Discurso do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 15 de março de 1979, ao receber do Embaixador Antônio Azeredo da Silveira o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Excelentíssimo Senhor Embaixador
Antônio F. Azeredo da Silveira,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Com grande honra, recebo das mãos de Vossa Excelência o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. As palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar bem ilustram a inteligência, a dedicação e a tenacidade que soube mobilizar para a condução eficaz da diplomacia brasileira em sua gestão à frente do Itamaraty. Fico-lhe grato pelas referências pessoais que Vossa Excelência a meu respeito fez, as quais só posso atribuir à nossa longa amizade, e pelas que fez a minha mulher, estas, sim, justificadas.

Permita-me dizer-lhe, com toda a objetividade, que os anos em que esta Pasta esteve confiada à sua direção muito honram a diplomacia brasileira. Vossa Excelência, com o talento e o dinamismo que lhe são reconhecidos, soube impulsionar a política externa, mantendo um perfil diplomático sintonizado com os interesses do país e as aspirações da gente brasileira.

Receba, portanto, a homenagem e o agradecimento pelo muito que realizou.

Essa homenagem — desejo acrescentar — se estende na íntegra a May que, com graça feminina, simpatia e dotes de personalidade forte, esteve ao seu lado, confirmando, por sua dedicação e senso de medida, o respeito e a admiração que sempre teve de todos nós.

Ao convidar-me para exercer as altas funções de Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sua Excelência o Senhor Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo distinguiu-me com sua confiança generosa. Profundamente agradecido pela honra que me fez, procurarei corresponder, com lealdade e imaginação, ao desafio que a esse dignificante encargo corresponde. Com o maior empenho pessoal, buscarei expressar, no cotidiano, ao Senhor Presidente da República, minha total adesão à tarefa que me cometeu, de chefiar a diplomacia brasileira, numa época em que tantos horizontes se abrem à ação criativa do Brasil, no plano externo.

A ascensão à chefia da Casa de Rio-Branco constitui, para o diplomata, ocasião excepcional e requer o exercício em sua plenitude das potencialidades políticas que seu ofício encerra. Assumo, pois, o Itamaraty consciente da responsabilidade política indeclinável e intransferível que, sob a alta direção do Presidente da República, cabe ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo desempenho da diplomacia brasileira.

diplomacia passa por transformações aceleradas

Como todas as demais atividades, a Diplomacia passa por transformações aceleradas e se torna, a cada dia, mais ágil e flexível. Nessa época de mudança, é particularmente importante valorizar as tradições que esta Casa pôde construir, mas ao preservá-las, não devemos permitir que se transformem em obstáculos ou entraves à nossa capacidade de iniciativa. Inspirados em nossa história e tradições, devemos estar preparados para enfrentar com espírito aberto os cambiantes desafios da política internacional.

É igualmente parte de nosso tempo que os assuntos diplomáticos, ressaltados os aspectos de natureza sigilosa, sejam tratados de público e que, para seu encaminhamento político, dependam do respaldo da opinião nacional.

O momento brasileiro é, felizmente, de diálogo e, conseqüentemente, especial atenção será dedicada ao aperfeiçoamento dos canais de comunicação do Itamaraty com o Congresso Nacional e com os seus membros. O Itamaraty estará igualmente preparado para estreitar seus contactos com a imprensa, com as universidades e com cada setor da sociedade que revele, com ânimo patriótico, genuíno interesse no campo das relações exteriores. Desse modo, nosso permanente exercício profissional será, sempre que possível, enriquecido pela contribuição que esses setores possam prestar.

É necessário «pie essa abertura para o diálogo seja acompanhado, em nossa instituição, por um sentimento de cooperação com responsabilidade. Nenhuma política externa é descomprometida e funcionário algum pode fugir, sem grave falta, aos deveres da discricção profissional e do completo engajamento com as funções que exerce.

Os diplomatas, como todos os brasileiros, somos devedores de nosso grande país e, nesse espírito, devemos atuar na execução de nossas tarefas. O sentido de disciplina, a diligência e a observância da correta forma diplomática devem ser marcas permanentes de nossa Casa. Constituam elas o quadro dentro do qual podem fazer-se sentir, plenamente, a desejável capacidade individual de

imaginação e iniciativa, assim como a permanente preocupação de cada funcionário com a substância das questões externas de interesse do país, sem prejuízo da indispensável unidade e segurança da ação.

Todas essas são virtudes requeridas de uma Organização que precisa conciliar o necessário espraiamento geográfico de suas repartições e de seu pessoal com o dever de dar resposta pronta, eficiente e unificada ao comando político. No atual quadro internacional, é especialmente importante que o Itamaraty desempenhe com exatidão o seu dever de representar o país no exterior, que esteja cada vez mais preparado para acompanhar as variações na conjuntura mundial e regional e que tenha condições concretas para desempenhar suas tarefas de negociação, na indeclinável defesa dos interesses nacionais.

Atuaremos num panorama internacional marcado por transformações rápidas e, às vezes, dramáticas. Apesar de continuados esforços em favor da paz, multiplicam-se os sintomas da tensão internacional. Parece triunfar a concepção minimalista da **détente**, que a reduz a simples roupagem de um prolongado impasse estratégico. Tardam em dar frutos as negociações com vistas ao desarmamento nuclear, persistindo o quadro de temor que tem caracterizado nossos tempos. Em variados quadrantes, materializam-se conflitos que contribuem para fixar uma inquietante sensação de insegurança internacional. Até mesmo nossa região não escapa de controvérsias, que passam às vezes por fases agudas. Mas nela, por felicidade, está presente um autêntico sentimento de identidade comum que alimenta a visão do futuro e tende a superar episódios. Além disso, do outro lado do Atlântico, na África, a que nos ligam tantos laços, permanecem sem solução questões relativas à autodeterminação e soberania dos povos, bem como subsistem inaceitáveis políticas e práticas racistas, que se constituem em verdadeiras ameaças à paz e à segurança internacional.

crise económica internacional não retrocedeu

No plano económico — não menos do que no político —, estão presentes motivos para sérias apreensões. A crise da economia internacional não

dá sinais de retroceder, o que gera toda sorte de incompreensões e dificuldades. A instabilidade cambial continua a afligir o sistema monetário e a lançar dúvidas sobre a qualidade de sua gestão. Apesar de reiterados protestos de adesão aos princípios de liberalismo econômico, o protecionismo comercial continua em expansão no mundo desenvolvido e impede ou limita o acesso de nossos produtos manufaturados aos mais importantes mercados consumidores. E, no entanto, para que o Brasil possa aumentar sua presença na economia internacional como país importador e como tomador de recursos financeiros, o que é do interesse de todos, é imprescindível que existam condições externas para que possamos ampliar e diversificar nossas exportações. Não se contenta o país — nem isso se compadeceria com seu modelo econômico — que as exportações cresçam lentamente ou que se restrinjam a uma lista de poucos produtos. Por outro lado, as atuais condições do mercado petrolífero — sua instabilidade e a continuada elevação dos preços — representam sérios problemas que deveremos enfrentar com todo o empenho.

A evolução da conjuntura econômica internacional penaliza diferentemente os países e, ao criar novos obstáculos às nações que lutam por desenvolver-se, faz necessário o reforço dos vínculos de solidariedade que as unem.

Para responder a esse panorama a política externa estará organizada, conceitualmente, como acentuou Sua Excelência o Senhor Presidente da República, de acordo com três vetores fundamentais: o universalismo, a dignidade nacional e a vocação brasileira para a boa convivência. Vamos, pois, utilizar ao máximo o nosso potencial diplomático e a nossa capacidade de convencimento. A política externa se guiará por princípios cardeais, entre os quais sobressaem a independência nacional, a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias e a cooperação para o desenvolvimento e o bem-estar.

A política exterior visará a preservar o Brasil como parceiro confiável, como país que cumpre seus compromissos e que se desincumbirá, com ânimo de paz e desenvolvimento, de suas responsabilidades internacionais. O compromisso exter-

no do país buscará corresponder, de forma ordenada e precisa, às realidades e aspirações nacionais. Nesse contexto, o desenvolvimento pacífico em todos os domínios e o acesso completo do país ao conhecimento científico e tecnológico constituem direitos irrenunciáveis a preservar em sua inteireza.

País de aspirações legítimas que não são apenas compatíveis com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, senão também que neles se inspiram, o Brasil pode e deve desempenhar seu papel, crescentemente protagônico, como fator de paz, progresso e esperança internacional.

Atuaremos sem preconceitos e de forma construtiva tanto no plano bilateral, quanto no multilateral. Ambos os caminhos são válidos e a escolha entre eles deve depender tão somente de circunstâncias a serem examinadas em cada caso concreto.

O que realmente importa é que a ação externa do Brasil se caracterize pela seriedade nas negociações e guarde harmonia nos diferentes planos, foros e temas. Velarei para que isso ocorra e para que os meios funcionais e administrativos sejam adequados às tarefas políticas que incumbem ao Itamaraty. Estimularei, inclusive, a abordagem planejada e integrada das atividades desta Casa, com o propósito de assim incrementar a nossa capacidade de atuar.

Nossa conduta externa refletirá uma atitude de respeito mútuo, de franqueza e lealdade, despida de preconceitos inibitórios ou critérios apriorísticos. Para o resguardo dos interesses nacionais, teremos sempre cuidado da boa e correta forma, à qual se ligará a imagem de uma diplomacia conhecida por suas tradições de decoro e representatividade e por sua vontade de negociar.

unidade na ação externa brasileira

A ação externa do País deve ser unívoca. O desenvolvimento nacional, o processo de descentralização administrativa e o adensamento de nossas relações exteriores exigem atenção redobrada para essa tarefa de coordenação interna. Ao se preocupar, politicamente, com a globalidade e com cada um dos aspectos da face externa do País, o Itamaraty funciona como órgão central

de um verdadeiro sistema governamental voltado para o exterior.

Em estreita cooperação com outros órgãos estatais ou entidades e empresas privadas, o serviço diplomático brasileiro empenhar-se-á, cada vez mais, na identificação e aproveitamento das oportunidades para ampliar e racionalizar as relações do Brasil com os países amigos, quer no campo econômico e comercial, quer no político e cultural. Da mesma forma, estaremos interessados em cooperar com os países amigos que desejem participar, com proveito mútuo, do desenvolvimento do Brasil, em todos os setores.

Dentro de nossa Casa, prosseguirei no esforço da modernização e atualização. Para que o Itamaraty atue como dele se espera, é necessário não apenas que seus integrantes tenham plena consciência das renúncias inerentes ao desempenho da função pública, mas também que disponham, por outro lado, de condições práticas para bem cumprir suas tarefas e para realizar os objetivos profissionais a que validamente ambicionam. Essas serão preocupações constantes da Administração, no intuito de manter as tradições de presença e de atuação do Ministério das Relações Exteriores.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Sob a chefia ilustre do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Brasil hoje inicia uma nova etapa da sua vida nacional e, conseqüentemente, de sua política externa. Nosso país é

dotado de um conjunto de qualidades que o individualiza. Nossas particularidades nacionais nos predis põem a entender o mundo exterior e a participar da cena internacional. Mais ainda, o vigor de nossa personalidade nacional nos estimula a uma atitude aberta, segura e sem preconceitos com relação à comunidade das nações. País formado por variadas etnias, com ampla extensão territorial, ecologias diversificadas e regiões em diferentes estágios de desenvolvimento, tem o Brasil sabido, entretanto, através de sua história, sintetizar em profundidade a sua unidade nacional e a boa convivência de seu povo. O Brasil é, assim uma nação autêntica e solidária. Nossas realizações no passado são a melhor garantia de que saberemos encontrar os nossos caminhos.

O Brasil exige uma diplomacia capaz de conciliar agilidade com lucidez e de combinar senso de oportunidade com espírito de inovação, uma diplomacia marcada por um dinamismo sereno, que integre de forma harmoniosa, os elementos de firmeza e flexibilidade necessários para o eficiente resguardo dos interesses nacionais. A diplomacia brasileira se norteará pela incansável disposição de negociar e pela tranqüila e paciente busca da composição de interesses, o que não significará, entretanto, transigência quanto a legítimas aspirações e interesses do Brasil.

Estou certo de que, nessa tarefa, poderei contar com a dedicação de cada um dos funcionários do Itamaraty e que, em conjunto, prestaremos a contribuição que nos cabe no esforço nacional em prol do desenvolvimento autônomo e integrado e do bem-estar de todos os brasileiros. (*)

(*) O discurso de despedida do Chanceler Azeredo da Silveira foi publicado por esta Revista, em seu n.º 20,

joão clemente baena soares assume a secretaria-geral das relações exteriores

Discurso do Embaixador João Clemente Baena Soares, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de março de 1979, ao receber, do Embaixador Dário Moreira de Castro Alves, o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Cinco anos atrás, era Vossa Excelência, Senhor Ministro de Estado, quem assinava o termo de posse como Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Tendo dado ao cargo a dimensão de seu talento e rigor intelectual, marcou Vossa Excelência um caminho que somente sua amizade generosa pode encontrar em mim condições de percorrer.

Aceite Vossa Excelência toda minha gratidão pelo gesto de confiança. Peço-lhe ser o alto intérprete junto ao Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo de meu profundo agradecimento pela designação feita.

Assumo o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores com o mesmo ânimo e o mesmo objetivo que, desde o início, têm inspirado e orientado minha carreira: servir ao país, bem servindo ao Itamaraty.

Com essa disposição, enfrentarei a tarefa e o dever regimental de zelar para que seja dado cumprimento diligente e estrito às diretrizes de política exterior e firme execução às linhas de ação diplomática, conforme determinadas pelo Senhor Presidente da República e por Vossa Excelência.

Estou certo de receber, para esse fim, o apoio de meus amigos e colegas na Secretaria de Estado

e no exterior. Desejo com eles desenvolver amplo diálogo e beneficiar-me de suas ideias e sugestões.

Dirijo uma palavra muito especial aos colegas mais jovens: espero que, confiantes, tragam sua imaginação — e mesmo suas inquietações — para tornar mais fértil esse diálogo.

Entendo que a Secretaria-Geral pode estimular e canalizar a criatividade desta Casa; que deve servir como ponto de convergência e, ao mesmo tempo, de irradiação de propostas e iniciativas — atuar, mediante um planejamento integrado, com vistas a eliminar descompassos e possíveis conflitos de competência que lhe cabe velar pelo constante aperfeiçoamento dos meios de trabalho do Ministério e das condições profissionais de todos os seus funcionários.

A ampliação dos horizontes externos e as solicitações crescentemente complexas que recaem sobre o Itamaraty, consequência do progresso acelerado do país, exigem de todos os setores da Casa e de cada um de seus membros uma perfeita sintonia com a realidade nacional e a consciência sempre mais aguda do conteúdo eminentemente político de todos os seus atos. O país precisa contar, em sua diplomacia, com um instrumento institucional cada vez menos atado à reiteração de fórmulas e soluções rotineiras, e cada vez mais afinado, ágil, inovador — cada vez mais capaz de prever e planejar.

Queremos obra fecunda. Para isso, vamos trabalhar juntos, coesos, solidários. Os resultados de ações fragmentárias são incertos e frágeis. Os esforços setoriais somente adquirem sentido, equilíbrio e consistência quando integrados em projetos diretores de ação.

A responsabilidade da Secretaria-Geral consiste justamente em apresentar a Vossa Excelência, a resultante de uma tarefa coordenadora, em que tenham estado presentes e atuantes as unidades da Secretaria de Estado e os postos no exterior. Essa tarefa será cumprida.

Senhor Ministro de Estado,

Permita-me recordar que, durante a gestão de seu antecessor, exerci funções que me deram a oportunidade de participar de uma fase de grandes e significativas transformações na presença externa do Brasil e me propiciaram conviver de perto com as qualidades pessoais e a sensibilidade humana do Embaixador Antônio Azeredo da

Silveira, a quem deixo registrado meu sincero reconhecimento.

Essa experiência assinala também um ponto em comum com o Embaixador Dário Castro Alves, velho companheiro, de cujas mãos recebo a Secretaria-Geral, por ele ocupada com a mesma dedicação e elevado espírito público com que desempenhou tantas e importantes funções neste Ministério. Desejo-lhe bom êxito nos novos encargos que lhe confie o Governo e formulo votos por sua felicidade pessoal.

Senhor Ministro de Estado,

Tem Vossa Excelência a admiração e o respeito de todos os que trabalham no Itamaraty, em suas diversas carreiras e escalões, aqui e no exterior. Deles, terá também a lealdade e o entusiasmo, a disciplina e o espírito criador.

Para o cumprimento de sua alta missão de Chefe da diplomacia brasileira, pode contar Vossa Excelência com todos nós.

viagem do chanceler helmut schmidt ao brasil

Discursos do Presidente João Figueiredo e do Chanceler Federal da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 03 de abril de 1979, por ocasião do banquete oferecido ao representante alemão.

JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Chanceler Federal
Helmut Schmidt,

Excelentíssima Senhora
Doutora Hannelore Schmidt,

É com especial satisfação que saúdo a presença de Vossas Excelências e de sua ilustre comitiva, em nosso País.

Esta visita, que se realiza logo nos primeiros dias do meu governo, é testemunho vivo dos laços de amizade que unem o Brasil e a República Federal da Alemanha. É também, claro indício da perseverança e da fortitude de brasileiros e alemães, no esforço profícuo de cooperação, que distingue as relações entre nossos países.

Para estreitá-las ainda mais, o meu antecessor, presidente Ernesto Geisel, teve a grata oportunidade de visitar a República Federal, no ano passado.

Agora, é a nossa vez — minha e de meus concidadãos — de retribuir, nas pessoas de Vossas Excelências, a amistosa acolhida e os gestos de

cordialidade e deferência então tributados ao Brasil e ao seu Presidente.

Senhor Chanceler Federal:

A República Federal da Alemanha está presente onde quer que se coloquem temas de interesse para o futuro da humanidade. As responsabilidades alemãs ocupam o primeiro plano, tanto nas complexas questões de relacionamento Leste-Oeste, quanto no longo diálogo — nem sempre produtivo — entre as nações industrializadas do hemisfério Norte e as vastas áreas em desenvolvimento do Terceiro Mundo.

De Vossa Excelência, sei que é mundialmente conhecido e respeitado, como estadista de talento. No breve contacto que hoje mantivemos, pude apreciar o rigor intelectual, o desassombro e a lucidez política, que marcam sua personalidade.

Não é favor dizer, portanto, que a inspiração e a capacidade do seu governo constituem precioso fator de confiança, no conturbado panorama internacional da atualidade. É nessas circunstâncias que Vossa Excelência tem feito ouvir a voz moderada e realista de seu país — invariavelmente em favor da paz, da segurança e do bem-estar dos povos.

Vivemos uma época em que novos e dinâmicos equilíbrios se estabelecem entre as nações. O mundo está em mudança. Nele não mais prosperam esquemas discriminatórios, ou que visem ao retorno de relacionamentos ultrapassados.

Por felicidade, nossos países têm sabido harmonizar seus interesses, em moldes altamente satisfatórios. A cada dia, o diálogo entre Brasília e Bonn ganha mais substância, porque lastreado pelos valores fundamentais da igualdade soberana dos Estados, e da não-ingerência nos assuntos internos de cada um. Nossas relações revestem-se de significado cada vez maior, porquanto voltadas para o respeito mútuo e a convivência harmoniosa. Para a cooperação em prol do desenvolvimento pacífico de ambas as nações.

êxitos importantes na intensificação das relações políticas

Vimos alcançando êxitos importantes na intensificação de nossas relações políticas. Em poucos anos, superamos o distanciamento recíproco. Iniciamos a operação de um sistema de consultas em alto nível, que muito tem contribuído para a nossa aproximação e esclarecimento. É minha opinião que devemos prosseguir na trilha de entendimento aberta por esses contactos, e buscar sempre novas formas de intercâmbio de ideias entre nossos Governos.

Vossa Excelência, Senhor Chanceler Federal, já nos conhece desde a visita feita ao Brasil, antes de assumir a chefia do governo da Alemanha Federal. Pode, portanto, bem avaliar o caminho percorrido pela nação brasileira na procura do seu desenvolvimento.

Embora sejamos parte de um mundo interdependente, estamos conscientes de que a responsabilidade primordial pelo progresso nacional incumbe ao próprio povo brasileiro. Em consequência, o Brasil está profundamente empenhado em levar adiante sua luta pelo desenvolvimento. Já conseguimos vencer alguns obstáculos importantes. Contamos, na verdade, com apreciável acervo de realizações, alcançadas à custa de trabalho e sacrifício.

Assim, para vencermos os obstáculos externos ao desenvolvimento, que persistem em sobreviver — buscamos a cooperação construtiva dos países mais desenvolvidos. Nesse particular — assinalo-o com justiça — encontramos na República Federal da Alemanha a correspondência amistosa às nossas preocupações e anseios.

Acredito, portanto, que Vossa Excelência saberá apreciar a determinação nacional de incorporar à sociedade brasileira todos os benefícios da civilização contemporânea. Da mesma forma, poderá reconhecer os profundos compromissos deste país: com o desenvolvimento económico; com a justiça social; e com as liberdades cívicas, dentro da ordem democrática.

Senhor Chanceler Federal:

No árduo esforço que a Nação brasileira empreende, a cooperação económica, científica e tecnológica entre nossos dois países é de especial importância.

O intercâmbio comercial teuto-brasileiro, que em 1971 somava 700 milhões de dólares, alcançou no ano passado a significativa marca de dois bilhões de dólares.

Tal crescimento é sobremodo satisfatório, pela dinâmica e pelo volume das transações. Nos próximos anos, novos e mais altos patamares poderão ser ainda alcançados. E isso acontecerá, com certeza, na medida da nossa capacidade de mobilizar as agências de nossos governos e os setores privados, interessados no intercâmbio entre o Brasil e a República Federal.

A adaptação do comércio bilateral às realidades económicas dos dois países justifica um renovado esforço conjunto, para aperfeiçoar a estrutura de nossas trocas de mercadorias e serviços. Na pauta das exportações brasileiras, ainda predominam, de longe, os produtos primários. Entretanto, os objetivos comerciais do Brasil não se restringem à sustentação e ao incremento dessas vendas.

O parque industrial brasileiro, como bem sabe Vossa Excelência, continua a desenvolver-se e a diversificar-se. Os próprios investimentos alemães

têm sido de extrema valia na ampliação da capacidade produtiva brasileira. Além de atender ao mercado interno, a indústria contribui, de forma cada vez mais intensa, para dinamizar nossas exportações.

Só assim o progresso brasileiro manterá seu ritmo. Só assim poderá o Brasil pagar importações condizentes com as necessidades de seu desenvolvimento e as aspirações de bem-estar de seu povo.

Nesse contexto, estamos certos de continuar contando com o valioso apoio do governo de Vossa Excelência, na luta comum para fazer recuar as tendências protecionistas na Comunidade Econômica Europeia e nos demais países industrializados.

A respeito dessa matéria, a posição de Vossa Excelência é bastante conhecida e respeitada. Relembro, em especial, o recente apelo que fez em Frankfurt, concitando os países industrializados a renovar sua oposição às manifestações crescentes de protecionismo. Vossa Excelência afirmou, então, ser preciso resistir à tentação de usar o protecionismo para eternizar as atuais estruturas do comércio internacional.

protecionismo é mal para todos

Efetivamente, as práticas protecionistas são um mal para todos. Restringem o acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Subtraem indispensáveis receitas de exportação aos países em desenvolvimento. Reduzem sua capacidade de importar e de comprometer-se com serviços externos.

No mercado interno dos países desenvolvidos, aquelas práticas ajudam a agravar a pressão inflacionária, sem dúvida um dos principais problemas de nossos dias.

No campo da cooperação bilateral, o Brasil e a República Federal da Alemanha conjugaram seus esforços de modo verdadeiramente exemplar.

O Acordo de Cooperação no campo dos usos pacíficos da Energia Nuclear, existente entre nós desde 1975, espelha a grandeza de nossas relações. Demonstra, também, a viabilidade da cooperação horizontal e equitativa entre países em diferentes estágios de desenvolvimento.

O Governo brasileiro está decidido a assegurar normalmente a implementação de nosso Acordo. Reafirmo nossa posição de cumprir as obrigações nele previstas e de garantir o acesso do País às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear, mediante a aplicação das salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica.

O Acordo Básico de Cooperação Técnica, o Acordo Geral sobre Cooperação em setores de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico compõem, ainda, o quadro de nossa profícua colaboração. Além disso, facilitam a ambos os Governos a adoção de novas e diversificadas iniciativas, em muitos campos de atividade. É meu firme propósito que, do lado brasileiro, sejam criadas condições para prosseguir na expansão e na diversificação sistemáticas de nossos amplos programas de cooperação.

Senhor Chanceler Federal,

A tradicional amizade que une os nossos povos, a mútua confiança que caracteriza nossa cooperação; a substancial convergência de muitas de nossas posições; o próprio caminho que já percorremos juntos — tudo isso basta para encararmos com otimismo o futuro de nossas relações. Eventuais dificuldades em relações de tal envergadura jamais arrefecerão a vontade de nossos povos e Governos de ampliá-las e diversificá-las, com ânimo fraterno e maduro.

Com esses votos, peço a todos os presentes que levistem as suas taças e brindem comigo à saúde e felicidade pessoal de Sua Excelência o Chanceler Federal Helmut Schmidt, e de sua estimada e distinta esposa, Doutora Hannelore Schmidt à crescente prosperidade da República Federal da Alemanha, e à duradoura amizade e cooperação teuto-brasileira.

Muito obrigado.

HELMUT SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssima Senhora Figueiredo,

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Também em nome da minha mulher, das Senhoras e Senhores da minha comitiva, desejo agradecer sinceramente a Vossa Excelência, Senhor Presidente, as palavras de saudação extremamente amáveis a nós dirigidas. Bem sabemos apreciar a calorosa acolhida e a hospitalidade que Vossa Excelência nos oferece, tão pouco tempo após a sua investidura no cargo.

Esta é minha primeira visita oficial à América Latina. Com surpresa verifiquei ser eu também o primeiro Chefe de Governo alemão que, no decorrer da longa e tradicional história das relações entre a Alemanha e a América Latina, vem visitá-la. Isso talvez seja uma coincidência histórica ou uma manifestação do conceito de que Chefes de Governo devem governar em casa, deixando viagens longas a cargo dos seus Ministros do Exterior.

Mas, certamente, não é por acaso que minha viagem à América Latina me conduz primeiro ao seu país ao qual, em função de sua grandeza, do número de seus habitantes e do seu rápido desenvolvimento, cabe uma grande responsabilidade na América Latina e no mundo, e ao qual nos liga um entendimento baseado em amizade.

Senhor Presidente, há um ano atrás, por ocasião da visita à República Federal da Alemanha do seu predecessor, o Senhor Presidente Ernesto Geisel, na Declaração Conjunta, de 10 de março de 1978, manifestamos o nosso propósito de aperfeiçoar e aprofundar a compreensão e cooperação, bem como de intensificar a troca de pontos de vista. Desde então temos registrado grande progresso nesse caminho.

Os Ministros do Exterior acordaram, numa troca de cartas, a realização de consultas periódicas. Os pormenores da nossa cooperação foram discutidos em reuniões regulares da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Económica e da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Ciência e Tecnologia. Um fluxo de visitantes graduados em ambas as direções tem assegurado uma troca de experiência em quase todos os campos da política, da economia e da cultura.

estreita e sólida a cooperação teuto-brasileira

A cooperação teuto-brasileira é estreita e sólida. Empresas industriais alemãs prestam uma importante contribuição aos impressionantes esforços empreendidos pelo Brasil para transformar-se num país industrializado moderno. O nosso intercâmbio comercial cresce de ano para ano, tornando-se sempre mais diversificado. A época em que um parceiro fornecia apenas matérias-primas e o outro apenas produtos manufaturados há muito tempo pertence ao passado.

Também por outra razão nós alemães estamos ligados aos brasileiros por elos de amizade: até dependemos um pouco dos senhores em nossa vida cotidiana: tomamos seu café que nos estimula, fumamos seu tabaco que nos proporciona satisfação, e finalmente, às vezes assistimos ao jogo de futebol de um time brasileiro, e isso nos vem causando certa inveja, pois ultimamente importamos mais gois do que exportamos. Só posso felicitá-los pelo seu futebol da melhor categoria internacional. Relembro com certa saudade os tempos em que Pele e seu colega alemão Beckenbauer demonstraram juntos no Cosmos em Nova Iorque como se joga futebol.

Cientistas e técnicos alemães trazem sua experiência e seus conhecimentos para a construção do seu País, seja no campo da geologia ou da economia florestal, seja no combate às doenças tropicais ou na pesquisa de fontes alternativas de energia.

A nossa estreita cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear é caracterizada por um senso de responsabilidade, por realismo e equilíbrio.

O ativo intercâmbio cultural e científico contribui para melhorar o conhecimento recíproco e o entendimento entre os nossos Povos. Professores universitários alemães ministram cursos e realizam estudos no Brasil, professores brasileiros, na Alemanha, estudantes alemães procuram satisfazer sua curiosidade no seu País, enquanto que estudantes brasileiros procuram estímulos no nosso.

Generoso, o seu País abriu as portas a muitos compatriotas meus, proporcionando-lhes uma nova

existência, quando a fome, o desemprego e, nas trevas da ditadura de Hitler, a perseguição política obrigaram esses homens a deixar a sua pátria alemã.

Em resumo, Senhor Presidente, podemos estar satisfeitos com o estado das nossas relações. A dinâmica intrínseca e as profundas raízes históricas dessas relações permitem-nos considerar justificadas as nossas esperanças quanto à contínua intensificação e ao vigoroso desdobramento dessas relações também no futuro.

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, não seria porém suficiente julgarmos as nossas relações apenas sob um ângulo bilateral. Devemos manter viva a consciência do elevado grau em que continuamos a depender da estabilidade e da evolução pacífica também de todos os outros países.

cooperação internacional para um justo equilíbrio de interesses

A interdependência económica no plano mundial e o desnível Norte-Sul requerem de nós uma cooperação e uma política orientada para um justo equilíbrio de interesses também no âmbito internacional. Nem os fornecedores de produtos industriais nem os fornecedores de matérias-primas ou de petróleo têm o direito de exercer domínio ou tutela sobre os outros. Como a República Federal da Alemanha também o Brasil tem sentido nesses dias o quanto dependemos dos grandes produtores e fornecedores de energia, o quanto nós temos de confiar em que os países da OPEP — embora sejam justificados os esforços de assegurarem seus interesses nacionais — não percam de vista o que pode ser exigido à economia mundial e, notadamente, aos países em desenvolvimento em termos de restrições ao consumo de energia ou à solvência com relação a outras importações.

Assim como nos esforçamos para desenvolver novas fontes alternativas de energia como, por exemplo, energia solar e eólica, e juntamente com outros países industrializados implementar uma política energética adequada, assim também estamos dispostos a promover uma cooperação inter-

nacional com relação a outras matérias-primas e produtos básicos. Trata-se, em primeiro lugar, de manter e aprimorar uma economia internacional aberta ao comércio e aos investimentos, e capaz de funcionar. Atingir esse objetivo é possível apenas, se todos nós nos compreendemos como parceiros igualitários e procurarmos, num diálogo franco, compromissos que garantam uma ordem económica livre, flexível e eficaz, uma ordem económica que permita também aos países em desenvolvimento alcançar o progresso que lhes cabe.

Senhor Presidente, todos os esforços envidados por nossos, sim, por todos os governos que dão valor à justiça social e às condições de vida dignas do homem, poderão ser inúteis, se não conseguirmos manter a paz, que é o fundamento da existência de todos nós. Com preocupação, acompanhamos os conflitos no Oriente Próximo e no Extremo Oriente, bem como os desenvolvimentos bélicos na África. A ameaça não está eliminada. Meu povo vive numa Europa dividida, num país dividido, — por Berlim, a antiga capital da Alemanha, passa a linha de separação entre o Leste e o Oeste.

Indispensável para a segurança da República Federal da Alemanha é a nossa integração na Aliança do Atlântico Norte, cujo fundamento — executando os nossos parceiros na Aliança — é a sólida amizade com os Estados Unidos e o Canadá. Este destino, ou seja, vivermos na junção entre o Leste e o Oeste na Europa, é uma grande diferença entre o meu país e o seu.

Terminando, gostaria de mencionar ainda uma outra diferença característica, mas uma que nos inspira otimismo. Um olhar a essa façanha sem igual que é a sua capital Brasília, onde aterrissei apenas poucas horas atrás, mostra o que tenho em mente. A silhueta elegante, bem proporcionada desta obra sem par evidencia: o Brasil é jovem, o Brasil é audaz, o Brasil constrói para o futuro. Somente um povo tão jovem, constituído em sua maioria por jovens com menos de 18 anos, tem a audácia de construir uma capital milionária, em pouco mais de uma década, na imensidão do cerrado.

Apenas uma nação — permitam-me dizer isso com certa inveja como cidadão de uma nação dividida — uma nação que soube preservar a unidade de seu Estado do tamanho de um subcontinente está também em condições de concentrar as suas forças centrífugas no campo cultural, social, étnico e econômico nesse monumento à identidade comum.

Como hamburguês, a quem repugna a ostentação, e como homem que já sentiu o impulso de se tornar urbanista e arquiteto, o que mais me comove é a harmonia que irradia deste magnífico edifício do Itamaraty e do Palácio da Alvorada: dignidade do poder público em serena harmonia!

Para a evolução deste país contribuem homens cujos antepassados provêm de quatro continen-

tes. Isso determina a dinâmica do Brasil e possibilita um papel especial na política internacional.

Este país, no aperfeiçoamento de sua cultura multissecular, é rico em tradições e muito jovem no seu ímpeto indomável para o futuro, particularmente graças a sua composição étnica. Como acontece na sua maravilhosa e multifacetada música popular, essa mistura produz continuamente o novo, o qual por sua vez influencia o resto do mundo.

Esse povo jovem, corajoso e alegre merece um futuro feliz.

Neste sentido peço que comigo ergam as suas taças para brindar à saúde do Presidente da República Federativa do Brasil e da Excelentíssima Senhora Figueiredo e à amizade entre os nossos povos.

visita de helmut schmidt cria oportunidade para intensificar a cooperação brasil-rfa

Discurso do Presidente João Figueiredo por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo Chanceler Helmut Schmidt, na sede da Embaixada alemã, em Brasília, em 04 de abril de 1979.

Excelentíssimo Senhor Chanceler Federal
Helmut Schmidt

Muito me sensibilizam os votos que Vossa Excelência acaba de formular, e que bem expressam a amizade teuto-brasileira, e o espírito que preside a visita de Vossa Excelência e da Senhora Schmidt ao Brasil.

Nestes dois dias de conversa, pudemos iniciar um conhecimento pessoal, que rapidamente se transformou em entendimento e compreensão mútua. Fico reconhecido a Vossa Excelência, pela disposição de atender ao meu convite, e de vir ao nosso País, logo no início de meu Governo. Criou-se, assim, uma oportunidade para que possamos, des-

de já, intensificar a cooperação entre nossos dois países.

As nações brasileira e alemã têm-se conhecido e estimado, inclusive pela importante contribuição germânica à formação do povo deste País. Agora, temos diante de nós novos e promissores horizontes. Seu desbravamento depende apenas de coragem, de confiança recíproca, e da vontade de trabalharmos em comum.

Nesse espírito, permita-me convidar os presentes a que ergam suas taças em homenagem à amizade perene entre nossos países, ao progresso da Alemanha Federal, e à felicidade e ao êxito pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Hannelore Schmidt.

figueiredo a helmut schmidt: amplos campos abertos à cooperação entre brasil e rfa

Discursos do Presidente João Figueiredo e do Chanceler Helmut Schmidt, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 04 de abril de 1979, por ocasião da solenidade de assinatura de atos entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor chanceler federal, Helmut Schmidt.

No breve espaço de um dia tive o prazer de encontrar-me duas vezes com Vossa Excelência, para proveitosas reuniões de trabalho. Ao mesmo tempo, ilustres membros de sua comitiva discutiram com representantes do meu governo temas bilaterais e multilaterais, de interesse comum.

Agora que as discussões oficiais se encerram, no clima do mais perfeito entendimento, Vossa Excelência traz até aqui não só os altos funcionários do seu governo, que o acompanharam, mas também, os homens de ciência e da cultura, e os líderes empresariais e sindicais, que convidou porá virem ao Brasil.

Excelentíssimos senhores:

É para mim motivo de especial satisfação recebê-los aqui. Sei que Vossas Excelências representam alguns setores que fazem a República Federal tão respeitada em todo o mundo. A capacidade científica e tecnológica, o espírito empreendedor, gerencial e de trabalho de sua população estão bem simbolizados em Vossas Excelências.

Suas presenças entre nós testemunha a variedade e a importância das relações que unem nossos povos. Indica, também, os amplos campos abertos a cooperação entre nossos dois países.

A todos quero reafirmar a certeza de que o Brasil e a República Federal da Alemanha, depois desta

visita e destes encontros, continuarão, por muitos anos, a trilhar o caminho das relações internacionais baseadas nas discussões de boa fé, da cooperação profícua, e, em geral da boa vontade recíproca. Tudo isso encontra um fundamento nos laços culturais e econômicos que brasileiros e alemães souberam criar e fortalecer.

Agora, Vossa Excelência, Senhor chanceler federal e seus companheiros, se preparam para conhecer outras cidades, situadas em diferentes regiões brasileiras. Elas bem exprimem, em sua diversidade a alma do povo brasileiro e as aspirações que unem esta Nação. Vossas Excelências terão ocasião de encontrar-se com meus concidadãos que trabalham nas fábricas e nos campos.

Espero que esses contatos contribuam para que conheçam as realidades deste País. Sei que de todos receberão a mesma acolhida sincera, franca, leal e ampla que é tão característica da gente brasileira. Essa é a confiança que espero tenham de volta a República Federal.

Por fim, na reafirmação da amizade brasileira, desejo-lhe uma feliz estada entre seus fraternos amigos brasileiros.

Muito obrigado.

HELMUT SCHMIDT

Todos nós estamos muitíssimo satisfeitos com o estágio da cooperação dos nossos dois países e é com grande confiança que encaramos o futuro desenvolvimento das nossas relações. Quanto ao estágio de nossas relações, desejo chamá-lo de excelente. Nos setores que tem o nosso especial inte-

resse e a nossa especial simpatia, por um lado, o desenvolvimento económico do seu país que também, no futuro, vamos encanar de forma positiva e, por outro lado, a normalização política que Vossa Excelência se propôs, a si próprio e esta, particularmente, acompanhamos com especial simpatia. Em nome dos meus colegas desejo agra-

decir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a seus Ministros, pela hospitalidade e pela franqueza que caracterizou as nossas conversações. Tudo correspondeu plenamente às nossas expectativas. Permita que eu lhe dirija, por fim, convite para visitar o meu país, como presidente, naturalmente ainda durante o seu mandato.

chanceler alemão, em são paulo, fala sobre as perspectivas das relações teuto-brasileiras

Discurso do Chanceler Helmut Schmidt no Clube Transatlântico de São Paulo, em 05 de abril de 1979, por ocasião da reunião da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. O discurso de Helmut Schmidt foi precedido de uma saudação do presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior,

HELMUT SCHMIDT

Minhas Senhoras, meus Senhores!

Permitam-me iniciar com uma constatação simples mas importante. Os poucos dias que tenho estado no seu país e as poucas horas aqui em São Paulo me têm impressionado de uma maneira que francamente — não havia esperado.

Talvez os Senhores saibam que há mais de 20 anos atrás, como jovem político, já estive no Brasil e em São Paulo e que também tenho parentes que vivem no Brasil.

Entretanto, somente o contato pessoal nesses últimos dias, me fez apreciar o grande salto que o seu país deu nos últimos decênios. São Paulo, a gigantesca metrópole, é o centro industrial mais importante do Brasil, o maior do hemisfério sul. Considero São Paulo um exemplo do impressionante trabalho de construção que este país vem realizando e do dinamismo dos empresários e empregados que aqui trabalham, que orientaram o Brasil para o caminho de um grande país industrializado.

Sua energia, seu engenho e sua disposição de se impor e se afirmar na concorrência internacio-

nal contribuíram essencialmente para que o Brasil hoje, com justa razão, seja considerado uma potência emergente. Eu também considero o Brasil um país emergente económica e politicamente, de crescente importância.

Quase sempre comerciantes e empresários têm sido os primeiros a encontrar o caminho para novas fronteiras, e sua contribuição ainda hoje é de importância decisiva para a boa qualidade das relações entre os nossos dois países.

Sendo de Hamburgo, me alegro especialmente por terem sido comerciantes hanseáticos os pioneiros no relacionamento entre a Alemanha e o Brasil. Voltados para o mundo, sóbrios e, ao mesmo tempo, audazes, eles cedo reconheceram o papel e a importância especial do Brasil. Já em 1827 — isto é, há 152 anos atrás — por iniciativa da liga comercial foi concluído o primeiro tratado de comércio e navegação entre o império do Brasil e as três cidades hanseáticas Bremen, Hamburgo e Lubeque.

No decorrer da história temos desenvolvido uma grande amizade pelo Brasil; impressiona-nos sempre de novo a comunhão do Brasil com o espírito da Europa.

O que admiramos acima de tudo, é o dom do brasileiro de improvisar com serenidade e tranquilidade, onde nós alemães, às vezes, cremos poder alcançar o êxito apenas através de enérgico planejamento.

brasil deveria servir de modelo

A essa simpatia pela maneira de viver e pela espontaneidade brasileiras associa-se mais um sentimento: um aguçado interesse pelo Brasil e mais, por toda América Latina, baseado na história. Penso nos inúmeros imigrantes alemães, bem como nas contribuições de cientistas, artistas e escritores alemães que todas conduziram a uma intensificação do nosso relacionamento e ao respeito mútuo. O Brasil é um país sem discriminação racial, sem ódio entre raças e sem destruição da sociedade humana, a estes aliada. Seu país deveria servir de modelo para muitos outros países, onde convivem homens de proveniência distinta.

O peso da América Latina no mundo e, nomeadamente, a importância do Brasil têm crescido continuamente nos últimos tempos.

Consideráveis progressos no desenvolvimento da sua economia e das suas sociedades trouxeram a esses países, sem dúvida, mais independência no campo externo. Sua margem de ação aumentou.

Nas Nações Unidas e no diálogo entre os países industrializados e os em desenvolvimento têm grande peso.

Com especial interesse acompanhamos também a evolução interna nos países latino-americanos. Confiamos em que esses países resolvam as suas dificuldades estruturais e sociais de uma maneira que garanta ao Homem liberdade e uma participação justa na prosperidade económica.

Como social-democrata, a liberdade individual é para mim um bem augusto. É importante saber e persuadir-se de que a liberdade só pode ser duradoura no âmbito de um equilíbrio pacífico de interesses sociais, que deve ser conquistado sempre de novo, tanto na República Federal da Alemanha como no seu país.

Com grande interesse acompanho, por isso, os esforços envidados pelo seu país para a construção de uma sociedade aberta, democrática e justa, para os quais já o Presidente Geisel durante a sua visita oficial no ano passado chamou a minha atenção. Desejo aos Senhores e ao Senhor Presidente Figueiredo muita boa sorte no soluçionamento dessa tarefa.

Tentamos prestar nossa contribuição para tanto. Dentro da nossa cooperação económica com a América Latina, o Brasil ocupa o primeiro lugar. Até agora colocamos à disposição o montante de aproximadamente 1,3 bilhão de marcos alemães em forma de créditos e subsídios, ocupando assim o segundo lugar depois dos Estados Unidos.

Procuramos essa cooperação com a América Latina e, notadamente, com o Brasil, também para o futuro. Pois, pelo menos desde a crise do petróleo e a subsequente recessão económica internacional deve ter ficado claro a todos os responsáveis politicamente, que uma atuação isolada e unilateral de diversos países, terá sempre menores perspectivas de êxito. Necessitaremos de uma ação coordenada internacional que leve em consideração tanto os requisitos de uma cooperação internacional igualitária quanto os interesses nacionais.

Minhas conversações com o Presidente Figueiredo nos reafirmaram: isto é possível entre alemães e brasileiros. Entre ambos os Governos existem estreitas consultas periódicas. Tenho certeza que, a longo prazo, conduzirão também a uma maior convergência no âmbito multilateral e a uma apreciação diferenciada da nossa política nas resoluções internacionais. Nós alemães sempre nos temos esforçado por compreensão dos interesses brasileiros, e continuaremos a fazê-lo.

medidas para eliminar desnível económico e social

Outro aspecto comum é que ambos os Governos iniciam medidas para a eliminação do desnível económico e social no mundo, isto é, entre Norte e Sul, de maneira pragmática e, ao mesmo tempo, sensata. Desejo sublinhar o judicioso papel que o Brasil desempenha nesse diálogo.

Desse grande país que, ao mesmo tempo, deve enfrentar problemas de grandes diferenças regionais, de subdesenvolvimento regional com a necessidade de alcançar progressos na agricultura e, ao mesmo tempo, atender os requisitos de um vertiginoso ritmo de industrialização são esperadas, por isso, contribuições conceituais específicas — nascidas da experiência própria — para o solucionamento dos problemas Norte-Sul. Isso atende aos intrínsecos interesses brasileiros e corresponde, ao mesmo tempo, a sua função de líder no grupo dos países do Terceiro Mundo.

Não consigo compreender porque precisamente alguns países exportadores de petróleo desempenham o papel de representantes dos países em desenvolvimento nesse diálogo. Pois seus interesses são obviamente bem diferentes dos interesses dos Estados com pouco petróleo e especialmente atingidos pela alta do preço de petróleo como por exemplo, o Brasil, cuja demanda de energia precisamente em virtude do seu desenvolvimento industrial cresce desproporcionadamente. Muitos países em desenvolvimento, dependentes de importações de petróleo, foram atingidos bem mais seriamente pelo exorbitante aumento do preço de petróleo, nos últimos cinco anos, que os países industrializados, consumidores de petróleo.

O desenvolvimento económico do Brasil pode ser para os Senhores motivo de satisfação e justo orgulho. Alegro-me que o Governo brasileiro, em janeiro deste ano, tenha tomado uma atitude clara, resolvendo reduzir gradativamente as restrições às importações e os incentivos às exportações, introduzidos há alguns anos atrás, f um passo corajoso. I um passo na direção certa. Ele demonstra em que elevado grau o Brasil tem consciência das suas obrigações económicas à escala internacional.

Tenho ouvido aqui, algumas vezes, palavras críticas sobre a política comercial da Comunidade Europeia. Partilho a sua crítica a todo tipo de protecionismo. Ele não só prejudica os interesses vitais prementes dos países em desenvolvimento, como também ameaça, a médio prazo, o nível de vida das grandes massas de empregados nos países industrializados. Poderia conceber perfeitamente para a Comunidade Económica Europeia uma política comercial mais liberal ainda. Pois

tenho a firme convicção de que todos, afinal, tiram proveito de um comércio internacional liberal. A República Federal da Alemanha, por isso, sempre defenderá dentro da Comunidade Europeia a redução dos obstáculos ao comércio.

Examinando o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro com a Comunidade Europeia, só posso felicitar o seu país. Pois, segundo sua própria estatística, o Brasil, no ano passado, registrou em relação à Comunidade Europeia na balança comercial um superavit maior do que com qualquer outro país ou grupo de países (1,25 bilhão de dólares).

Os empresários brasileiros, num notável esforço, valeram-se — também no setor industrial — das chances que o mercado da Europa Ocidental lhes oferece. Isso inclui o hábil e determinado aproveitamento do Sistema Geral de Preferência que a Comunidade Europeia coloca à disposição dos países do Terceiro Mundo.

Dentro da Comunidade, a República Federal absorve a maioria dos produtos brasileiros — nem sempre para o agrado dos produtores e empregados alemães.

relações económicas teuto-brasileiras desenvolvem-se positivamente

No quadro das relações comerciais brasileiro-europeias já há muito tempo não são trocados apenas matérias-primas por produtos industriais, mas em escala crescente também produtos industriais por outros produtos industriais. O Brasil tem provado que a exigência de maior integração dos países em desenvolvimento na economia mundial não é uma utopia.

A sólida base do nosso entrelaçamento económico inclui também grandes projetos, como a cooperação teuto-brasileira no setor da energia nuclear ou a participação de empresas alemãs na construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Esses exemplos justificam minha expectativa de que as relações económicas teuto-brasileiras continuem se desenvolvendo positivamente em proveito recíproco. Do nosso lado estamos dispostos a prestar a contribuição necessária para tanto.

Minhas palavras sobre a disposição de abrir o mercado alemão às importações dos países em desenvolvimento, não são palavras vazias. Nós, entretanto, já agimos na prática e, realmente, registramos nas importações de países em desenvolvimento não produtores de petróleo em 1978 um superavit de aproximadamente 1,5 bilhão de marcos alemães. As taxas de crescimento das importações alemãs, provenientes desses países em desenvolvimento, são sensivelmente superiores ao crescimento da totalidade das importações alemãs. Isso, efetivamente, é a integração praticada com os países em desenvolvimento na divisão de trabalho dentro da economia mundial.

A abertura do Brasil para investimentos estrangeiros foi um fator muito importante para o rápido desenvolvimento do seu país nos últimos 15 anos. Naturalmente, também as empresas alemãs não vieram ao Brasil simplesmente por amor ao próximo. Sentiam-se atraídas por um: mercado promissor, por ricas fontes de matérias-primas e um grande potencial de mão-de-obra. Possivelmente a esperança de poder superar barreiras tarifárias e obstáculos às importações através de investimentos diretos terá sido de certa relevância. E por fim, as condições para investimentos estrangeiros, no Brasil eram favoráveis. As vantagens ficam, sobretudo no país receptor — isto é, na transferência de tecnologia e na geração de empregos na indústria. Digo isso, expressamente, mesmo sabendo que problemas, muitas vezes, surgem com empresas multinacionais.

Considero imprescindível a rigorosa observação do **code of conduct**, elaborado pela OCDE. Em todos os encontros que tive, nos passados anos, com dirigentes de empresas multinacionais, sempre indiquei que isso corresponde aos interesses tanto dos países atingidos como das próprias empresas multinacionais.

Baseando-se nisso, os investimentos estrangeiros trazem os seguintes benefícios:

- aportam capital a longo prazo,
- importam **know-how** técnico e empresarial,
- inspiram a diversificação das estruturas econômicas,

- fortalecem a capacidade de exportação do país receptor, e criam, através da ampliação das possibilidades de trabalho e sobretudo, também de formação, a pré-condição para a melhoria das condições de vida.

A indústria alemã criou apenas no Estado de São Paulo, direta ou indiretamente, cerca de 600.000 lugares de trabalho. Seu desempenho na formação técnica e na transferência de tecnologia é considerável.

Aqui, no entanto, cabe uma observação: cada marco alemão ou cada cruzeiro, investido pela indústria alemã, por exemplo no Brasil, naturalmente não pode ser investido, simultaneamente, na República Federal. Isso significa: com esse marco ou cruzeiro não podem ser criados lugares de trabalho no nosso país. Por isso, lá os empregados e os seus sindicatos vêem os investimentos no exterior, realizados por empresários alemães, com uma mescla de sentimentos. Mas, por outro lado, são suficientemente solidários para aceitarem o necessário sacrifício das próprias chances.

governo brasileiro deseja manter o afluxo de capital e tecnologia

Minhas conversações fortaleceram a minha impressão de que o Governo brasileiro deseja manter o afluxo de capital e de tecnologia.

Nomeadamente as pequenas e médias empresas possuem tecnologia sofisticada. Formam o potencial de uma segunda onda de investimentos, que complementa a das grandes empresas já aqui presentes.

Com satisfação ter-lhes-ia dito que a situação econômica mundial justifica, na minha opinião, um cauteloso otimismo. Realmente, os dados econômicos ao final do ano passado e no início do ano em curso indicaram uma tendência ascendente da economia mundial.

Mas não quero esconder que os recentes acontecimentos no mercado mundial de petróleo me preocupam. Isso novamente conduzirá a um ónus dos balanços de pagamentos, em particular, dos

países em desenvolvimento. Do mesmo modo foram agravados os problemas de adaptação dos países em desenvolvimento e dos países industrializados.

E, do mesmo modo, todos nós, os países industrializados e os em desenvolvimento, sofremos um revés na luta contra a inflação. Isso também me preocupa muito.

Pois, estou firmemente persuadido, e o desenvolvimento da economia mundial desde o início da década de 70 mostra, que os pilares de uma ordem económica internacional estável, que possa garantir também aos países do Terceiro Mundo uma parcela justa na produção e no comércio mundiais, não podem ser erigidos no solo pantanoso da inflação.

Hoje ainda não podemos avaliar em que medida resultarão, além disso, problemas de abastecimento de energia.

É certo entretanto, que devemos acelerar consideravelmente nossos esforços no sentido de economizar energia e aproveitar fontes energéticas alternativas.

Independentemente disso, porém, creio que as perspectivas do comércio teuto-brasileiro são positivas. A troca de mercadorias continuará crescendo. Desejo que os esforços brasileiros pela exportação tanto à escala mundial como na República Federal da Alemanha sejam coroados de êxito.

O Papa João Paulo II, na sua primeira encíclica **Redemptor hominis**, em poucas palavras chamou a atenção para a importância de uma ordem económica internacional justa: "Essa situação dramática não nos pode deixar indiferentes: ... A febre da inflação e o flagelo do desemprego são outros sintomas da grave desordem moral a nível mundial que exige por isso decisões ousadas e criativas ...

Realizar essa tarefa não é impossível ... O progresso nesse difícil caminho da indispensável remodelação de estruturas da vida económica só será possível, se houver uma verdadeira conversão da mentalidade, do propósito e do coração. Essa tarefa requer o determinado empenho dos

homens e dos povos em liberdade e solidariedade ..."

Minhas Senhoras e meus Senhores, creio que nós precisamos uns dos outros nesse determinado empenho dos homens na Europa e na América Latina, no empenho de nossos povos, ao qual nos convoca o Papa.

Por este motivo, procuramos a cooperação política com a América Latina e, notadamente, com o Brasil como parceiro igualitário num mundo interdependente.

Nós precisamos dos Senhores e temos muito que lhes oferecer,- os Senhores precisam de nós e também muito nos oferecem.

Assim, existem boas condições para solucionarmos juntos as tarefas que ainda teremos pela frente.

JOSÉ PAPA JÚNIOR

Senhor Chanceler Helmut Schmidt:

Saudando a presença de Vossa Excelência em São Paulo, desejamos, desde logo, manifestar o nosso reconhecimento pela valiosa contribuição alemã ao enriquecimento do património cultural e material brasileiro.

Toda humanidade vive, hoje, sob o signo de uma civilização que une, no mesmo destino, a sorte dos povos e nações, que fazem da terra a grande morada fraternal do homem. Porque estamos chegando a este grau de universalidade planetária, a interdependência é a vocação básica desses tempos em que, sob o impacto de extraordinário progresso, desmoronam velhas doutrinas isolacionistas. Desaparecimento dos limites culturais não decreta, porém, a extinção da individualidade de cada país e de cada povo. A grande beleza desse processo de universalização que estamos começando a viver reside, precisamente, em promover a unidade na multiplicidade. Guardando as suas características próprias, cada povo trabalha hoje, mais do que em qualquer época histórica, para preservar a unidade do espírito humano, irreduzível na sua essência, mas diversificado em suas manifestações.

No mundo em que vivemos é crescente a integração da humanidade, que a cada instante da história contemporânea, se sente idêntica nas suas aspirações de bem-estar, paz, concórdia e progresso.

Esta civilização solidária, que o vertiginoso desenvolvimento vem ampliando em ritmo incessante, corresponde, no plano dos valores morais, à sensibilidade mais profunda do povo brasileiro, que sempre entendeu a vida internacional como uma realidade fundada na cooperação material e na permuta das ideias, uma vez que, na troca de bens comerciais, está implícita a permuta dos valores técnico-científicos, que permitiram a sua criação.

A noção de países autárquicos, que se bastam a si mesmos, atenta contra o princípio da universalidade humana. Por mais pobre que seja um povo, ele não é tão pobre que não possa dar algo do melhor de si para o progresso geral da humanidade. Por mais rica que seja uma nação, ela não será bastante rica para que possa dispensar as contribuições que o resto da humanidade está disposta a oferecer à sua grandeza. E porque é assim, povos e nações não têm outro caminho a trilhar fora de um roteiro balizado pelo mútuo entendimento e ajuda recíproca.

jovem capitalismo busca o desenvolvimento económico e tecnológico

Essa é a ideia que o empresariado paulista possui sobre o intercâmbio com outras nações, até porque o nosso jovem capitalismo busca o desenvolvimento económico e tecnológico, na pauta do bem-estar social. A cooperação económica na qual acreditamos é, pois, aquela que vê o desenvolvimento não como um simples episódio dos interesses políticos e comerciais, mas como realização da vontade de promover o bem comum.

Vossa Excelência, Senhor Chanceler Helmut Schmidt, nesta visita ao Brasil, defronta-se com

um povo e um país determinados a alcançar a sua predestinação histórica. Mas a alcançá-la pelo trabalho, nas fábricas e nos laboratórios, nas empresas, nas universidades e nos campos, onde quer que o esforço do homem represente domínio da ciência sobre a natureza e, sobretudo, a gloriosa conquista do homem sobre si mesmo, representada pela adoção de estilos de vida fundamentalmente humanísticos.

Herdeiros da civilização ocidental, da qual a Alemanha é uma das grandes construtoras, ao mesmo tempo em que nos sentimos co-participantes dos destinos da Europa, nossa célula máter, não perdemos de vista os nossos compromissos com a América Latina, na qual a figura maior da cultura alemã — Goethe — identificou novas possibilidades de vida para a espécie humana.

A consciência dessas possibilidades dirige particularmente, a ação dos empresários paulistas, que me atribuíram a honra de vos saudar, neste encontro, que simboliza a função de nossa vontade de progresso com a ideia profundamente alemã de que o progresso, antes de se exprimir em realizações materiais, exprime-se nas aventuras do espírito e da cultura — a **kultur** de que sempre falou a Alemanha com religiosa veneração.

Senhor Chanceler,

As classes produtoras de São Paulo, reafirmando seu apreço pela Alemanha democrática e humanista, renova sua convicção de que a maior aproximação de nossos países, através do intercâmbio comercial e cultural, e da colaboração para o desenvolvimento científico, tecnológico, independente dos múltiplos benefícios que produzirá, há de significar passo avante no novo tipo de relacionamento internacional, que tem, na procura do progresso, o seu pressuposto e a sua justificativa mais alta. É com essa crença que vos saudamos, fazendo votos pela crescente prosperidade de vossa pátria.

helmut schmidt: o brasil é uma nação emergente e cada vez mais importante

Discursos do Governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, e do Chanceler da República Federal da Alemanha, em 05 de abril de 1979, por ocasião de almoço oferecido a Helmut Schmidt no Palácio dos Bandeirantes.

PAULO MALUF

Excelentíssimo Senhor Chanceler,

Não há aspecto da cultura alemã, Senhor Chanceler, que não tenha sido estudado. A sua literatura é bem conhecida das camadas intelectuais. Mas nunca será demais enaltecer a contribuição altamente positiva que o nosso desenvolvimento recebeu da Alemanha. Identificamo-nos com os alemães em vários campos, notadamente no científico e tecnológico.

Permita-me Vossa Excelência, Senhor Chanceler, que lembre, embora brevemente, a contribuição alemã em vários setores da nossa evolução. Hans Staden foi o primeiro visitante alemão de um elenco que iria formar tradição. Sua obra é fundamental para a compreensão dos nossos dias inaugurais.

Lembro o nome do grande cientista alemão Wilheem Ludwig von Eschwege, que nos visitou no século passado. Geólogo, mineralogista e engenheiro de minas, esse notável homem de ciência prestou relevantes serviços em sua profissão, e, ainda, fez pesquisas sobre tribos indígenas, algumas das quais, tendo-se extinguido, são conhecidas somente através de seus trabalhos.

De 1815 a 1817 estive no Brasil o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, antropólogo formado na famosa Universidade de Geottingen. Sua obra foi traduzida para o português, e é, sempre, fonte de informação para todos os estudiosos.

Deixando de lado outros nomes, cito ainda os de dois dos maiores cientistas alemães, que estuda-

ram profundamente o Brasil. Refiro-me a Karl Friedrich Philipp von Martius, botânico, e Johann Baptista von Spix, zoólogo. Ambos empreenderam viagem pelo Brasil, e escreveram alentada obra, traduzida e editada várias vezes, em nossa língua. Martius iniciou os estudos etnológicos no Brasil. Não fossem esses dois cientistas, e não teríamos conhecimento pormenorizado das culturas e línguas indígenas brasileiras.

No mesmo período, aqui estive George Henrich von Langsdorff, alemão a serviço da Rússia, na época. Com ele veio um dos pintores ao qual mais deve a nossa iconografia do século passado, o jovem Johann Maritz Rugendas. Este pintor fixou os usos e costumes brasileiros das cidades e das fazendas, imprimindo-se todos em gravuras, que ilustram livros e decoram interiores das casas brasileiras. Cito, ainda, para não me alongar, o príncipe Adalberto da Prússia, que viajou pelo Brasil, e Hermann Burmeister, Frans Keller Leuzinger e a princesa Tereza da Baviera.

Como vê Vossa Excelência, a lista é significativa mas deve ser especialmente citado o maior de todos, o naturalista Alexandre Humboldt, um dos grandes sábios da Humanidade. Esse cientista provocou emulação na Europa, tornando o Brasil conhecido dos estudiosos e chamando a atenção para a nossa natureza.

primeiros imigrantes foram alemães

Quando, logo depois da nossa Independência, no século passado, se cogitou de substituir o braço escravo pelo braço livre, os primeiros imigrantes

a pisarem terras brasileiras foram alemães. Fixaram-se no Rio Grande do Sul. Depois passaram para Santa Catarina, onde os traços dos usos, costumes e folclore germânicos são tão profundos, que é raro haver quem não fale ou, ao menos, não conheça o alemão, sendo ali nativo.

Em meados do século passado, os paulistas também trataram de substituir o braço escravo pelo livre, e o Senador Nicolau de Campos Vergueiro foi o primeiro a introduzir imigrantes alemães em sua fazenda, situada a cento e cinqüenta quilômetros desta Capital. Vieram em seguida sucessivas levadas de imigrantes germânicos.

Ademais da ciência, os alemães especializados em artes técnicas, também para aqui vieram. E tivemos os mecânicos, os marceneiros, os mestres de obras, os eletricitas, que concorreram para iniciar o processo de desenvolvimento econômico em São Paulo. Os primeiros mestres cervejeiros a se instalarem em São Paulo eram todos alemães. Como se não bastasse, informo que um dos maiores plantadores de café de São Paulo foi alemão. Sozinho, contando apenas com sua energia e capacidade de trabalho, Francisco Schmidt foi proprietário de dezenas de fazendas e de milhões de cafeeiros.

Os alemães fundaram empresas, clubes, sociedades culturais, colégios, abriram fazendas, montaram oficinas profissionais, dando um forte suporte ao nosso desenvolvimento. Tão vigorosa é a coletividade alemã, que circula em São Paulo um jornal diário, de boa tiragem, o **Deutsche Zeitung**. Um dos maiores clubes esportivos do Brasil, em número de sócios, foi fundado por alemães. Na ciência, na tecnologia, nas faculdades, no direito, na medicina, na engenharia, nas artes, os alemães têm brilhado sempre no Brasil, através de seus descendentes. Uma das características da civilização paulista, na era da opulência do café, era a educação alemã dos meninos e jovens. Pode-se dizer que numerosas famílias paulistas tinham na **fraulein** a preceptora de seus filhos.

Enorme foi, pois, a participação alemã no desenvolvimento do Brasil. Desde o século passado, São Paulo contou com grandes firmas alemãs, que exportavam café. Casas comerciais alemãs trouxeram a civilização a este planalto. Grandes

empreendimentos contaram e continuam a contar com o concurso dos alemães, em nosso Estado.

capitais alemães fortaleceram a economia brasileira

Depois da segunda grande guerra, quando a Alemanha não havia, ainda, cicatrizado as feridas da conflagração, afluíram para o Brasil grandes capitais e tecnologia alemães. Aqui os seus empreendedores e seus técnicos fundaram e edificaram empresas, que, em pouco tempo, fortaleceram a nossa economia e geraram milhares de empregos. Hoje São Paulo é um dos mais importantes centros industriais alemães, comparável, pelo número de empresas, a algumas das regiões mais industrializadas da própria Alemanha.

Nos círculos culturais brasileiros, e, em particular, de São Paulo, o pensamento alemão é conhecido, estudado e alguns de seus filósofos, têm discípulos fiéis. Somos, como pode observar Vossa Excelência, admiradores da cultura alemã.

Posso, pois, afirmar, senhor Chanceler, que a simpatia com que Vossa Excelência foi recebido e está sendo homenageado, expressa a nossa admiração pela Alemanha, por tudo o que sua nação representa para a civilização e a cultura, a ciência e a tecnologia. Cientistas, técnicos, pensadores, imigrantes encontraram no Brasil uma terra acolhedora, simples e amável. Essa terra continua a mesma para os alemães, Senhor Chanceler. Saúdo em Vossa Excelência a sua grande pátria. Reafirmo que o Brasil a sente como uma nação amiga, e faço votos que Vossa Excelência seja feliz nesta sua viagem pelo nosso país.

HELMUT SCHMIDT

Excelentíssimo Senhor Governador; Exma. Sra. Salim Maluf.

Agradeço particularmente pelo discurso que V. Sa. acaba de proferir em que lembra contribuições prestadas durante séculos pelos antecessores da atual geração alemã para o desenvolvimento de seu país. A sede de seu governo nos impressiona e nos deixa invejosos, eu tenho que confessar isso pelo que vi e ouvi e todos concordam comigo. Nós estamos invejosos desta sua sede de governo, não só por ela ser gene-

rosa, mas também por ela simbolizar a grandiosa história de um Estado que, sozinho, tem o tamanho da RFA. Um Estado, uma cidade Capital de um Estado gigantesco. E a sede de seu governo recebeu a sua forma pela audácia dos bandeirantes e ela ainda inspira um dinamismo atualmente que ela certamente continuará inspirando no futuro. Aos nossos pés se descortina o panorama da São Paulo de hoje, uma megalópolis de crescimento explosivo, uma cidade Capital portanto deste Estado, trabalhadora, e de vida ativa. Eu estive aqui há um quarto de século atrás e já pude verificar como esta Capital deste Estado se tem desenvolvido neste ínterim.

Compreende-se à primeira vista o quão gigantesca é a tarefa de acompanhar este desenvolvimento dinâmico do seu Estado por uma infra-estrutura adequada posta à disposição há tempo. E também se percebe à primeira vista quão difícil é a tarefa de garantir um equilíbrio social dentro desse desenvolvimento. E, no fundo, se trata, no seu Estado, de uma concentração de problemas que todos os governantes do Brasil têm. E asseguro-lhe, Sr. Governador, que meus colegas e eu desejamos à V. Exa. como governador deste Estado, a este Estado e também a todo Brasil, prudência, boa sorte e êxito na superação dos complexos problemas que têm.

É para mim, que sou natural de uma cidade alemã de comércio e indústria, um conhecimento natural, mas eu creio que também a grande maioria dos meus compatriotas está consciente de que mais da metade da produção industrial brasileira, e de que mais da metade das exportações brasileiras, provêm de São Paulo. E aqui não estamos pensando só no café. As realizações que foram conseguidas nas últimas décadas só foram possíveis, a meu ver, no âmbito de uma economia liberal, no âmbito de uma economia de mercado. E nós alemães também devemos ao sistema semelhante o surto econômico que houve nos últimos 30 anos, a partir das destruições da Segunda Guerra Mundial. Devemos a este sistema econômico também o nosso bem-estar, desconhecido até então.

Quanto à ordem econômica da RFA, desejo ainda fazer uma observação, para que não haja uma impressão errada. Nós tivemos a experiência de

que a convivência harmônica e antagônica, ao mesmo tempo aplicada com responsabilidade e prudência, entre os trabalhadores e os empresários — entre, portanto, os sindicatos, os conselhos de empresa —, que essa convivência pode contribuir para a solução dos problemas que surgem naturalmente com o crescimento econômico, problemas principalmente sociais. E essa convivência também pode garantir um desenvolvimento equilibrado, no campo da distribuição de rendas.

V. Exa. Sr. Governador, lembrou a contribuição prestada pelas grandes, médias e pequenas empresas alemãs para o progresso econômico de seu Estado. Existem empresas alemãs que foram fundadas até aqui em São Paulo. Pelo que eu sei, prestam uma considerável contribuição para o desenvolvimento industrial, tanto para o seu Estado como para o País inteiro, e criaram diretamente mais de cem mil ou até mais de duzentos mil lugares de trabalho. Empresas, portanto, que devemos à confiança que a nossa indústria deposita no seu progresso econômico. E isto não é só porque os investimentos no estrangeiro de nossa indústria cause satisfação, mas há consideráveis preocupações da parte dos sindicatos, pois acontece que, através dos investimentos de capital alemão no estrangeiro e através da criação de lugares de trabalho, em consequência não acontece o mesmo em casa, na Alemanha.

Mas os sindicatos, entre nós, conseguem esquecer essas preocupações porque se sentem solidários com os trabalhadores no Brasil, com os trabalhadores aqui em São Paulo, com os trabalhadores do Terceiro Mundo. E este sentimento de solidariedade existe também entre aquelas pessoas que lideram a Alemanha, ou seja, o governo e o Parlamento. Nós acreditamos na necessidade de uma divisão internacional do trabalho. Somos adeptos de um comércio livre e combatemos qualquer espécie de protecionismo. A médio prazo não é vantajoso para ninguém um se fechar contra o outro. Pelo contrário, devemos — e isto nos trará vantagem a médio e a longo prazo —, abrir os nossos mercados mutuamente, reciprocamente e devemos ajudar-nos da mesma forma. E nós pretendemos fazer precisamente isso também no futuro em todos os setores. Um exemplo que eu gostaria de citar que muito me satis-

faz é o seguinte: muitas empresas teuto-brasileiras praticam uma política social muito equilibrada, muito progressista, proporcionam formação a trabalhadores qualificados, transferem experiências no setor da Manesmann, experiência técnica em quase todos os setores, num contato diário entre a matriz alemã e a filial brasileira e assim contribuem para a substituição das importações e para um aumento das exportações deste País.

V. Exa., Sr. governador, falou de uma maneira que muito me comoveu das nossas relações da história cultural. Eu não fiz uma contribuição neste sentido — eu antes contribuí com a descrição de nossas relações econômicas que são excelentes —, mas eu não pretendo terminar sem mencionar que a frutífera cooperação econômica entre nós é acompanhada por relações culturais muito felizes, seja no setor escolar, seja no âmbito da Universidade Estadual, a maior aliás, da América Latina, seja dentro do Instituto Hans Staden, do Instituto Goethe, e há muitos certamente, muitas instituições que aproximam paulistanos e alemães, cientistas e educadores, de uma forma muito estreita e muito frutífera.

A amizade e a boa cooperação que existe particularmente no Estado de São Paulo entre brasileiros e alemães baseia-se em interesses mútuos, em simpatias recíprocas e isto é uma garantia, um asseguramento também para o futuro.

Permita que diga uma palavra sobre o futuro do seu País. Há muitos anos atrás eu tinha a impressão de que devido ao seu crescimento econômico o Brasil devia não só assumir um papel econômico no mundo mas também um papel político, de escala internacional. A meu ver, o Brasil é uma Nação emergente que se torna cada vez mais importante. E esta não é só a minha opinião. É a opinião de muitos outros que cheios de esperança dirigem o seu olhar para o Brasil, para este País. Portanto, não é só por causa do impressionante desenvolvimento econômico do qual esperamos que tenha continuidade, mas também por causa da política de abertura anunciada pelo presidente Figueiredo, que o Brasil deve desempenhar este papel do qual eu acabo de falar. Nós tivemos a oportunidade de nos convencer da seriedade, da motivação, do presidente Figueiredo a este respeito. Ficamos, portanto, com essa impressão durante as longas conversações que mantivemos nos últimos dois dias.

É no espírito da confiança, no futuro do Brasil, que eu peço aos hóspedes alemães aqui presentes que comigo ergam as suas taças num brinde ao futuro dos paulistanos, à saúde pessoal do sr. governador deste Estado, à Exma. Senhora Salim Maluf e à amizade teuto-brasileira.

helmuth schmidt visita indústria de máquinas em são paulo

Discurso do sócio-gerente da Traubomatic — Indústria e Comércio Ltda., Karlheinz Meister, e do Chanceler da República Federal da Alemanha, em São Paulo, em 05 de abril de 1979, por ocasião da visita de Helmut Schmidt àquela indústria alemã, que é filial da Hermann Traub, com sede em Reichenbach/Fils, Baden Württemberg.

KARLHEINZ MEISTER

Excelentíssimo Sr. Chanceler Federal!

Minhas senhoras e meus senhores!

As empresas teuto-brasileiras do Estado de São Paulo agradecem a honra desta visita. A empresa

Traub se vangloria pela distinção que lhe coube de recebê-lo em nome das empresas com vínculos na República Federal da Alemanha.

Nossas boas vindas!

Somos produtores de máquinas-ferramenta. Dentro do setor de máquinas em geral existem em-

presas teuto-brasileiras desde o início do presente século. A implantação e o decorrente desenvolvimento da indústria automobilística brasileira, a partir da década de 1950, ensejaram o surgimento das indústrias de autopeças e conexas. Daí decorre também o impulso superveniente para a instalação da indústria brasileira de bens de capital. Realmente, aqui no Brasil, no decurso dos anos transatos, com a cooperação das empresas brasileiras do setor, numerosos novos empreendimentos foram realizados, assim como imprimiram-se marcantes ampliações aos já, até então, existentes. É sobremaneira relevante a participação das indústrias teuto-brasileiras no mercado específico de máquinas-ferramenta brasileiro, considerado globalmente.

A Traubomatic, como filial da Fábrica de Máquinas Hermann Traub, sediada em Reichenbach, nas proximidades de Stuttgart, foi fundada em 1962, tendo iniciado, no ano de 1964, neste local, a fabricação de tornos automáticos e outras máquinas-ferramenta de usinagem por desprendimento de cavaco. O Governo brasileiro fomentou o empreendimento por intermédio de incentivos fiscais.

Além disso, para concretizar seu programa de investimento no Brasil, a Traubomatic recebeu subsídio do Governo Federal Alemão, no valor de um milhão de marcos alemães, mediante a participação na sua composição societária, com um percentual de 30%, da (D.E.G.) Sociedade Alemã de Desenvolvimento.

Em 1971, uma vez cumprido o objetivo a que se propusera, a D.E.G. retirou-se desta sociedade. Onze por cento do capital social atual, que é de cento e cinquenta milhões de cruzeiros, equivalente a 12,5 milhões de DM, é brasileiro.

Desde 1965 produzimos no Brasil mais de seis mil máquinas, dentro das quais se incluem produtos de outras sociedades alemãs, fabricados sob licença destas. Daquela quantia, 30% foram exportadas, principalmente para os países latino-americanos que integram a ALALC. No ano de 1978, nosso faturamento, expressado em marcos alemães, foi de trinta milhões. Integra nossos produtos um pequeno residual importado, uma vez que atingimos um índice de nacionalização acima de 95%, na média. Mas, do incremento de nossas

vendas resultou também o aumento das entregas a partir da República Federal da Alemanha.

Hoje trabalham nesta fábrica 580 pessoas. Destas, 396 exercem funções técnicas. 33 funcionários contam com dez ou mais anos de casa. A transmissão de conhecimentos técnicos a empregados recrutados no país tornou possível a redução do número de empregados originários da matriz, limitando-os a 5.

No que respeita ao campo social, é expressiva a colaboração espontânea que oferecemos aos nossos colaboradores: Incluem-se nele:

- Assistência médico-dentária aos funcionários e respectivos familiares,-
- Ajuda financeira para aquisição de remédios;
- Ajuda financeira de natalidade,-
- Prêmio de permanência no quadro de empregados da empresa,-
- Seguros de vida e de acidentes pessoais em grupo;
- Jornada de trabalho aquém do limite legal, porém integralmente paga.

Desde o início de nossas atividades ansiávamos promover a formação profissional de jovens aprendizes. Na concretização desse desiderato, demos este ano um grande passo para a frente: Inauguramos, com estreita colaboração do SENAI, entidade brasileira voltada ao assunto, um centro de formação profissional que comportará, até 1980, sessenta jovens aprendizes.

Nosso muito obrigado!

HELMUT SCHMIDT

Caro Senhor Meister, prezado senhor Kaempton, minhas senhoras e senhores,

Agradeço sinceramente as suas amáveis palavras de saudação. Naturalmente estamos cômicos de que há um número bastante grande de firmas

teuto-brasileiras que trabalham em São Paulo, algumas dentre elas muito grandes, que não desejamos citar. Mas foi de propósito que viemos visitar uma empresa de porte médio, e isto me proporcionou uma vivência extraordinária, inesperada e imprevisível: ficar conhecendo um holandês falando dialeto suábico numa firma alemã em solo brasileiro.

Nós temos um certo problema, como os senhores certamente compreenderão. Nós fomos retidos por um tempo um pouco longo demais no Palácio do Governador; para ser sincero, foi porque depois do almoço falei por tempo demasiado. Com os políticos é assim, não se pode entregar-lhes um microfone. Teremos agora que apressar um pouco o decurso da nossa visita, pois um público mais numeroso aguarda a nossa visita na cidade e

seria descortês deixá-lo esperando por tempo demasiado longo. Talvez os senhores possam me fazer o favor de restringir e concentrar a visita principalmente à oficina de aprendizagem, que sempre me interessa particularmente tanto em solo alemão como, particularmente, nas nossas empresas estabelecidas no exterior; são elas, em território estrangeiro, uma das contribuições mais importantes que se pode dar ao desenvolvimento do país que nos recebe.

Meus sinceros agradecimentos pela recepção aqui, e peço considerarem a nossa presença não somente como um gesto de boa vontade, mas também como uma demonstração intencional de solidariedade com empresas de porte médio e pequeno.

as declarações de helmut schmidt ao partir do brasil

Declaração do Chanceler Helmut Schmidt à imprensa, em Salvador, em 7 de abril de 1979, momentos antes de embarcar para Lima, encerrando sua visita ao Brasil.

Eu gostaria de, no fim da minha visita ao Brasil, dizer uma palavra. Resumindo: os últimos quase cinco dias nos levaram a diversas regiões e diversas cidades deste país e, necessariamente, a nossa impressão é curta, mas mesmo assim extremamente viva. Eu estou particularmente impressionado com a capacidade desse país de assimilar um legado cultural, histórico e intelectual tão diversos, de assimilar, portanto, tantos elementos diferentes e de integrá-los com tolerância numa nação orgulhosa e orientada para o futuro.

Naturalmente existem urgentes problemas econômicos, sociais e políticos nesse país gigantesco e também exitoso. Fiquei comovido com a franqueza e senso de responsabilidade com que os diversos círculos e grupos deste país se esforçam para resolver esses problemas.

Depois de todas as impressões que colhi, estou seguro que o Brasil, na comunidade das nações desse globo, desempenhará um papel cada vez mais importante e de cada vez maior responsabilidade. Nos últimos tempos, tem-se falado muito de dependência mútua, de interdependência entre os Estados. E, de fato, essa interdependência tem-se tornado cada vez maior, mais patente e mais palpável e, na medida em que os Estados e os povos dependem cada vez mais uns dos outros, da solidariedade mútua, na mesma medida cresce também, e naturalmente, a necessidade de conversarem uns com os outros, de uns ouvirem aquilo que os outros dizem. Aumenta a necessidade de haver um assessoramento mútuo e cresce, também a necessidade de cooperação entre os Estados e Governos.

Mantive conversações detalhadas e muito amistosas com o Presidente Figueiredo, com muitos ministros, senadores e deputados dos dois lados. Re-

presentantes da Igreja, economistas e com pessoas que se preocupam com o bem-estar do trabalhador. Resumindo, encontrei a confirmação de minha opinião de que o encontro entre o Brasil e a Alemanha representa um muitíssimo bom

exemplo para contato mútuo, aquilo que eu chamei de falar e escutar para a cooperação. E creio que nós, na nossa estreita cooperação, que se estende a todos os setores da vida, estamos dando um excelente exemplo.

comunicado conjunto brasil-república federal da alemanha

Comunicado Conjunto Brasil-República Federal da Alemanha, divulgado pelo Palácio Itamaraty d? Brasília, em 04 de abril de 1979, ao final da visita do Chanceler Federal Helmut Schmidt.

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e Senhora, o Chanceler Federal da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt, e Senhora, visitaram o Brasil, em caráter oficial, no período de 3 a 7 de abril de 1979. Além de Brasília, o Chanceler Federal visitará também os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o ide será recebido pelos Governadores Paulo Malj, Chagas Freitas, Antônio Carlos Magalhães e Marco Antônio Maciel.

2. O Chanceler Federal, além de sua esposa, veio acompanhado de sua filha, Dra. Susanne Schmidt, do Doutor Klaus Bolling, Chefe do Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, e do Dr. Peter Hermes, Secretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores. A delegação alemã está ainda integrada por representantes categorizados dos setores econômico e sindical, científico e cultural.

3. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Federal Schmidt mantiveram conversações sobre questões atuais no âmbito das relações internacionais, bem como sobre o andamento e as perspectivas de cooperação bilateral. Das conversações participaram, do lado brasileiro, o Ministro de Estado Saraiva Guerreiro, os Embaixadores Baena Soares e Carvalho e Silva, e do lado alemão, os Secretários de Estado Hermes e Bolling, e o Embaixador Kastl. O Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores rece-

beu o Secretário de Estado Dr. Peter Hermes. Os representantes alemães de economia foram recebidos pelos Ministros Karlos Rischbieter, da Fazenda, e João Camilo Penna, da Indústria e Comércio. Os Ministros da Justiça, Senador Petrônio Portela, e da Comunicação Social, Said Fahrat, receberam o Doutor Klaus Bolling e um grupo de jornalistas. O Ministro da Educação e Cultura, Dr. Eduardo Portella, recebeu representantes do setor cultural e científico; os Ministros do Trabalho, Murillo Macedo, e da Previdência Social, Dr. Jair Soares, receberam representantes sindicais.

4. Durante a visita, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro e o Dr. Peter Hermes assinaram o Acordo de Transporte Marítimo e seu Protocolo Complementar. Concluíram-se também, dois Protocolos de Cooperação Financeira, firmados, do lado brasileiro, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e, do lado alemão, pelo Secretário de Estado do Ministério Federal das Relações Exteriores.

5. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Federal Schmidt atribuíram especial valor ao seu encontro e reafirmaram a importância das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha. O Presidente Figueiredo ressaltou seu especial prazer em receber o Chefe do Governo alemão e sua comitiva, logo nos primeiros dias do novo Governo brasileiro. O Chanceler Federal Schmidt assinalou a importância que o Brasil ocupa na política do Governo

Federal e manifestou sua satisfação por ser o primeiro Chefe de Governo alemão a visitar oficialmente o Brasil.

6. Após o exame dos diversos aspectos das relações de cooperação entre os dois países, o Presidente e o Chanceler Federal concluíram que tais relações se vêm caracterizando por crescentes vantagens recíprocas e por um grau de maturidade e respeito mútuo que as tornam exemplares e duradouras. Reafirmaram a amizade que une os povos brasileiro e alemão. Manifestaram sua profunda satisfação com o clima de entendimento e de compreensão recíproca que caracterizou as conversações que mantiveram. Ressaltaram que a visita contribuiu para consolidar e intensificar as relações teuto-brasileiras.

7. Ao examinarem a situação internacional, o Presidente Figueiredo e o Chanceler Federal Schmidt reafirmaram sua determinação em apoiar os esforços de manutenção da paz, de fortalecimento da segurança internacional e de promoção da cooperação entre as nações. Afirmaram que a política de abrandamento das tensões internacionais, necessita ser revigorada e que deve ser indivisível e universal. Reiteraram sua adesão aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e à solução pacífica de controvérsias internacionais, de acordo com o previsto na Carta. O Presidente e o Chanceler Federal manifestaram-se de forma decidida pelos princípios da soberania, da igualdade dos Estados, da exclusão da ameaça, ou uso da força, nas relações internacionais, bem como da não-ingeração em assuntos internos. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Schmidt afirmaram que a garantia dos direitos humanos é um dos objetivos permanentes da política dos respectivos Governos.

8. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Schmidt manifestaram sua profunda preocupação com as tendências inflacionárias mundiais e com a difusão de políticas protecionistas de toda ordem que afetam os interesses de todos os países.

Assinalaram a importância da adoção por todos os países de medidas que superem tais fenômenos, especialmente no que afetam os interesses dos países em desenvolvimento. Concordaram em que devem prosseguir esforços em favor de uma ordem econômica internacional justa e equitativa. Reconheceram a necessidade de intensificar e ampliar continuamente as relações entre o Brasil e a Comunidade Europeia.

9. O Presidente Figueiredo e o Chanceler Schmidt reafirmaram a necessidade de diversificar cada vez mais as relações entre os dois países com vistas sempre ao equilíbrio de vantagens que deve resultar da cooperação recíproca. Nesse sentido, ao passarem em revista a cooperação no campo da energia nuclear para fins pacíficos manifestaram sua satisfação com os resultados até agora obtidos e sua determinação de dar pleno cumprimento aos instrumentos celebrados entre os dois países. Ao reconhecerem a diversidade inerente ao relacionamento teuto-brasileiro, o Presidente e o Chanceler reafirmaram a importância e a atualidade da troca de notas assinadas em 16 de junho de 1978, que estabelece consultas periódicas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

10. O Presidente e o Chanceler Federal examinaram o estado de implementação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, Acordo Cultural e do Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, de 9 de junho de 1969, e concordaram em que tais instrumentos têm proporcionado valiosas experiências de trabalho conjunto e de confiança mútua. Reafirmaram, nesse contexto, a determinação de dar dinâmica implementação a esses Acordos.

11. O Chanceler Federal Schmidt agradeceu a acolhida que lhe foi dispensada no Brasil, bem como a hospitalidade com que foi recebida sua comitiva.(*).

(*) Os Acordos entre o Brasil e a República Federal da Alemanha estão na seção **Tratados, Acordos, Convenções**, página 107; na seção **Mensagens**, página 132, o texto do telegrama do Chanceler Helmut Schmidt ao Presidente João Figueiredo, enviado ao término de sua visita ao Brasil.

aureliano chaves a mondale: novos passos nas relações brasil-eua

Discursos dos Vice-Presidentes do Brasil, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, e dos Estados Unidos da América, Walter Mondale (tradução não-oficial), no Palácio Itamaraty de Brasília, em 22 de março de 1979, por ocasião do almoço oferecido ao representante norte-americano.

AURELIANO CHAVES

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente
Walter Mondale,

Saúdo Vossa Excelência e os membros de sua comitiva, em nome do Governo brasileiro, com grata satisfação. A iniciativa do Presidente Jimmy Carter de enviar Vossa Excelência ao Brasil, logo aos primeiros dias do Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, é uma prova adicional de consideração e amizade pelo nosso país.

Revejo Vossa Excelência, nesta oportunidade de sua visita à capital brasileira, com especial prazer. Retomamos, assim, um proveitoso contacto que havíamos mantido em Washington antes de minha posse como Vice-Presidente da República. Nestas permutas de ideias Vossa Excelência evidenciou inconfundível lucidez e agudo talento político que ornaram a sua personalidade, a par de seu interesse pelo desenvolvimento das relações entre os nossos dois países.

Os brasileiros ficamos sensibilizados com o gesto do Presidente Carter de — diante da impossibilidade de Vossa Excelência comparecer às solenidades de posse do novo Governo — enviar ao

nosso país uma delegação de alta representatividade, tendo à frente, a Senhora Joan Mondale, cujos dotes pessoais marcaram-lhe a presença entre nós, ao lado do ilustre Secretário de Trabalho Ray Marshall.

Senhor Vice-Presidente,

A visita de Vossa Excelência, neste momento, é uma significativa oportunidade para nos voltarmos às amplas possibilidades, que existem, de incrementar a cooperação entre os nossos dois países e juntos trabalharmos para concretizá-las.

Para tanto, temos à nossa disposição, além de recíproca boa vontade, os mecanismos criados pelo Memorandum de Entendimento entre nossos países, que facilita a realização periódica de consultas em alto nível. Estamos, portanto, em condições de dar novos e eficazes passos no roteiro de nosso relacionamento, que sempre teve por característica a estabilidade.

O Brasil compreende o papel que os Estados Unidos da América desempenham no mundo e no Ocidente. Conhecemos as preocupações e os esforços do Governo norte-americano, sob a liderança do Presidente Jimmy Carter, em favor da paz e da cooperação entre os povos. Vivemos

diariamente a realidade das relações entre os Estados Unidos da América e os países da América Latina e temos a convicção de que, nessa área, muito há que fazer para que os povos das Américas tenham uma convivência mais produtiva e para que os benefícios do progresso e do bem-estar sejam mais equilibradamente repartidos entre eles.

Estamos realizando, no Brasil, um esforço particularmente intenso em prol dos valores que são caros ao nosso povo: a liberdade, a independência e o desenvolvimento económico e social. Para vencer carências e recuperar atrasos, esse esforço nacional tem exigido muito da Nação e requerido especial empenho para manter, no plano internacional, relacionamentos equânimes, que permitam ao país perfeito e natural acesso às conquistas da civilização contemporânea.

Confiamos em que o sentido aberto, pacífico e progressista desse esforço seja bem entendido por todos os países amigos, e me particular pelo país de Vossa Excelência, ao qual estamos unidos por valores comuns que identificam os nossos povos.

Senhor Vice-Presidente,

Ao encerrar estas breves palavras, permita-me elevar um brinde ao continuado progresso de seu país sob o Governo Jimmy Carter, à amizade e cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Mondale.

WALTER MONDALE

Senhor Vice-Presidente,

Senhor Chanceler,

Ilustres convidados,

Senhores,

Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente, por suas amáveis palavras, como também pela sabedoria de seus comentários feitos em seu brinde e pela hospitalidade que o Senhor nos oferece hoje, aqui. Realmente, constitui para mim um grande

prazer não só retribuir a visita que o Senhor nos fez em Washington, em dezembro do ano passado, mas como ensejo de nós festejarmos juntos a crescente importância da Vice-Presidência em nossos dois países. Acho que é uma tradição que nós devemos nos empenhar muito para manter.

É esta a minha primeira visita ao Brasil e que neste momento dura menos de um dia. Contudo, nesta espetacular Capital, já tive a oportunidade de recolher as mesmas impressões que minha esposa me relatou que sentiu durante sua visita na semana passada, especialmente o calor humano e a simpatia tão da índole do povo brasileiro. Acima de tudo, pude perceber o clima de autoconfiança dinâmica que tem sido o símbolo do extraordinário progresso do Brasil.

E esses antecedentes de realização e de conquistas por parte do Brasil continuarão com toda certeza. Considerando o tamanho do Brasil, sua vasta riqueza material e a dedicação de seu povo, é difícil imaginar qualquer limite ao potencial deste grande país.

Mais de quatro décadas atrás, o Presidente Franklin Roosevelt fez uma visita histórica ao Brasil. E, nessa ocasião, declarou o seguinte:

"Os ótimos antecedentes de nossas relações constituem a melhor resposta aos pessimistas que desprezam a ideia da verdadeira amizade entre as nações... Encorajador é o fato de que os dois maiores países deste continente têm sido capazes, pelo exercício da boa vontade, do bom ânimo, do bom juízo, de conduzirem suas relações na sua totalidade sem choque ou conflito ou azedume."

Desde a visita do Presidente Roosevelt, muito tem mudado no mundo. E já ocorreu que em várias ocasiões nossos dois países discordaram sobre certas questões. Mas a nota constante em todo momento tem sido o espírito de franqueza e o desejo de cooperar, graças aos quais tem sido possível sempre conciliarmos as nossas divergências.

Eis aí a essência da nossa amizade. E foi nesse mesmo espírito, Senhor Vice-Presidente, que nos-

sas conversações em Washington foram tão proveitosas, e que já levaram ao estabelecimento pelos nossos dois Governos de um relacionamento tão estreito entre nossos dois países.

Peço que levantem comigo suas taças para brindarmos ao Presidente da República do Brasil, ao

Vice-Presidente, à amizade entre nossos Governos, entre nossos povos. E que essa amizade seja permanente e cada vez mais forte,

Obrigado.

vice-presidente do iraque visita Brasília

Discursos dos Vice-Presidentes do Brasil, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, e do Iraque, Taha Muhyiddin Ma'rouf, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 14 de maio de 1979, por ocasião do jantar oferecido ao representante iraquiano.

VICE-PRESIDENTE BRASILEIRO

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente,

Em nome do Governo brasileiro, tenho a honra de saudar Vossa Excelência e a importante comitiva que o acompanha. A visita de Vossa Excelência ao Brasil é motivo de intensa satisfação para o povo e o Governo de meu país.

O caminho que Vossa Excelência percorreu para chegar até nós foi, em essência, o mesmo que, ao longo dos anos, milhares de árabes do Iraque e de países vizinhos seguiram para chegar ao Brasil, aqui criar raízes e trazer inestimável colaboração à construção da Pátria, que adotaram por vontade e sentimento.

Vossa Excelência, Senhor Vice-Presidente, mesmo que rodeado por descendentes desses imigrantes árabes, aqui no Brasil, os verá inteiramente integrados nos usos e costumes de nossa terra. Observará que, somado ao calor da hospitalidade brasileira, haverá um elemento de cordialidade e afeto que é um dos componentes da contribuição enriquecedora que o povo árabe trouxe ao Brasil.

Vossa Excelência vem de uma terra extraordinariamente rica em sua história e em suas tradições. Vossa Excelência vem de Bagdá, cidade de

fecunda sabedoria e de civilização árabes. A essa bagagem tão rica, soma-se o exemplo vigoroso do Iraque de hoje, onde se constrói com dedicação e austeridade uma sociedade moderna, fiel a suas tradições culturais.

Deste novo Iraque, o Brasil tem sido parceiro em empreendimentos que exaltam a capacidade de realizar de nossos respectivos povos. Vale acenar ser o Iraque o maior fornecedor de petróleo para o Brasil; é o nosso maior cliente no mundo árabe e um dos dez maiores parceiros comerciais do Brasil. Desejamos o prosseguimento desse dinamismo e que, no futuro, ele seja acelerado e diversificado. Creio, que cada um de nossos dois países tem muito a oferecer ao outro.

intensa a cooperação entre Brasil e Iraque

Neste momento, vivemos nós mesmos, brasileiros, uma experiência que põe em evidência a conhecida hospitalidade do povo do Iraque e os laços de simpatia que unem nossos países. Nos últimos três anos, a intensificação da cooperação entre o Brasil e o Iraque fez nascer um importante fluxo de profissionais brasileiros de todos os níveis — operários, técnicos e executivos —, que, juntamente com suas famílias, trabalham no país de Vossa Excelência. Estamos confiantes de que, an-

tes do final do corrente ano, o número de brasileiros nas generosas terras iraquianas certamente alcançará a uma dezena de milhar, todos eles empenhados em nossa crescente cooperação, que abrange principalmente os campos de pesquisa geológica, construção civil e engenharia ferroviária.

Nossa experiência constitui demonstração eloqüente do que pode alcançar a cooperação pacífica, horizontal e franca entre dois países em acelerado desenvolvimento. E o que mais nos anima é que esse esforço, embora já significativo, é, na verdade, apenas um início de uma cooperação cada vez mais pujante entre nossos países, geradora de crescentes benefícios recíprocos.

Não é apenas. Senhor Vice-Presidente, no campo das atividades comerciais que vislumbro um potencial rico de futura cooperação entre o Brasil e o Iraque. Temos sido, nos foros internacionais em que atuamos, vozes solidárias na defesa dos propósitos e princípios que a Carta das Nações Unidas definiu, e na procura de uma nova ordem económica internacional, mais justa e equitativa.

O Brasil acompanha a evolução da situação no Oriente Médio com atenção e cuidado. Não nos furtamos a trazer, com clara firmeza, nossa voz e, quando necessário, nosso voto, à definição de temas que legitimamente incumbem à comunidade internacional.

O Brasil é um país voltado para a paz e a justiça. Não acreditamos que a manutenção de situações injustas consulte aos interesses dos povos. Desejamos ver no Oriente Médio uma paz fundada no reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino à autodeterminação e independência na desocupação dos territórios árabes ocupados pela força e na segurança de todos os Estados da região. Os esforços internacionais com relação ao Oriente Médio devem ser conduzidos à luz desses princípios fundamentais, aprovados nas Nações Unidas.

O Iraque tem papel muito relevante no Oriente Médio e no mundo islâmico e seu conselho deve

ser ponderado. O Brasil confia em que se encaminhem soluções de alcance regional que permitam o encontro de uma paz justa e duradoura para todos os países e povos da região.

Senhor Vice-Presidente,

Temos acompanhado as viagens de Vossa Excelência, das quais resultaram excelentes frutos para o prestígio internacional do seu país. Estamos confiantes em que a visita que ora realiza ao Brasil será igualmente proveitosa e marcará etapa decisiva no relacionamento de nossos dois países.

Vossa Excelência e os ilustres membros de sua comitiva, amanhã e nos dias seguintes, manterão contatos com altas autoridades brasileiras, e, em especial, com Sua Excelência, o Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. Terão oportunidade de encontrar-se, igualmente, com destacados representantes de setores de nosso empresariado, encaminhando assuntos que ou bem frutificarão agora, ou bem serão objeto de madura consideração na próxima sessão da Comissão Mista Brasil-Iraque, que se realizará em Bagdá, já em junho próximo.

Peço a Vossa Excelência que aceite, com as nossas calorosas boas-vindas, o testemunho da consideração e do apreço que o Governo brasileiro tem pelo seu Governo e muito especialmente a estima que nosso povo tem pelo do Iraque.

Peço a todos que brindem comigo pela saúde e pela felicidade de Sua Excelência Taha Muhyiddin Ma'rouf, pela continuada prosperidade do Iraque e pela crescente amizade entre o Brasil e o Iraque.

Muito obrigado.

VICE-PRESIDENTE IRAQUIANO

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Prezados Senhores.

É uma feliz oportunidade visitar seu país amigo e poder ver de perto as grandes realizações levadas a efeito em todos os campos. Temos a firme convicção de que esta visita será um passo avante para o fortalecimento e aprofundamento das relações entre nossos dois países e nossos dois povos amigos, e para incrementar a cooperação nos diversos campos. A distância entre o Iraque e o Brasil não representa e não representará obstáculo algum diante da nossa mútua e sincera vontade de estreitar nossas relações à base do respeito recíproco e dos interesses comuns.

Avaliamos o quanto o Brasil vem oferecendo de importante no movimento do não-alinhamento. Não podemos deixar de afirmar a relevância desse movimento nas relações internacionais, pois ele contribui objetivamente no fortalecimento da paz e da segurança mundial, trabalha para solucionar as divergências entre os países por meios pacíficos e com respeito à soberania dos países, não interfere nos assuntos de um país e de outro, denuncia as alianças e blocos militares que visam a divisão do mundo em áreas de influência submetidas ao domínio das grandes potências para alcançar seus objetivos e interesses à custa dos demais países do mundo, em particular os países do Terceiro Mundo ao qual nossos dois países pertencem.

Senhor Vice-Presidente,

Peço permissão a Vossa Excelência para referir-me à situação na nossa região árabe. Em primeiro lugar quero referir-me à 9.^a Conferência de Cúpula Árabe, que teve lugar em Bagdá no mês de novembro de 1978, por iniciativa do Iraque, para unir a fileira árabe e enfrentar firmemente as intrigas imperialistas e sionistas e políticas de intriguismo. Também aponto o Tratado de Ação Nacional Mútuo entre os dois países, Iraque e Síria, assinado em Bagdá em outubro de 1978. Esse tratado concretizou um passo básico no ca-

minho da união árabe e também consolidou mais as forças contra as intrigas sionistas e imperialistas...

Finalmente aponto as reuniões dos Ministros de Relações Exteriores e de Economia árabes, que tiveram lugar em Bagdá em fins de março de 1979, em execução das resoluções da 9.^a Conferência de Cúpula Árabe, que teve resultados positivos e firmes contra as soluções intriguistas na nossa região árabe, e provou a vontade do povo árabe em todos os cantos da pátria árabs em estar firmes contra os desafios sejam quais forem seus perigos e forças, uma única fileira e uma decisão sincera e uma vontade firme.

Senhor Vice-Presidente,

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência as saudações de Sua Excelência o Senhor Marechal Ahmad Hassan Albakr, Presidente da República do Iraque, a Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, e também os votos do Iraque, governo e povo, ao governo e povo do Brasil amigo.

Finalmente **desejo expressar em** meu nome pessoal e em nome **de todos os** membros da minha comitiva, os **profundos** agradecimentos pela hospitalidade e **acolhida de que estamos** sendo alvo, e convido **Vossa Excelência oficialmente** a visitar o Iraque, **a fim de poder ver** pessoalmente o que o povo do **Iraque concretizou** e realizou de progresso sob **a liderança do Partido** Baath Árabe Socialista.

Convido os Senhores presentes a comigo levantar um brinde à prosperidade do Brasil e para o progresso de seu povo amigo, e para a saúde de Vossa Excelência, Senhor Vice-Presidente da República, e para a continuação da amizade do Iraque e Brasil.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasileiro-iraquiano

Comunicado Conjunto Brasil-Iraque, divulgado pelo
Palácio Itamaraty de Brasília, em 18 de maio
de 1979, ao final da visita do Vice-Presidente iraquiano,
Taha Muhyiddin Ma'rouf.

A convite do Governo brasileiro, Sua Excelência o Senhor Taha Muhyiddien Ma'rouf, Vice-Presidente da República do Iraque, visitou oficialmente a República Federativa do Brasil no período de 14 a 18 de maio de 1979, acompanhado de Sua Excelência Dr. Sadoon Hammadi, Ministro dos Negócios Estrangeiros, de Sua Excelência o Senhor Saad Qassem Hammoudi, Ministro da Informação e de uma delegação oficial iraquiana de alto nível.

2. A visita realizou-se no quadro das relações de amizade e de cooperação existentes entre os dois países.

3. Sua Excelência o Senhor João Baptista de Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, recebeu Sua Excelência o Senhor Taha Muhyiddin Ma'rouf, ocasião em que ambos mantiveram conversações abrangendo as estreitas relações bilaterais existentes entre os dois países e povos. Foram igualmente examinados a situação na região árabe assim como assuntos internacionais de interesse comum.

4. O Vice-Presidente da República do Iraque visitou o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, onde manteve conversações construtivas e proveitosas.

5. O Senhor Taha Muhyiddin Ma'rouf, Vice-Presidente da República do Iraque e o Senhor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, mantiveram, igualmente, em clima de amizade, confiança e respeito mútuos, conversações sobre assuntos regionais e internacionais de interesse comum, sobre todos os setores das relações bilaterais, bem como sobre os meios e modos de promover seu desenvolvimento adicional, em consonância com os estreitos laços existentes entre os dois países amigos.

6. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Iraque, Sua Excelência o Dr. Sadoon Hammadi, manteve, igualmente, proveitosas reuniões com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sua Excelência o Senhor Ramiro Saraiva Guerreiro, sobre importantes temas de relevância bilateral e internacional.

7. Sua Excelência o Senhor Saad Qassem Hammoudi, Ministro da Informação da República do Iraque, manteve, por sua vez, úteis encontros com Sua Excelência o Senhor Said Farhat, Ministro Extraordinário para Assuntos de Comunicação Social da República Federativa do Brasil, durante os quais foram abordados assuntos relativos aos campos cultural e de comunicação social.

8. Sua Excelência o Senhor Taha Muhyiddin Ma'rouf e sua delegação, após os contatos de alto nível mantidos em Brasília, visitaram o Estado de São Paulo, onde foram recebidos pelo Governador e outras autoridades locais.

9. Em todas as oportunidades, as duas partes manifestaram sua satisfação sobre o desenvolvimento das relações entre a República do Iraque e a República Federativa do Brasil. Sublinharam sua vontade e determinação de promoverem o estreitamento dessas relações nos campos econômico, cultural, científico e técnico, no interesse comum dos povos brasileiro e iraquiano, sobre uma base de respeito aos princípios de soberania e não-intervenção nos assuntos internos dos Estados.

10. O Vice-Presidente da República do Iraque passou em revista as medidas tomadas pelas lideranças síria e iraquiana visando a unificar os dois países de acordo com a Carta Nacional Conjunta. O Vice-Presidente da República do Iraque

examinou, igualmente, de forma minuciosa, os resultados da IX Conferência Árabe de Cúpula, realizada em Bagdá bem como as resoluções da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Economia Árabes, realizada em Bagdá entre 27 e 31 de março de 1979.

11. O Governo brasileiro tomou nota, com interesse, dessas informações e expressou sua esperança de que os esforços ora empreendidos com vistas à união da Síria e do Iraque possam resultar em benefício do povo destes dois países, bem como da nação árabe, e que os resultados alcançados nas reuniões de Bagdá ajudem a reforçar a unidade e solidariedade entre os dois países árabes.

12. Ao considerarem a situação no Oriente Médio, as duas partes manifestaram sua grave preocupação com o aumento das tensões e conflito na área e acentuaram que uma paz justa e duradoura na área não poderá ser alcançada sem a retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes e sem que se assegurem os direitos inalienáveis do povo palestino, inclusive o direito de regresso, e o direito à autodeterminação, independência nacional e soberania na Palestina, de acordo com a Carta das Nações Unidas. As duas partes reconheceram a Organização para a Libertação da Palestina como único e legítimo representante do povo palestino. A parte brasileira manifestou seu apoio às resoluções das Nações Unidas aplicáveis com vistas a assegurar uma paz justa e global na área.

13. As duas partes examinaram a atual situação internacional e enfatizaram novamente a posição comum de seus governos de apoio à luta dos povos do mundo contra todas as formas de colonialismo, discriminação racial e **apartheid** de modo a assegurar sua independência nacional e total soberania de seus países sobre recursos naturais. As duas partes enfatizaram também seu apoio integral aos Movimentos de Liberação Africanos no Zimbábue e Namíbia.

14. As duas partes dedicaram atenção especial aos problemas dos países em desenvolvimento cuja situação económica continua a se deteriorar. Enfatizaram a necessidade de se envidarem esforços para implementar as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas adotadas em suas Sessões Especiais relativas ao estabelecimento de

uma nova ordem económica internacional fundada na justiça e igualdade.

15. As duas partes manifestaram sua satisfação pelo trabalho que vem sendo realizado pelo Grupo dos 77 e pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, bem como por diversos agrupamentos regionais de países em desenvolvimento com vistas a fortalecer a cooperação internacional e estabelecer um relacionamento justo e eqüitativo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

16. As duas partes reiteraram seu total apoio às Nações Unidas e aos princípios e propósitos inscritos em sua Carta.

17. As duas partes também salientaram a importância da necessidade de que se continuem a manter contatos, nos vários níveis, entre os dois países a fim de fortalecer as relações entre eles.

18. A este respeito, a próxima reunião, a nível ministerial, da Comissão Mista Brasil-Iraque, a realizar-se em Bagdá, constituirá excelente oportunidade para que se alcancem resultados significativos.

19. Os dois lados sublinharam em particular o excelente estado das relações entre o Iraque e o Brasil caracterizadas pelo espírito de amistosa colaboração que constitui um exemplo de vigorosa cooperação entre dois países em desenvolvimento.

20. O Vice-Presidente da República do Iraque expressou sua profunda gratidão pela calorosa recepção e cordial hospitalidade que lhe foi dispensada, bem como à sua delegação, durante sua estada no Brasil.

21. Sua Excelência, o Senhor Taha Muhyiddin Ma'ruf, Vice-Presidente do Iraque, estendeu um convite oficial a Sua Excelência o Senhor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, para visitar o Iraque. Sua Excelência o Dr. Sadoon Hammadi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, estendeu um convite oficial a Sua Excelência Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para visitar o Iraque. Estes convites foram aceitos com prazer e as datas das visitas serão fixadas posteriormente.

delegação angolana abre nova fase nas relações brasília-luanda

Discursos, de improviso, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro do Comércio Exterior de Angola, Roberto Victor Francisco de Almeida, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 19 de março de 1979, por ocasião do almoço oferecido à delegação daquele país.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Roberto de Almeida, Ministro do Comércio Exterior de Angola,

Ilustres membros da Missão de Angola que ora nos honra com sua visita,

Queria dizer apenas algumas palavras para expressar o apreço que temos pela designação, por parte do Governo angolano, de uma Missão Especial à posse do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo e ainda de um grupo maior, de um grupo de trabalho, para que mesmo nesses primeiros dias do presente Governo tenham contatos com autoridades e entidades diversas brasileiras.

A cooperação entre Brasil e Angola se faz num clima de franqueza, simplicidade e boa vontade. Estamos convencidos de que é nosso interesse — brasileiro — sermos tão abertos, tão dispostos a essa cooperação, quanto os nossos meios necessariamente limitados o permitam.

Temos plena consciência da perspectiva histórica e da significação que as ligações de todo género entre Brasil e Angola — esse substrato, étnico.

lingüístico, cultural — nos impõem um dever. E nem é preciso tomarmos muita consciência dele, porque é imediato de tão aparente, no desenvolvimento dessa cooperação.

Desejo que a estada dos Senhores aqui seja feliz, que seja proveitosa, que ela tenha frutos no futuro, que dela resultem medidas e oportunidades vindouras, concretas e precisas, para o desenvolvimento dessa cooperação.

Queria terminar, dizendo aos presentes que bebem pela felicidade pessoal do Chefe de Estado angolano, que é um grande poeta da língua portuguesa, Agostinho Neto, pela paz e pela prosperidade da República de Angola.

MINISTRO ANGOLANO

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Dr. Saraiva Guerreiro,

Excelentíssimos Ministros,

Excelentíssimos Responsáveis do Itamaraty,

Em nome da Delegação da República Popular de Angola que tenho a honra de conduzir nesta vi-

sita à República Federativa do Brasil, gostaria de, uma vez mais, exprimir nosso agradecimento pelo acolhimento fraternal que nos foi dispensado desde nossa chegada a este país.

Estamos bastante sensibilizados pela forma carinhosa como temos sido tratados até este momento. Estamos convencidos de que esta Missão abre nova fase nas relações entre Brasil e Angola.

Há laços comuns que vêm do colonialismo que qualquer dos nossos povos sofreu. Estamos ligados hoje pela raça, pela língua, por uma certa identidade no que respeita à maneira de encararmos o desenvolvimento de nossos países. E pensamos que tudo isso constitui uma base suficien-

te para possibilitar um entendimento cada vez maior, para levar ao estabelecimento de uma cooperação cada vez mais estreita entre nossos dois países.

Gostaríamos também de exprimir ao Chefe de Estado brasileiro recentemente empossado nossos votos de maiores sucessos, extensivos a todos os Ministros, a todos os Responsáveis que, com ele, têm a partir deste momento a responsabilidade de conduzir o povo brasileiro,- e, nesse sentido, gostaria que me acompanhassem num brinde ao sucesso do Governo deste grande país, para que este Governo conduza realmente à felicidade de seu povo inteiro.

no dia do diplomata, chanceler analisa as relações internacionais

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 20 de abril de 1979, por ocasião da solenidade comemorativa do Dia do Diplomata, que contou com a presença do Presidente João Figueiredo.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Meus novos colegas.

Celebramos hoje, 20 de abril, o aniversário de nascimento do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, por sua grande obra e por uma vida caracterizada pelo desprendimento, pela inteligência e cultura e, sobretudo, pela dedicação na defesa dos interesses da pátria.

O Itamaraty é a Casa do Barão do Rio-Branco. É o depositário fiel e orgulhoso das tradições de nossa política externa: a preservação da dignidade, a convivência pacífica com todos os povos, em especial aqueles que lutam pelo desenvolvimento e pela superação das desigualdades entre as nações.

Honramo-nos todos, mais do que saberia dizer, com que as cerimônias de hoje sejam presididas pelo Chefe de Estado. Meus jovens colegas têm assim, profundamente marcada, a relevância dos compromissos permanentes que assumem com a nação, na defesa de seus interesses e objetivos.

Principiantes na carreira, têm desde cedo responsabilidades de assessoramento e, muitas ve-

zes, de chefia interina, em matérias de substância. Devem pesquisar e pensar como se do que digam ou escrevam possam vir a depender as decisões, de nível superior, que devem, entretanto, ser aceitas com estrita disciplina. É esta dedicação à tarefa, seja ela particularmente interessante, seja ocasionalmente rotineira, que lhes permitirá enfrentar as mudanças das condições de vida entre postos muito diversificados, que lhes dará versatilidade para cuidar, conforme as necessidades do momento, de matéria política, jurídica, econômica, cultural e administrativa, e para atender às atividades de representação. Serão mais eficientes, como é natural, em certos setores do que em outros, mas não refugarão nenhum, nem fracassarão em qualquer deles. Nem sequer a vida privada será irrelevante para o cumprimento de seus deveres, mas se inserirá de várias formas na especial função pública que abraçaram e que, no cotidiano, não desaparece com o encerramento do expediente, nem no espírito, nem na ação dos que a exercem.

Se assim não fosse, os que hoje se iniciam, e cujas carreiras ultrapassarão este século, estariam comprometendo sua dignidade e sua felicidade, pois não conseguiriam crescer harmonicamente com as responsabilidades que o Brasil terá de assumir em sua evolução internacional cada vez mais complexa, mais exigente.

uma nação autêntica, de personalidade marcante

Já vai superada a época em que éramos um país de horizontes apenas regionais. Hoje, a ampliação do comércio, a intensificação dos fluxos financeiros e de investimentos e a diversidade das relações políticas e culturais do Brasil rompem horizontes e estenderam nossas vistas e interesses a todos os quadrantes. Hoje, nada ocorre no plano internacional que não nos interesse, que não nos afete ou, pelo menos, que não exija nossa cuidada atenção. A forma, a gradação, a oportunidade das reações a estímulos e solicitações externas, tanto quanto das iniciativas que nos convierem refletirão o que é o Brasil, uma nação autêntica, de personalidade marcante. **A política externa deve manter estreita sintonia com os anseios permanentes do país — anseios de paz, de desenvolvimento, de fraternidade —, ao mesmo tempo em que, pela participação franca no cenário internacional, resguarda os interesses brasileiros. Temos de estar preparados, com segurança para conduzir um diálogo permanente e simultâneo, em diferentes níveis, com países em variadas situações. Aí estará talvez o maior desafio da política externa de um país-ponte, sob muitos aspectos intermédio, como é o Brasil. Servir com lucidez à especificidade brasileira no mundo será o grande desafio dos funcionários desta Casa.**

O caráter multifacetado de cada tema de nossas relações internacionais, as interconexões entre esses temas e suas repercussões internas e externas indicam a necessidade que temos, cada um de nós, de manter uma atitude alerta e de reflexão ponderada e minuciosa em nossa atividade diária no Itamaraty. Todos nós, antigos e novos colegas, Chefes e Secretários, estamos comprometidos com a política externa.

O panorama internacional se caracteriza por modificações tópicas freqüentes, que requerem avaliação rápida, mas segura e serena para que não se perca a clareza da visão a longo prazo. Na esfera propriamente política, as Superpotências se confrontam nas áreas periféricas e procuram o diálogo e o entendimento, nas áreas essenciais. Os países industrializados no Ocidente, estimula-

dos pelo êxito do seu processo de crescimento econômico, reivindicam um papel internacional mais ativo.

No mundo em desenvolvimento, a importância política dos diversos atores cresceu, em parte devido às variadas disputas para englobar novas regiões e áreas de influência, em parte devido ao novo papel dos países produtores de petróleo e, por toda parte, como resultado de processos naturais de afirmação nacional.

Na esfera econômica, a inflação e o desemprego estimulam os países desenvolvidos a exportar dificuldades, impor barreiras protecionistas ao comércio e procurar novos esquemas que controlem ou limitem o jogo da livre concorrência em setores em que suas economias não são as mais eficientes, embora continuem a aconselhar políticas liberais.

Por outro lado, as questões econômicas ficaram definitivamente contagiadas pela política, como se pode verificar diariamente, quando se vê a importância do relacionamento político para a conclusão de grandes transações comerciais e financeiras.

Meus jovens colegas,

Neste panorama internacional, sobra pouco espaço à percepção dos interesses comuns de longo prazo que poderiam ser os inspiradores de soluções eqüitativas e de objetivos que aliciassem a confiança dos povos. Prevalece, ao contrário, a preocupação pequena de estabelecer esquemas de restrição do acesso aos mercados, à tecnologia e ao processo de decisão política.

brasil busca soluções construtivas

O Brasil, porém, não esmorece. Procura participar de modo sereno, firme e amistoso, na busca de soluções construtivas para os conflitos e controvérsias e para a defesa de propostas que permitam reduzir o grau de insegurança política e econômica internacionais, de modo a garantir a todos os países, sem distinção, melhores condições de sobrevivência, independência e cooperação.

Internamente, vive nosso país momento de profunda significação em que a Sociedade e o Estado, sob a liderança do Senhor Presidente da República, se unem para a construção de um futuro mais democrático, em que os frutos do desenvolvimento propiciem uma gama de oportunidades mais ricas para o aprimoramento de cada brasileiro como homem e como cidadão.

Meus novos colegas,

É para atuar neste momento tão crucial que os convoco: todos devem contribuir com o seu esforço profissional para que se criem condições favoráveis e permanentes para o desenvolvimento da nação brasileira.

Em tarefa de tal magnitude, na execução da política externa, formulada pelo Senhor Presidente da República, os novos diplomatas contarão com a orientação amiga dos Chefes, com a colaboração dos colegas mais antigos — no Brasil e em qualquer parte do mundo — e com o exemplo daquele cujo aniversário comemoramos hoje, que deu seu nome à exemplar instituição de ensino que os formou, que dedicou sua vida à defesa dos interesses internacionais do Brasil e cujo moto sintetiza a essência do espírito do bom diplomata: **ubique patriae memor.**

Muito obrigado.

o sexto aniversário da itaipu binacional

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Diretor-Geral Adjunto da Itaipu Binacional, Enzo Debernardi (tradução não-oficial), no Palácio Itamaraty de Brasília, em 26 de abril de 1979, por ocasião de almoço oferecido aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração daquela empresa brasileiro-paraguaia, no sexto aniversário da conclusão do Tratado de Itaipu.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro César Cais,

Senhores membros do Congresso Nacional,

membros do Conselho de Administração da Itaipu

e da Diretoria da Itaipu,

É com grande prazer que hoje nesta Casa os recebemos em comemoração do sexto aniversário da conclusão do Tratado da Itaipu, que resultou de negociações tão complexas e levadas a cabo entretanto, naquele espírito de amizade, de compreensão e de respeito mútuo que caracteriza as relações entre o Paraguai e o Brasil. Não preciso dizer nada sobre a grandeza de Itaipu; tudo foi dito, e provavelmente os fatos é que serão eloquentes e não haverá palavras suficientes para descrever; não preciso tampouco demorar-me em assinalar as peculiaridades da própria filosofia jurídica, digamos, que caracteriza este tratado: a perfeita igualdade entre as partes, num empreendimento extraordinário em que as duas partes terão responsabilidades diferentes de execução, mas absoluta igualdade tanto no que res-

peita ao esforço e a dedicação na construção quanto, a longo prazo, aos respectivos proveitos individuais, de um país e do outro. E assim deve ser; por isso, ela será uma obra perdurável, que marcará permanentemente esta magnífica amizade e cooperação entre os dois países.

Eu queria aproveitar o momento para despedir-me de alguns dos membros do Conselho de Administração e Diretoria que estão deixando seus postos, e que conheci em outras ocasiões e que muito apreciei, e ao mesmo tempo dar as boas-vindas aos que os substituirão nesses dois órgãos diretores centrais da Itaipu. Queria congratular-me, em particular, com os trabalhos que o Conselho de Administração e a Diretoria vêm realizando. A eficiência, a fluidez, a precisão com que eles têm dirigido esta obra monumental. Muitas vezes ogourentas sempre se referiam, e ainda hoje se referem, às dificuldades de levar avante um empreendimento empresado, digamos, por uma companhia binacional paritária. E, no entanto, o que nós vemos, na prática, é que essa organização paritária, igualitária, de uma companhia binacional funciona com uma eficiência, com uma capacidade de decisão e de execução que raramente se encontram naquelas empresas dominadas,

digamos, por uma maioria acionária. Portanto, o problema não é tanto o da forma, é o do espírito, como já tem sido dito, o espírito tem presidido à Itaipu e que é uma faceta fundamental do espírito que preside às relações entre o Paraguai e o Brasil.

Tomo então esta oportunidade para beber pelo êxito da grande obra e pelo êxito de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, e pela felicidade pessoal dos mesmos.

ENZO DEBERNARDI

Excelentíssimo Senhor Chanceler,

Senhores Ministros de Estado,

Excelências, companheiros de trabalho da Itaipu Binacional,

Cabe-nos aos da Itaipu Binacional agradecer a este almoço que os Senhores tão gentilmente ofereceram para nós. Este encontro, este almoço no Itamaraty já se tornou tradicional na história de nosso empreendimento. Cada vez que comparecemos a ele, marcamos uma etapa; não nos detemos um momento a pensar no caminho andado. Até agora, desde a última vez que nos encontramos, temos falado sempre com um acento posto mais no futuro que no presente. Quer dizer, temos falado mais da obra que tem de ser realizada, da obra em que se tem de pôr esforço e desta vez, hoje, podemos dizer que podemos colocar um acento mais no presente que no futuro, no sentido de que a obra está culminando. A obra é uma realização, a obra está chegando a sua etapa

maior. Dentro de muitos poucos dias veremos, se Deus nos permite, com nossos próprios olhos e dos homens de Itaipu, o ponto mais alto da represa chegar a sua culminação e colocar sobre ela os últimos metros cúbicos de concreto. Então isso que parecia um sonho, que parecia algo do futuro, se torna não somente irreversível mas se torna real, se torna algo que já se pode tocar com as mãos.

Senhor Chanceler, a última vez que estive aqui e que me tocou tomar a palavra, quis acentuar um conceito, e este conceito é de que a obra de Itaipu como a única produtora de quilowatts/hora para o Paraguai e o Brasil alcança somente a metade de seu significado e de suas intenções. Que a outra metade vai constituir-se num elemento e numa etapa da união, da colaboração efetiva e real entre nossos dois países. E, agora, ao constatar com os nossos próprios olhos que Itaipu chega à sua culminação e é algo absolutamente real, não resisto à tentação de dizer que, com o mesmo espírito, com o mesmo coração com que temos cuidado de que ela se torne uma realização material, real. Com esse mesmo espírito devemos seguir cuidando que os outros cinqüenta por cento sigam cuidando-se com essa mesma força; quer dizer, que ela complete o objetivo para o qual foi traçada; quer dizer, ser o elemento indissolúvel de união entre os dois países. E se Deus me der forças e se tenho o privilégio, eu e todos os meus companheiros de Itaipu de voltar a esta mesa, no futuro, espero ter o privilégio e o orgulho de dizer que Itaipu cumpriu com 100 por cento o seu objetivo. E isso é a meta para qual nós, os paraguaios, nos dispusemos com todo o nosso coração, com todo o nosso entendimento e, se me permite, Senhor Chanceler, com todo o nosso afeto. Muito obrigado.

ministro dos negócios estrangeiros da itália no brasil

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Arnaldo Forlani, no Palácio Itamarcty de Brasília, em 26 de abril de 1979, por ocasião do jantar oferecido ao representante italiano.

SARAIVA GUERREIRO

Excelentíssimo Senhor Ministro,

É com grande honra que, em nome do Governo brasileiro, saúdo Vossa Excelência e a comitiva que o acompanha em sua visita ao Brasil. A presença de Vossa Excelência entre nós reafirma os profundos e antigos laços de fraternal amizade que unem nossos dois países; testemunha a disposição de nossos Governos de manterem constante diálogo sobre a evolução da política internacional e das nossas relações bilaterais,- e, sobretudo, sublinha o interesse do Brasil e da Itália de tornar ainda mais densa a cooperação tão fecunda que, felizmente, existe entre nós.

Vossa Excelência encontrará, no Brasil, uma simpatia toda especial pelo seu país. Encontrará, na verdade, um sentimento de afeto pelos italianos, que tão generosamente contribuíram para o progresso do Brasil e para a própria formação étnica do povo brasileiro. Nosso relacionamento se estende aos mais variados setores de atividade refletindo uma cultura comum, latina, que molda nosso conhecimento, nossa psicologia social e nossos respectivos idiomas. Muitos são, portanto, os fatores culturais que nos aproximam e que nos estimulam na tarefa de fortalecer, ainda mais, os laços de amizade que nos ligam.

Nos últimos anos, variados eventos contribuíram para acelerar a aproximação ítalo-brasileira. O fluxo de visitas realizadas por personalidades governamentais brasileiras e italianas se torna, progressivamente, mais importante, o que nos tem permitido identificar novas áreas de cooperação. Restringindo-me apenas a 1978, assinalo que dois Ministros de Estado brasileiros visitaram a Itália e que, no Brasil foram, igualmente, recebidos dois membros do Gabinete italiano. Desejo, também, lembrar que, por ocasião das solenidades de posse de Sua Excelência o Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, a Itália fez-se representar por importante delegação, chefiada pelo eminente Senhor Amintore Fanfani, Presidente do **Senado da República italiana**.

avanços significativos no relacionamento económico bilateral

No campo do relacionamento económico bilateral temos conseguido avanços significativos, sendo de notar-se que o valor das trocas de mercadorias quintuplicou em menos de uma década. A circunstância de nosso intercâmbio comercial não se encontrar, no presente momento, em equilíbrio deve incentivar-nos a buscá-lo em patamares mais altos de trocas, como estratégia gradual para solucionar essa situação.

O influxo de capitais e tecnologia italianos no Brasil, por sua vez, reforça-se continuamente, em especial nos setores automobilístico, siderúrgico, aeronáutico e de telecomunicações da economia brasileira.

Outro fator positivo, que nos inspira crescente confiança no ulterior desenvolvimento das relações bilaterais, é o aperfeiçoamento constante do seu arcabouço institucional. Em anos recentes, foram firmados diversos instrumentos, entre os quais merecem realce o Acordo sobre Previdência Social, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo sobre Bitributação. Nas áreas das telecomunicações, criamos o Comitê de Comunicação Eletrônica, que funciona sob a égide dos Ministérios técnicos correspondentes. Por seu turno, na órbita da iniciativa privada, instituiu-se o Comitê Empresarial Italo-Brasileiro, cujo primeiro encontro, segundo entendimentos entre os respectivos órgãos de classe, deverá realizar-se em Milão, ainda no presente semestre.

A Comissão Mista econômica entre o Brasil e a Itália celebrou, em fins do ano passado, em Roma, a sua Terceira Reunião. No entender do Governo brasileiro, essa Comissão está cumprindo, de forma satisfatória, as suas inestimáveis funções de foro de conversações para a coordenação do intercâmbio entre os dois países. Esperemos possa prosseguir em suas atividades com êxito crescente.

Também no plano da cooperação cultural, que igualmente valorizamos, progressos significativos vêm sendo obtidos, embora muito falte a realizar nesse terreno, fundamental para o conhecimento recíproco entre nossos povos. Os programas já acordados nas áreas do intercâmbio de livros e bibliotecas-modelo, da restauração de obras de arte e de monumentos e de treinamentos em esportes olímpicos, já nos permitem avaliar a utilidade dessa cooperação e nos incentivam a expandi-la significativamente.

Encorajados pela amplitude assumida pelo relacionamento ítalo-brasileiro, os dois Governos instituíram a Comissão de Consulta Política, mecanismo ágil e flexível que veio institucionalizar o diálogo bilateral em alto nível. É-me especialmente grato ressaltar que a presente visita de Vossa

Excelência se insere no quadro das consultas previstas por essa Comissão.

consultas regulares são particularmente úteis

Tenho a convicção de que essas consultas regulares são particularmente úteis, pois permitem ampla troca de ideias, impressões e esclarecimentos sobre assuntos de interesse comum. É nosso desejo que as relações entre o Brasil e a Itália não apenas conservem a importância que sempre tiveram, mas também que possam ser incrementadas e aperfeiçoadas e que tenham relevância crescente no plano de nossa política europeia. Nosso relacionamento bilateral, além da esfera das trocas comerciais, está assumindo feições mais complexas, que se refletem nas próprias conversações que a visita de Vossa Excelência enseja.

Desejo salientar que o Governo brasileiro aprecia o relevante papel que a Itália desempenha tanto no quadro da Comunidade Econômica Europeia, quanto no âmbito mais amplo do Ocidente. O Brasil está interessado em contar mais intensamente com a valiosa experiência política da Itália e de sua sempre renovada criatividade. Refiro-me, aqui, particularmente às conversações que mantemos com a Comunidade Europeia sobre a necessidade de dispormos em nosso relacionamento de um quadro institucional adequado, assim como às preocupações que, freqüentemente, temos expressado com a intensificação do protecionismo comercial. Temos interesse, também, na contribuição italiana ao chamado diálogo Norte-Sul, diálogo esse que, em nosso entender, não deve restringir-se, exclusivamente, ao domínio econômico, nem ser conduzido apenas no foro das grandes conferências multilaterais.

Senhor Ministro,

Nas conversações que hoje mantivemos, pude reconhecer o talento e a habilidade política que têm valido a Vossa Excelência o justo renome que desfruta dentro e fora de seu país. Tenho a esperança de que, durante sua estada na terra brasileira, Vossa Excelência terá ocasião de apreciar todos os sentimentos de boa vontade e de simpatia que, nós, brasileiros, nutrimos pelo seu país e pelo seu povo.

Nesse espírito, convido os presentes a comigo erguerem suas taças em homenagem à paz e à prosperidade da Nação italiana, ao progresso das relações ítalo-brasileiras e à saúde e felicidade pessoal do Ministro Forlani.

ARNALDO FORLANI

Senhor Ministro de Estado,

Sou-lhe muito grato pelas palavras de amizade que Vossa Excelência quis endereçar a mim e aos membros da delegação que me acompanha. Consentir-me-á que eu retribua estes sentimentos com a sinceridade fraternal que deriva de vínculos tão profundos e antigos.

Consentir-me-á, igualmente, Senhor Ministro, que eu lhe externe toda minha admiração por esta nova Capital que o Brasil doou-se. Ela não é apenas o testemunho do trabalho e do espírito de empreendimento do povo brasileiro. É, esta, uma obra que expressa uma vontade política precisa. Um convite dirigido à construção do Brasil moderno. Pela austeridade e elegância dos seus monumentos, a Brasília de hoje é também um grande exemplo de cultura. Seja-me lícito afirmá-lo deste Palácio, no limiar de uma praça que, através das vias da arte, reproduz a concepção dos Três Poderes.

Senhor Ministro de Estado,

No começo da atividade da nova Administração brasileira, é-nos grato formular os votos mais sinceros para o sucesso da empresa que visa a levar adiante a construção e o desenvolvimento deste grande País, segundo as linhas traçadas pelo ilustre Presidente do Brasil. A elevada palavra do Presidente Figueiredo, proferida em 15 de março deste ano, apontou os caracteres aos quais será inspirada a ação de sua grande Nação, neste momento.

Nós, como todos vocês temos fé no futuro do Brasil. Temos fé em que ele — como tem lembrado o Presidente - se apoie, acima de qualquer outro valor, na força do direito e do bom senso.

A luta para vencer os problemas do desenvolvimento, para a construção de sociedades mais justas, por uma distribuição da renda que alivie

a inquietude dos trabalhadores e das jovens levas,- os esforços para garantir maior estabilidade à ordem monetária internacional, a procura dos pontos de colimação entre as exigências dos países industrializados e dos países em via de industrialização, uma mais adequada e ampla consciência dos problemas do tempo presente: eis outros tantos desafios que nos são propostos.

novas exigências da comunidade internacional

Vivemos numa época, Senhor Ministro de Estado, na qual novas exigências, incertezas e contradições fervilham por dentro das nações e da própria Comunidade Internacional. São interrogativos que concernem ao papel do homem com relação à sua vida agregada.

Pela força de suas ideias, pela continuidade e a fecundidade que a cultura representa na vida das nações, o homem projeta-se como o grande protagonista dos eventos que unem e separam as nações. É motivo de conforto constatar que, posto que atribuladas pelos problemas da hora atual, as sociedades mais arrojadas e criativas são ainda aquelas que mais tomaram consciência destes valores.

Nós acolhemos com vivo agrado o empenho, expressado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, de ampliar passo a passo precisamente aqueles valores graças aos quais o Brasil e a Europa confraternizam.

Eles repisam vínculos históricos e culturais aos quais nós também somos profundamente sensíveis. Estamos convencidos de que a afirmação, nas duas margens do Atlântico, de instituições que se identifiquem nos mesmos princípios, pode representar a condição e ao mesmo tempo a garantia mais sólida para a necessária colaboração entre Europa e América Latina, entre Itália e Brasil. As metas delineadas pelo Presidente Figueiredo apontam o caminho que empreendeu o Brasil e nesta sua perspectiva acompanha o voto fraternal da Nação italiana.

É justo, Senhor Ministro de Estado, que este grande País projete no exterior a própria civilização de trabalho, a energia dos seus empenhos

dedores e a visão de um mundo a um tempo avançado e pacífico.

Minha presença em Brasília facultou verificar as impressões que o Brasil e a Itália têm se formado no tocante aos complexos problemas do momento.

relações bilaterais estão em excelente nível

Juntos fizemos hoje e iremos fazer ainda amanhã, um exame das relações bilaterais. Elas, certamente, estão num excelente nível pela facilidade com que italianos e brasileiros são capazes de se entenderem, e nós estamos resolvidos a desenvolvê-las ulteriormente da melhor forma e em cada direção.

Senhor Ministro de Estado,

Em se tratando do Brasil e da Itália, a evocação de uma matriz comum não é um floreio de retórica:

milhões de italianos e de descendentes de italianos encontraram no Brasil sua nova pátria e por geral reconhecimento tanto têm-se empenhado para o desenvolvimento deste grande País, ao ponto de se tornarem um elemento essencial desta tão original e sugestiva civilização brasileira. A eles seja-me consentido transmitir, também nesta oportunidade, a saudação do Governo e do povo italiano.

Senhor Ministro de Estado,

Desejo agradecer-lhe de coração pela esplêndida hospitalidade e gostaria de pedir a todos levantarem comigo a taça ao futuro do Brasil, ao seu desenvolvimento, às aspirações desta grande Nação, à amizade entre nossos dois países, para que prossigam juntos e solidários, parte ativa no mundo, em um empenho de paz, de justiça e de progresso.

comunicado conjunto brasil-italia

Comunicado Conjunto Brasil-Itália, divulgado pelo Palácio Itamaraty de Brasília, em 27 de abril de 1979, ao final da visita do Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Arnaldo Forlani.

A convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores, da República Federativa do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Italiana, Arnaldo Forlani, visitou oficialmente o Brasil, nos dias 25 a 29 de abril de 1979, para manter conversações no âmbito do mecanismo de consultas periódicas estabelecido por Troca de Notas de 28 de outubro de 1975. O Senhor Arnaldo Forlani fez-se acompanhar de altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália.

2. O Ministro Arnaldo Forlani foi recebido pelo Presidente da República, Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo.

3. O Ministro Arnaldo Forlani visitou o Senador Luiz Vianna Filho, Presidente do Senado Federal,

o Deputado Homero Santos, Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, o Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e o Senhor Aimé Alcebíades Lamaison, Governador do Distrito Federal.

4. Os dois Ministros lembraram com satisfação a tradicional amizade que une os povos italiano e brasileiro, para a qual muito têm contribuído a origem cultural comum e a presença de uma grande e operosa comunidade brasileira de procedência italiana.

5. Os dois Ministros procederam a ampla troca de pontos de vista sobre a situação internacional, em ambiente que se caracterizou pela viva cordialidade e espírito de cooperação. Manifestaram também seu apoio aos princípios de respeito

mútuo, de não-intervenção, de solução pacífica de controvérsias e ao respeito aos direitos humanos, como indispensáveis para o fortalecimento da paz, da segurança e da cooperação internacional.

6. Ao examinarem a situação económica mundial e tendo em vista inclusive a participação italiana na Reunião dos Sete (Tóquio), expressaram sua preocupação com as medidas protecionistas de toda ordem, em especial as que afetam os países em desenvolvimento, e confirmaram seu firme apoio ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional. Neste sentido, exprimiram sua convicção de que a expansão do comércio internacional dependerá cada vez mais da solidariedade e de um espírito de compreensão entre as nações. Manifestaram também sua decisão de contribuir de maneira positiva para o êxito da V Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento que se realizará em maio, em Manila.

7. Os dois Ministros passaram em revista as principais questões bilaterais de mútua relevância. O Ministro Forlani enumerou as principais iniciativas de cooperação económica, industrial e financeira de que participam, ou desejariam participar, empresas italianas dos setores público e privado e realçou o interesse do Governo italiano em facilitar e tornar mais eficaz essa cooperação. O Ministro Guerreiro, por sua vez, salientou as mútuas vantagens que essa cooperação oferece para os dois países e a crescente importância dos investimentos italianos no Brasil.

8. Reiterou o Ministro Forlani o empenho do seu país em que o vigente Acordo de Cooperação Económica de 30 de abril de 1956 seja substituído por novo instrumento de cooperação económica, industrial e financeira. O Ministro Guerreiro renovou a disposição brasileira de atualizar o quadro institucional do relacionamento bilateral, de molde a torná-lo mais adequado às exigências da cooperação económica entre os dois países.

9. Os dois Ministros manifestaram a satisfação de seus Governos com os progressos obtidos durante a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Itália, realizada em Roma de 29 de novembro a 1.º de dezembro de 1978. Também concordaram em que as soluções alcançadas na mencionada reunião principalmente, no que toca às atividades, na Itália, do Banco do Brasil S.A. e do Instituto Brasileiro do Café, sejam, quanto antes, postas em execução.

10. Notaram com satisfação os entendimentos em curso pelos órgãos competentes do setor privado de ambos os países para que se realize, ainda no corrente semestre, a reunião inaugural do Comité Empresarial Ítalo-Brasileiro.

11. Os dois Ministros reconheceram a importância dos contatos mantidos entre o Consiglio Nazionale delle Ricerche e o Conselho Nacional de Pesquisas, e verificaram com satisfação os progressos realizados no tocante à cooperação no campo das telecomunicações, no quadro do Comité de Comutação Eletrônica. O Ministro Arnaldo Forlani expressou o vivo interesse do seu Governo em que as iniciativas nessa área possam expandir-se e diversificar-se, tornando-se um modelo de ação para a cooperação técnica e industrial entre as duas nações.

12. Os dois Ministros manifestaram particular interesse pelo desenvolvimento da cooperação cultural entre os dois países com base nos trabalhos realizados pela Comissão Mista de Cooperação Cultural Brasil-Itália. Nesse sentido, indicaram que a intensificação dos contactos bilaterais, nesse campo, contribui para o melhor conhecimento recíproco e permitirá identificar novas áreas de cooperação, no interesse mútuo.

13. O Ministro Forlani expressou seu vivo reconhecimento ao Ministro Guerreiro pela calorosa e cordial acolhida que lhe foi dispensada durante a sua permanência no Brasil e lhe dirigiu convite para visitar a Itália. O Ministro Guerreiro aceitou com prazer esse convite.

brasil e hungria assinam acordo de comércio e pagamentos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 30 de abril de 1979, por ocasião da assinatura do Acordo de Comércio e Pagamentos com a República Popular da Hungria; e resumo do discurso pronunciado na mesma ocasião pelo Vice-Ministro de Comércio Exterior da Hungria, Bela Szalai.

0 CHANCELER

Senhor Secretário de Estado,

É com grande satisfação que assino hoje, com Vossa Excelência, o Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Hungria. Este novo instrumento, resultado de cuidadosa negociação, com a participação de todos os órgãos competentes, foi rubricado por ocasião da V Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria e vem atualizar os principais mecanismos e disposições estabelecidos no Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Económica, assinado em maio de 1961.

O funcionamento do Acordo que agora deixa de vigorar, bem como as Reuniões da Comissão Mista que se realizaram sob sua égide, revelaram amplas possibilidades de cooperação que começam a ser exploradas no crescente intercâmbio comercial entre nossos países. Assim, sobretudo nos últimos cinco anos, registraram-se valores sem precedentes em nosso comércio bilateral, que alcança hoje a cifra de cem milhões de dólares. Esse nível de trocas foi alcançado graças aos esforços que, de parte a parte, realizamos no sentido de procurar ampliar e diversificar nosso intercâmbio, dentro do quadro de complementaridade existente entre as duas economias.

Como resultado desses esforços, a Hungria fornece equipamentos destinados ao aumento de nossa capacidade portuária e à expansão e melhoramento de nossa assistência hospitalar. Além disso, perspectivas de cooperação em terceiros mercados vêm sendo estudadas entre empresas de ambos países.

O Acordo que acabamos de assinar reflete justamente ânimo de dotar nossas relações comerciais de um sistema atualizado que lhes propicie agilidade consentânea com as realidades económicas dos dois países.

Nessa linha de ação, apraz-me registrar a assinatura, no início do corrente ano, do acordo entre o Banco Central do Brasil e o Banco do Comércio Exterior da Hungria, e de um Acordo de cooperação entre a Câmara de Comércio da Hungria e a Confederação Nacional da Indústria do Brasil, os quais, estou certo, servirão de estímulo ao intercâmbio bilateral.

Essa breve retrospectiva é suficiente para revelar o alto nível de entendimento que nossos países vêm alcançando na área do comércio exterior, com resultados significativos e mutuamente vantajosos.

Ao finalizar, congratulo-me com Vossa Excelência pela celebração deste Acordo de Comércio e Pagamentos, na certeza de que ele representa mais um importante passo no desenvolvimento das relações entre a Hungria e o Brasil.

Muito obrigado.

O VICE-MINISTRO

O Vice-Ministro de Comércio Exterior da Hungria, Bela Szalai, chamou a atenção para a importância do Acordo de Comércio e Pagamentos entre os dois países, com vistas ao futuro das relações comerciais entre Brasil e Hungria, e manifestou sua satisfação por firmá-lo.

Ele disse que o intercâmbio comercial entre os dois países não é ainda o ideal, mas revelou que existem amplas possibilidades para intensificá-lo, graças ao potencial de ambos os países, cujas economias, em muitos pontos, são complementares.

Bela Szalai lembrou também que o Brasil já exporta, atualmente, muitos produtos manufaturados e não apenas os tradicionais produtos primários e matérias-primas. Ressaltou que esses produtos manufaturados interessam ao mercado húngaro e pediu o apoio do Itamaraty para as negociações que sua missão está mantendo no Brasil, com outros Ministérios. (*)

(*) Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 121, o texto do Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Hungria.

a visita do ministro dos petróleos de angola, jorge morais

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 2 de maio de 1979, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro dos Petróleos de Angola, Jorge Moraes.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O Governo brasileiro sente-se honrado com a visita de Vossa Excelência ao nosso país, à frente de tão ilustre comitiva. Sua presença entre nós constitui demonstração do dinamismo que estamos imprimindo às relações entre o Brasil e Angola.

Não poderia ser outra a nossa atitude, já que tantos e tão valiosos são os fatores de natureza histórica e cultural que lastreiam a amizade fraterna entre os nossos povos e tão importantes as perspectivas de cooperação bilateral que se abrem na presente quadra de nossas relações.

Seu país se encontra hoje plenamente engajado nas árduas tarefas da construção nacional. No Brasil, acompanhamos com especial atenção e interesse os esforços que Angola vem empreendendo para superar os graves problemas herdados do passado colonial, para preservar sua integridade e para impulsionar seu processo de desenvolvimento econômico e social. Essa obra, que mobiliza hoje a nobre nação angolana, deve merecer o apoio de todos os países amigos.

Já em seu discurso de posse, a 15 de março último, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, dirigindo-se aos representantes das nações irmãs da África, transmitiu-lhes a certeza

de que o Brasil continuará solidário com as aspirações dos povos daquele Continente.

cooperação do brasil com países africanos não se limita ao plano declaratório

A cooperação brasileira com os países africanos certamente não se limita ao plano declaratório. Nossa comum condição de países em desenvolvimento, nos estimula a reforçar laços e a propugnar, em conjunto, pela reformulação da atual ordem econômica internacional, em busca de padrões mais justos de relacionamento entre os países do Norte e do Sul.

A cooperação brasileira é prestada em bases de igualdade, através da troca de experiências, do intercâmbio de ideias e de projetos. Não nos seduzem resultados imediatistas de esquemas de cooperação vertical, incapazes de criar raízes, de gerar atividades auto-sustentadas e, na verdade, pouco diversos de práticas colonialistas. Quando falamos em cooperação, temos em mente, acima de tudo, os princípios das vantagens recíprocas e da mutualidade de interesses. Nada desejamos impor. Sabemos que cooperação verdadeira e frutífera é a que une os países soberanamente iguais.

As perspectivas abertas para o Brasil e Angola são hoje promissoras. Foram animadores os con-

tatos mantidos, em março último, no Brasil, pela "missão de prospecção" chefiada pelo Ministro do Comércio Externo da República Popular de Angola, Doutor Roberto Almeida. Tanto na área governamental, quanto junto ao setor privado, identificaram-se oportunidades de cooperação bilateral, sobretudo nos setores comercial, de infraestrutura e cultural. A visita de Vossa Excelência constitui novo e significativo passo para o desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Angola. Outras e importantes iniciativas suceder-se-ão, sem dúvida já que é inequívoca a vocação de aproximação de nossos dois países. No domínio petrolífero, diante da complementaridade de nossos interesses, a visita de Vossa Excelência poderá ensejar o fortalecimento dos vínculos de natureza comercial e industrial entre nossos países. Vossa Excelência encontrará em seus interlocutores brasileiros permanente disposição de identificar novas formas de cooperação, equitativas e reciprocamente vantajosas.

Nossa aproximação progride com base no respeito mútuo, na não-ingerência nos respectivos assuntos internos e na convicção de que as diferenças de opinião ou posição que existem entre nossos dois países não devem impedir que exploremos as oportunidades de diálogo e cooperação.

Os princípios de igualdade soberana dos Estados e da autodeterminação dos povos, cuja observância é indispensável para a convivência harmoniosa entre as nações, encontram-se, no entanto, continuamente ameaçados, nos dias de hoje, em diversas regiões do mundo, inclusive na África. A persistência de situações fundamentalmente injustas e anacrônicas no continente africano, remanescentes do colonialismo e de doutrinas racistas, constitui talvez a principal barreira que enfrentam os países africanos em sua caminhada em direção ao progresso económico e social. Eliminar estes obstáculos, que consideramos verdadeira ameaça à paz internacional, é tarefa primordial para todos os países que, como nós, pautam suas políticas externas na observância dos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas.

Peço, pois, a todos que me acompanhem em brinde, que ora proponho, pelo bom êxito da missão do Ministro Jorge Morais, pela paz e prosperidade de sua pátria, sob a liderança do Presidente Agostinho Neto, e pelo desenvolvimento dos laços de amizade e cooperação que unem nossos dois países.

no brasil, o ministro das minas e energia da nigéria

Discursos do Chanceler Saraiva Guerreiro e do Ministro das Minas e Energia da Nigéria, Justin Tseayo (tradução não-oficial), no Palácio Itamaraty de Brasília, em 3 de maio de 1979, por ocasião da recepção oferecida ao representante nigeriano.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que recebo, hoje, em nome do Governo brasileiro, a visita de Vossa Excelência. Sua presença, no Brasil, à frente de expressiva delegação, vem atestar o alto nível em que vêm se desenvolvendo, em todos os setores, as relações entre Brasil e Nigéria.

A herança étnico-cultural que recebemos da África constitui elemento fundamental na formação do homem brasileiro e sua força se faz presente em todos os contornos de nossa personalidade. Esse legado forjou os sólidos vínculos de solidariedade que nos unem aos países irmãos da África.

Em janeiro de 1977, tivemos o privilégio de receber, em Brasília, o então Comissário de Negócios Estrangeiros, Brigadeiro Joseph Garba, e, ainda recentemente, em janeiro último, o Governo brasileiro foi honrado pela visita oficial de Sua Excelência o Major General Shehu Yar'Adua, Chefe do Estado-Maior do Conselho Militar Supremo da República Federal da Nigéria.

Em ambas as ocasiões, nossos dois Governos tiveram a oportunidade de examinar as principais questões internacionais de interesse para os paí-

ses que, como o Brasil e a Nigéria, estão na vanguarda da luta por uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa. Propiciaram, ainda, aquelas duas visitas a ocasião oportuna para que analisássemos os múltiplos aspectos em que se vêm desenvolvendo nossas relações bilaterais. Ofereceram-nos, ao mesmo tempo, a oportunidade para dar-lhes ordenamento jurídico através da assinatura de importantes acordos, que constituem a moldura adequada a quadro tão rico e diversificado.

Como o Major General Yar'Adua salientou em discurso proferido nesta Casa, "o campo da cooperação entre nossos dois países não conhece limites". Por essa razão, é para mim motivo de satisfação verificar que a visita de Vossa Excelência amplia o escopo de intercâmbio entre o Brasil e a Nigéria, por incidir sobre área até então pouco explorada conjuntamente. Desejo que a experiência brasileira nos setores de construção de barragens e de geração e distribuição de energia hidroelétrica, acumulada e aperfeiçoada no curso de longos anos, possa vir a ser útil aos interesses e objetivos nigerianos.

Senhor Ministro,

É para nós, igualmente, motivo de contentamento verificar que, no correr das próximas semanas,

outras delegações representativas dos setores público e privado de seu grande país, virão ao Brasil travar contatos. Poderemos, então, intercambiar conhecimentos e experiências em áreas tão diversas como as da formação de mão-de-obra especializada, agricultura, pecuária, petróleo, aviação civil, engenharia ferroviária e indústria têxtil. Da mesma forma, tem sido substancial o fluxo de brasileiros que, cruzando o Atlântico, aportam às costas nigerianas, demonstrando como dois países em desenvolvimento podem conduzir um relacionamento interno e fecundo, marcado pelo equilíbrio e pela maturidade.

Senhor Ministro,

Não poderia deixar de expressar-lhe a solidariedade que o Brasil, por seu povo e Governo, empresta à elevada e justa política seguida pela Nigéria para a eliminação dos resíduos do colonialismo na África e pela supressão das práticas odiosas do **apartheid**. Nesse sentido, temos manifestado, em todos os foros internacionais, nossa repulsa ao regime ilegal da Rodésia e nosso apoio à imediata independência da Namíbia, nos termos do plano aprovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil acredita, pois, que somente com a eliminação final dessas fontes de injustiça e de opressão poderá a paz ser implantada no sul do Continente Africano.

Peço, agora, a todos que comigo se unam em brinde à saúde do Tenente General Olusegun Obasanjo, Chefe de Estado e Comandante em Chefe das Forças Armadas da República Federal da Nigéria pela prosperidade da grande nação nigeriana, pelo desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a Nigéria e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

JUSTIN TSEAYO

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia,

Senhoras e Senhores,

É um grarrde prazer para mim responder às amáveis palavras a mim dirigidas pelo Senhor Minis-

tro das Relações Exteriores. Eu desejo expressar também, em meu nome e no da minha delegação, o agradecimento não só pela gentileza expressa em suas palavras como também pela atenção que tem sido dispensada a nós desde que chegamos a este grande e fraterno país.

Não foi acidentalmente que as relações entre nossos dois países apresentam-se em crescimento. Estas relações, como Vossa Excelência corretamente apontou, estão profundamente marcadas na História e nos desígnios de nossos dois povos e elas começaram a ser reforçadas com a visita à Nigéria do então Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, em 1972, quando os governos dos dois países redescobriram um ao outro. A partir da visita do Chefe de Estado da República Federal da Nigéria, Major-General Shehu Musa Yar'Adua, um grande número de delegações ministeriais tem visitado o Brasil num ou noutro tempo. Eu estou informado que desde a visita de nosso Chefe de Estado tem havido um grande número de delegações oficiais da Nigéria em visita ao Brasil e que muitas outras são esperadas. Estas visitas só podem refletir o alto grau com que o Brasil é considerado aos nossos olhos e a confiança com que nós temos o Brasil como nosso real amigo.

Minha ligeira estada aqui confirmou tudo o que eu havia previamente aprendido sobre o Brasil. E eu poderia acrescentar também que eu fiquei prazeirosamente surpreso com o estágio de desenvolvimento que observei neste país e estou muito feliz em ter tido essa experiência. De tudo o que eu vi e ouvi, eu estou agora convencido mais do que nunca que uma grande avenida de cooperação existe entre nossos dois países. Como resultado dessa observação sobre o Brasil e sobre o desenvolvimento brasileiro que eu tive, eu espero que muitas delegações nigerianas possam visitar o Brasil e que na Nigéria nós possamos esperar mais ainda pela sua cooperação nos vários campos em que Vossa Excelência apontou. E estou muito feliz que a sua disposição em participar sua experiência conosco, manifestada ao nosso Chefe de Estado durante sua visita, foi também confirmada a mim e eu desejo assegurar que nós damos muito valor à oportunidade que nos foi oferecida.

Como Vossa Excelência sabe, a África continua sendo o pivô da política externa da Nigéria. E o **apartheid** continua sendo o inimigo número um da África. Nós estamos felizes com o entendimento demonstrado pelo Governo de seu país em relação à situação africana. A Nigéria continuará a contar com o suporte moral do Brasil na justa luta da África pelo respeito e pela dignidade humana. De nossa parte, a Nigéria não desistirá desse esforço até que o **apartheid** tenha sido eliminado do nosso continente. Como em Zimbawe e na Namíbia, a Nigéria considerou vergonhosa a recente eleição em Zimbawe e também tem repetidamente condenado a continuação da ocupação na Namíbia pelo regime racista e fascista de Pretória. Nós esperamos que os amigos da

África mostrem mais compreensão dos nossos problemas e, de forma nenhuma fiquem numa posição de dificultar suas resoluções. A Nigéria conta com o Brasil como um dos amigos da África e nós esperamos a cooperação brasileira não só no campo económico, como também no social e político.

Senhor Ministro, uma vez mais eu quero agradecer a sua gentileza e esperar que eu tenha algum dia o privilégio de recebê-lo em meu país. Convido agora a todos os presentes que brindem comigo para que Brasil e Nigéria continuem sempre amigos e para a saúde e felicidade de Sua Excelência o Senhor Presidente do Brasil e do seu Ministro das Relações Exteriores.

o brasil na quinta reunião da unctad, em manila

Discurso do Embaixador George Alvares Maciel, Chefe da Delegação brasileira à Quinta Reunião da UNCTAD, em Manila, Filipinas, em 8 de maio de 1979.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar Vossa Excelência por sua eleição à presidência da V UNCTAD, por decisão da conferência e homenagem da comunidade internacional à personalidade de Vossa Excelência, à chefia da delegação filipina e à contribuição de seu país à causa da cooperação e do entendimento entre as Nações. Desejo também agradecer ao Governo das Filipinas por todas as atenções com que nos tem cumulado e, acima de tudo, gostaria de registrar minha profunda gratidão pela calorosa acolhida que nos reservou o povo deste país, o que, aliás, não surpreende àqueles que, como nós, já estiveram anteriormente em Manila e tiveram o privilégio de conhecer os seus cidadãos.

A delegação do Brasil participa dessa Conferência como representante de um país que não só é membro do Grupo dos 77, mas que também mantém inteira solidariedade com os outros membros desse Grupo, a cujas primeiras origens está historicamente vinculado. É universalmente reconhecida a validade moral e política do Grupo dos 77 como grupo de pressão, integrado por países em desenvolvimento soberano, com o objetivo de promover a aceitação de certos princípios fundamentais da cooperação internacional para o desenvolvimento económico.

É reconhecida a utilidade do Grupo dos 77 como instrumento para a negociação de medidas prá-

ticas com vistas à execução de políticas no campo internacional. E, por último, o Grupo dos 77 é tido como importante foro para desenvolver, em escala mundial, as possibilidades realistas de cooperação económica entre os países em desenvolvimento.

Acreditamos que as funções do Grupo dos 77 que acabo de mencionar, ou seja, a de foro para a cooperação económica e técnica entre os países em desenvolvimento, e de instrumento para efetiva negociação com os países industrializados, tanto capitalistas, como socialistas, são elementos essenciais tanto para lograr a plena aceitação conceitual de uma nova ordem económica mundial, quanto para aperfeiçoar esse conceito, e para pô-lo em prática gradualmente, por meio de acordos internacionais nos campos do comércio, das finanças e do desenvolvimento económico e tecnológico.

nações em desenvolvimento são responsáveis por suas próprias decisões

Enquanto foro para cooperação económica e técnica entre seus próprios membros, cabe exclusivamente às nações em desenvolvimento a responsabilidade por suas decisões. É óbvio, por outro lado, que essas nações necessitam, para a execução de muitas das suas decisões, do apoio e da assistência da comunidade internacional, através

da UNCTAD e de outras organizações internacionais. Evidente, do mesmo modo, que o apoio e a assistência, de que o Grupo dos 77 necessita, e que espera receber, produzirão resultados proveitosos para a comunidade internacional como um todo.

Os resultados a que acabo de me referir devem ser paralelos e complementares a outros, que deveriam ter origem na negociação — entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos — de medidas e de acordos internacionais. Por ser um instrumento de cooperação e de negociação, o Grupo dos 77 não tem por objetivo a confrontação. Esta só é inevitável quando os grupos de países industrializados decidem entrincheirar-se em posições incompreensivelmente rígidas.

Que a confrontação é evitável, que a cooperação é possível, foi recentemente demonstrado quando, há algumas semanas atrás, em Genebra, chegou-se a um entendimento sobre o fundo comum para produtos de base. Não obstante as inúmeras e sérias dificuldades que tiveram de ser superadas, e o tempo que se levou para isso, não obstante termos ainda que negociar o articulado ao convênio constitutivo ou os estatutos do fundo, e não obstante a modéstia e insuficiência do entendimento básico acordado em Genebra, minha delegação é de opinião que o entendimento constitui boa base sobre a qual construir um fundo operacional.

Estamos prontos a cooperar plenamente com os representantes dos demais países, em Genebra, para elaborar o articulado do convênio constitutivo, a fim de que o fundo se torne interessante tanto para importadores quanto para exportadores de matérias-primas. As insuficiências iniciais do fundo comum não nos devem impedir de fazer todos os esforços para que o fundo entre em funcionamento o mais rapidamente possível. A experiência que será adquirida com a operação do mecanismo nos possibilitará corrigir, a curto prazo, suas falhas de origem, inclusive as de recursos financeiros.

Importante exportador de produtos de base e matérias-primas, o Brasil está igualmente interessado na conclusão de diversos dos acordos que estão sendo negociados no quadro do programa in-

tegrado. Esperamos que todos os países interessados unam esforços para agilizar os trabalhos de Genebra para que as negociações se concluam com a brevidade possível e resultem no bem do comércio e do desenvolvimento dos membros do Grupo dos 77, e no bem do comércio mundial em geral.

Este foi — e ainda é — o objetivo maior das negociações comerciais multilaterais, que entraram na sua fase final recentemente mas que ainda não estão concluídas nem foram completadas. Pelo menos duas áreas fundamentais da rodada de Tóquio estão abertas e por completar. Uma delas diz respeito às negociações tarifárias bilaterais; outra — e talvez mais importante — à negociação do projeto do código sobre salvaguardas. Este é, na verdade, peça essencial no conjunto das negociações, tal como delineado pela declaração de Tóquio, que contém menção explícita ao problema das salvaguardas no GATT.

País para o qual o comércio assume importância cada vez maior e país em desenvolvimento frequentemente atingido, em suas exportações, por medidas de salvaguardas injustas e orbitárias, o Brasil atribui especial importância à rápida conclusão de um acordo que discipline a adoção de medidas restritivas ao comércio, coibindo o recurso a ações unilaterais e arbitrárias.

Na ausência de acordo sobre salvaguardas que proteja os interesses comerciais e os imperativos de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, é difícil vislumbrar uma nova ordem do comércio internacional. Não fora pelas posições rígidas adotadas por uns poucos países, o acordo sobre salvaguardas já teria sido concluído. Os países em desenvolvimento têm mostrado grande flexibilidade, e graças a isso foi possível avançar na direção de um acordo aceitável por todas as partes. Esperamos — como esperam os países em desenvolvimento em geral — que seja possível obter-se um entendimento final em matéria de salvaguardas nos próximos meses.

resultados das negociações foram decepcionantes

Estamos decepcionados com a falência das negociações nesta área das NCM's; decepcionados

igualmente com outros resultados das negociações, insatisfatórios para um país em desenvolvimento como o Brasil.

Estamos particularmente decepcionados com os resultados obtidos na área de reforma do GATT, onde se tinha por objetivo promover o comércio dos países em desenvolvimento. É para mim motivo de orgulho que tenha sido o Governo brasileiro o responsável pela iniciativa de trazer esta questão à rodada de Tóquio, de negociações comerciais e por ter o Brasil apresentado ao comitê de negociações comerciais em Genebra as propostas originais sobre o assunto. Não temos, contudo, motivos de orgulho pelo que restou de nossas propostas ao final das negociações. Os resultados ficaram muito aquém de nossas expectativas mínimas.

Por outro lado, não se pode considerar como terminadas as negociações, se se verificar que os acordos das NCMs deixaram de satisfazer os países em desenvolvimento, e se se confirmarem as indicações preliminares de que serão modestos os benefícios no campo tarifário. Mais tarde, quando os acordos forem adotados e executados, se o forem, por um número significativo de países e estiverem concluídos os trabalhos de adaptação do GATT às novas regras do comércio mundial, teremos, então, nova oportunidade para assegurar aos países em desenvolvimento a possibilidade de uma participação mais ampla e mais justa no comércio internacional.

Aplicados os acordos finais das NCM's, teremos, na realidade, um novo arcabouço de regras comerciais, contendo em seu bojo um processo permanente de negociações; neste processo, será necessário que os interesses dos países em desenvolvimento sejam levados em conta, com vistas a se criarem os fundamentos adequados à expansão, em escala mundial, da economia e do comércio.

O objetivo declarado dos próprios países desenvolvidos nas NCM's foi o de proporcionar a criação de base para a expansão, a longo prazo, do comércio mundial. Este objetivo foi, em muitos casos, sacrificado para acomodar interesses ou problemas de curto prazo, em detrimento dos interesses dos países em desenvolvimento. É necessário, agora, que procuremos meios e modos para

corrigir essa situação, evitando soluções simplistas para os problemas fundamentais com que ainda nos deparamos, e aos quais continuaremos a nos deparar no período imediato após as negociações da rodada de Tóquio. Confiamos em que a convocação, ainda no decurso de 1979, da Conferência das Nações Unidas sobre práticas restritivas ao comércio produzirá resultados complementares — mas melhores — às modestas tentativas de liberalização e disciplina internacional a que nos referimos antes.

Todas essas realizações são realmente modestas se comparadas à nova onda protecionista nos países desenvolvidos, e da qual as maiores vítimas são sempre os países em desenvolvimento. De todas as partes do mundo têm havido exortações nobres, algumas até realistas, para que se resista às forças protecionistas. Infelizmente, estas intenções, muito válidas, são temperadas conforme se trate de um país fraco ou forte. A longo prazo, todos perderemos com esta atitude. A interdependência econômica mundial exige sempre cooperação crescente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Obviamente, não há um remédio único contra o protecionismo, e disto é demonstração a série dos diversos acordos em fase de negociação. Na verdade, o desafio que enfrentamos é duplamente complexo: propiciar maior expansão do comércio mundial e descobrir os meios que permitirão aos países altamente industrializados se reajustarem à nova divisão internacional do trabalho e aos imperativos de industrialização do mundo em desenvolvimento.

A par do comércio em bens e serviços, outro elemento vital para o desenvolvimento acelerado é a aquisição de tecnologia moderna e de conhecimentos científicos. Diria mesmo que o processo de transferência de tecnologia será de fundamental interesse para os países em desenvolvimento, a curto e médio prazos, que lhes permitirá aumentar as taxas do seu desenvolvimento econômico.

governo brasileiro reconhece importância do código de transferência de tecnologia

A esse respeito, quero referir-me à importância especial que atribuímos à próxima Conferência

das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia, cujos resultados, confiamos, serão positivos e proveitosos para todos.

Desejo também, muito especialmente, ressaltar o papel que a UNCTAD vem desempenhando seja como foro de negociações no campo da tecnologia, seja como fonte de estudos e assistência técnica para criação da infra-estrutura tecnológica para o desenvolvimento do potencial dos países em desenvolvimento.

Meu Governo sempre reconheceu a fundamental importância da negociação e da conclusão de um código de transferência de tecnologia. Acreditamos que será possível concluir, no futuro próximo, os trabalhos sobre o código e que este será um instrumento efetivo tanto para facilitar a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento, como para controlar práticas abusivas em contratos de transferência de tecnologia. Para ser um instrumento eficaz, é óbvio que o código deverá ter aplicação universal e ser juridicamente mandatário, ainda que esta última característica leve algum tempo para lhe ser incorporada.

Neste campo, desejo também fazer constar o interesse do Governo brasileiro pela conferência a ser convocada pela OMPI com o objetivo de rever a convenção de Paris sobre marcas e patentes. Devemos todos fazer o possível para assegurar que a convenção prevista incorpore as teses essenciais defendidas pelo Grupo dos 77. E assim estaremos contribuindo para a aceitação de um acordo eficaz e universal, compatível com as realidades do mundo moderno.

Se fosse possível resumir alguns dos temas centrais de interesse do Governo brasileiro, ressaltaria uma vez mais que a complexidade das

atuais relações económicas internacionais não autoriza soluções excludentes ou discriminatórias, que não levem na devida conta os interesses dos países em desenvolvimento e a crescente diversidade de suas relações com o mundo desenvolvido. Os países em desenvolvimento, no mundo interdependente de nossos dias, representam fator essencial para o bem-estar económico, seja como um mercado para bens e serviços, seja como fornecedores de recursos importantes e produtores crescentemente competitivos.

O Brasil reconhece plenamente o direito de diferentes agrupamentos de países reunirem-se com o objetivo de examinar grandes temas económicos mundiais. Estamos preocupados, porém, com a possibilidade de que decisões unilaterais e medidas sejam tomadas no círculo restrito das nações altamente industrializadas, em ocasiões como a conferência de cúpula que se realizará no próximo mês de junho, em Tóquio, na qual temas que são também de fundamental interesse para os países em desenvolvimento serão tratados sem consultas prévias ou entendimentos subseqüentes entre os sete participantes e o mundo em desenvolvimento. Tememos que esta espécie de reunião de cúpula possa conduzir a uma visão distorcida e a um julgamento preconceituoso dos problemas que afetam as nações em desenvolvimento, a menos que um diálogo permanente com o mundo em desenvolvimento seja adequadamente mantido.

Os trabalhos da V UNCTAD, que se insere no diálogo norte-sul, são muito amplos e complexos. Meu desejo é o de que a delegação brasileira possa colaborar com todas as demais delegações para o êxito das diversas tarefas da Conferência de Manila, assim contribuindo para a prosperidade económica de todos os países e a paz entre as nações.

Itamaraty explica andamento do tratado amazônico à comissão de relações exteriores da câmara

Palestra do Chefe da Divisão da América Meridional-II, do Ministério das Relações Exteriores, Rubens Ricúpero, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 9 de maio de 1979.

Dentre as razões que conquistaram para a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados o respeito da opinião pública, destaca-se a sensibilidade para identificar, desde a origem, temas como o Tratado Amazônico, destinados a uma trajetória ascendente na política externa do país.

Não é esta a primeira vez que a Comissão se ocupa do Tratado, encontrando, da parte do Itamaraty, sempre a mesma receptividade imediata, no comum desejo de promover amplo debate esclarecedor em torno deste e de outros grandes problemas da vida internacional do Brasil.

Em 19 de outubro de 1977, quando o Tratado Amazônico não passava ainda de ideia a ensaiar os primeiros passos, coube-me abrir neste recinto, com uma palestra sobre o assunto, o painel "Valores e Rumos do Mundo Ocidental".

O honroso convite para voltar a falar à Comissão tem, por isso, para mim, o sabor de um reencontro e de uma retomada do diálogo no ponto em que o deixamos há 16 meses.

Serve também para dar balanço à evolução da cooperação regional na Amazônia, tomando como pontos de referência os três momentos em que este órgão dedicou atenção específica à matéria, em estreito contacto com o Itamaraty: em 1977,

ao ter início a negociação do Tratado, no ano passado, quando a Comissão teve a oportunidade de apreciar e aprovar a Mensagem do Executivo submetendo-lhe o texto já assinado e agora que o processo de ratificação avança, abrindo, para breve, a perspectiva do começo da sua implementação.

Ao buscar as origens do Tratado Amazônico, o que primeiro se descobre é uma tendência universal em favor do tratamento adequado, em acordos cooperativos, de certos problemas das bacias hidrográficas e das regiões geográficas mais amplas de sua influência direta e ponderável.

Em todos os tempos, os rios e as áreas de sua influência sempre foram grandes geradores de cooperação internacional. Veja-se, por exemplo, a compilação realizada no início da década de 60, na "Série Legislativa das Nações Unidas", dos tratados das mais diversas concepções relativos à utilização dos rios internacionais para outros propósitos do que a navegação. Apesar das omissões e da exclusão da navegação, a obra enumerava, já então, nada menos do que 253 tratados. Destes, muitos eram bilaterais. Alguns dos mais importantes, porém, eram tratados multilaterais que se referiam a temas do interesse de importantes regiões geográficas como as do Reno e do Danúbio, na Europa, a do Baixo Mekong, na Ásia, e as do Senegal, Volta e Níger, na África.

Na América, a primeira manifestação dessa tendência contemporânea ocorreu na Bacia do Prata, cujo Tratado acaba, em abril, de completar dez anos de sua assinatura em Brasília.

vazio humano e económico retardou processo de colaboração na amazônia

A demora em cristalizar na Amazônia processo semelhante se deve, é sabido, ao vazio humano e económico da região. A muralha da Cordilheira conteve a população dos países vizinhos em franjas ao longo do Pacífico e do Caribe e em nódulos no Altiplano. No lado brasileiro, a dependência em relação aos rios navegáveis amarrava as cidades às barrancas fluviais.

Na base da economia de subsistência, criou-se uma civilização de periferia, descontínua e esparsa, à margem da Hiléia, que teve mais força para dividir e isolar do que teriam tido as águas de um oceano. Na ausência de ocupação contínua, os contactos internacionais na Bacia se limitavam a três ou quatro portos fluviais de fronteira, Iquitos, Letícia, Benjamin Constant, Tabatinga, com comércio e navegação esporádicos e insignificantes.

O "tempo" amazônico era sem pressa. Regia-se não pelo homem mas pela lentidão dos ciclos biológicos e pelos mitos do "Cobra Norato". Havia consenso, dentro e fora dos países amazônicos, de que a Amazônia, como o Espaço Planetário, não se inscrevia no horizonte e na agenda do homem contemporâneo. Aguardava-se o próximo milénio.

Brasília veio perturbar essa modorra. Depois da falsa arrancada da borracha, foi a iniciativa política de interiorizar em Brasília o centro das decisões nacionais que lançou a Amazônia no século 20.

A transferência da Capital operou a revolução psicológica que atraiu a atenção do país para os cerrados e para a Amazônia. Sua primeira consequência prática foi a colonização espontânea da Belém-Brasília por centenas de milhares de brasileiros.

O marco seguinte no processo de transformação ocorreu em 1966 com a adoção da política de incentivos fiscais e a organização da SUDAM, seguidas mais tarde pela ressurreição de Manaus com a Zona Franca.

Pela primeira vez, a abordagem dos problemas amazônicos se fazia com continuidade e de acordo com filosofia radicalmente nova. Não mais os equívocos passados de uma economia ilusória e frágil, vulnerável às oscilações dos mercados externos e aos ciclos da economia mundial, mas um desenvolvimento harmonioso de todos os setores, auto-sustentável e integrado ao resto do país.

Foram etapas desta fase a implantação de mais de 500 projetos pela SUDAM, a abertura das rodovias pioneiras e a colonização acelerada de Rondônia, as descobertas, através do RADAM e outras pesquisas, do alumínio de Trombetas, do ferro e ouro de Carajás, a revelação de que as águas do Xingu, do Tocantins, do Tapajós escondem o potencial energético de vários Itaipus, a realidade de Tucuruí e do Polamazônia.

Essas transformações vieram a criar, internamente, a condição básica para que se pudesse pensar em propor uma cooperação mais ampla aos países da área. Pela primeira vez, o Brasil teve uma política definida para a Amazônia e, em consequência, teve a seu alcance, para partilhar com os vizinhos, não apenas o marasmo e a frustração de 30 anos atrás, mas um acervo concreto de experiências e de realizações, um receituário de fórmulas e técnicas de desenvolvimento regional, merecedoras de estudo, e quem sabe, de possível aplicação em condições similares.

Ao mesmo tempo que isso se passava dentro do Brasil, nos demais países a aceleração da História conseguia também contagiar o ritmo de seus territórios amazônicos. Focos de dinamismo começavam a arrancar do atraso a região, apoiando-se na exploração do petróleo e na colonização no Peru, Equador e Colômbia, no fomento à pecuária na Bolívia, na implantação da siderurgia, da indústria pesada e da segunda maior usina hidrelétrica do mundo na Venezuela, nos grandes projetos hidrelétricos e de alumínio planejados para o Suriname e a Guiana.

relações entre governos eram cordiais mas pouco substanciosas

Esse rápido desenvolvimento da vida material contamina a diplomacia amazônica, que se diversifica e muda de natureza. As relações entre os Governos da área eram até então cordiais mas pouco substanciosas. Faltava-lhes conteúdo concreto, substância econômica e comercial.

Nos anos recentes, os contactos diplomáticos se multiplicam, sobem de nível, frutificam em acordos objetivos, produzem, não a retórica das boas intenções, mas projetos tangíveis.

Em menos de uma década, o intercâmbio comercial do Brasil com os países amazônicos salta de 187, em 1972 para 750 milhões de dólares, em 1977, um aumento de mais de 400%, em seis anos. Cresce, dia a dia, a importância das relações com um conjunto de países que formam, depois do Brasil, a maior massa territorial e demográfica do Continente, com seus 5.200.000 km² e 92 milhões de habitantes e nos superam em participação no comércio mundial, com 31 bilhões de dólares de intercâmbio global, comparados aos nossos 25,7 bilhões.

É preciso ter presente que, das dez fronteiras internacionais do Brasil, sete se encontram quase integralmente dentro da área drenada pelo Amazonas. São 12.967 km, ou quase 80% do total de 16.396 km da fronteira terrestre, se incluímos toda a linha divisória com a Bolívia, em parte platina.

Como se vê, as relações amazônicas do Brasil não cessam, ano a ano, de ganhar densidade e de passar por mudanças qualitativas. Entre estas últimas, um dos setores que vem revelando maior dinamismo é o da colaboração especificamente dirigida à Amazônia, onde, só com o Peru, concretizamos recentemente nove acordos internacionais e criamos uma Subcomissão de assuntos amazônicos.

Uma das mudanças qualitativas a que me referi é a crescente necessidade de se buscar na cooperação regional a solução para certos aspectos dos problemas da zona. Embora se esteja longe

de haver esgotado o potencial da colaboração bilateral entre o Brasil e cada um dos seus vizinhos, há desafios que exigem a intervenção de três, quatro ou de todos os países da Bacia. É o que se refletiu, por exemplo, na Ata do Rio-Branco, que demandou a participação dos responsáveis pelos transportes no Brasil, na Bolívia e no Peru, a fim de planejar as interconexões da rede rodoviária na área de convergência de três fronteiras.

Outro exemplo é o do Comité Intergovernamental para Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônicas, para o qual se tornou necessária a adesão do Brasil, do Peru, da Bolívia, da Colômbia, do Equador e da Venezuela com vistas à proteção ecológica mais ampla e à repressão de práticas predatórias. Ao ser constituído o grupo, o Suriname não era ainda independente e não foi incluído. A existência dessa brecha, em vias de ser sanada graças à iniciativa espontânea das autoridades surinamenses, foi o bastante para que os traficantes de peles tentassem desviar o contrabando por aquele país.

O exemplo indica que, em certo tipo de problema, não é suficiente contar com a colaboração de somente alguns países. Para ser eficiente, a colaboração terá de incluir a totalidade das nações da área.

A linguagem de todos estes fatos é clara: eles provam que a cooperação regional na Amazônia não é um ente de razão, uma elocubração supérflua de diplomatas. Trata-se, ao contrário, de diretiz imposta pela força das coisas, de uma ideia cujo tempo finalmente chegou.

processo político regional amadureceu em consequência das transformações econômicas

Não se pode já negar a evidência de um processo político regional na Amazônia, amadurecido em consequência das transformações econômicas e políticas, dentre as quais não se deve esquecer uma pré-condição indispensável: a ascensão da Guiana e do Suriname à vida independente.

O que antes parecia difícil ou remoto, torna-se de repente não só viável mas urgente. Daí haver o

Brasil concluído que se impunha, através de um tratado, o reconhecimento de direito do que já ocorria de fato: a existência na área de um processo de cooperação em nível regional.

A diplomacia brasileira encaminhou a iniciativa de acordo com cronograma ponderado e cuidadoso. De início, o Brasil fez questão de sondar todos os países da zona, em março de 1977, a respeito da reação genérica que lhes despertava a sugestão de celebrar-se um acordo desse tipo. Foi só depois de registrar receptividade unânime e positiva que se apresentou ao exame das Chancelarias convidadas um anteprojeto articulando as linhas essenciais da proposta.

Em seguida, as sugestões e subsídios de cada país foram sendo harmonizados no contexto de negociações desenvolvidas ao longo de três reuniões, as duas primeiras em Brasília, em novembro de 1977 e março de 1978 e a última, em maio do ano passado, em Caracas, onde se alcançou o consenso de todos em torno do texto final.

Em apenas quinze meses, tempo recorde para tema de tal complexidade, tornou-se possível elaborar um texto que é verdadeiramente obra coletiva, enriquecida por contribuições originais de cada país.

Durante o processo de negociação sempre predominou, entre todos os países, um clima de harmoniosa colaboração e de construtiva participação, sem distinções de grau, na tarefa de edificação comum.

Pouco depois, em 3 de julho de 1978, Brasília assistia, com a presença do Presidente da República, a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em cerimônia que demonstrava a força aglutinadora de uma ideia capaz de reunir, na capital do Brasil, os Chanceleres de oito das doze nações da América do Sul.

Em sua forma definitiva, o Tratado apresenta características de um amplo Acordo-Quadro, que estabelece as coordenadas gerais da cooperação, com a flexibilidade suficiente para amoldá-la às circunstâncias e exigências das Partes.

Seu principal objetivo é instituir um mecanismo permanente que regularize e intensifique os contatos entre os Governos e setores técnicos da zona, eliminando o caráter episódico e descontínuo que os tem prejudicado até agora.

A aproximação entre os dirigentes e as populações da Amazônia é, no fundo, a meta-síntese do Tratado e a chave que conduzirá a uma colaboração diversificada e crescente.

Os princípios que presidiram à construção do mecanismo formam em conjunto uma articulação equilibrada e realista, cuja concepção procurou conciliar o máximo aproveitamento do potencial de cooperação com o mínimo possível de inconvenientes ou riscos.

os cinco princípios fundamentais do tratado amazônico

Debaixo do arcabouço formado pelos 28 artigos do Tratado podem distinguir-se as vigas-mestres dos seus cinco princípios fundamentais:

- 1.º) a competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia,-
- 2.º) a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a conseqüente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;
- 3.º) a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- 4.º) o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica,-
- 5.º) a absoluta igualdade entre todos os parceiros.

A responsabilidade exclusiva dos países amazônicos é exigência decorrente da própria natureza transnacional da Bacia. Com uma extensão de quase 7 milhões de km², cerca de 35% da América do Sul, a Amazônia não cabe por inteiro dentro da soberania de um só país, nem mesmo do Brasil, que responde por pouco mais de 60%, dividindo-se os restantes 40% pelos demais países. O próprio Amazonas tem fora do país as suas nascentes.

Nada mais correto, portanto, do que reservar às nações amazônicas e a ela só, a responsabilidade pelo destino da área. Numa região ainda em grande parte por ocupar, constitui dever básico impedir que o vazio demográfico estimule desígnios de interferência do gênero do defunto Pacto da Hiléia ou do mais recente Projeto dos Lagos. Nessa ordem de preocupações, a regionalização ou consagração da vocação regional da Amazônia é o melhor antídoto para coibir o aparecimento de modernas reencarnações da desmoralizada mas persistente manobra da internacionalização.

Um corolário da regionalização é que o bilhete de ingresso ao Tratado terá de ser a condição de amazônico e essa não pode ser outorgada ou negada por ninguém pois decorre de um fato objetivo: a presença soberana e independente na Amazônia.

tratado reconhece contorno das esferas de soberania

Ao mesmo tempo, teve-se o cuidado de claramente reconhecer o contorno das esferas de soberania. Não se tenciona, de forma alguma, superpor critérios multinacionais aos nacionais. Ao contrário, proclama-se que o esforço interno continuará a ser o fator primordial no desenvolvimento dos territórios amazônicos.

A ocupação da Amazônia, a definição de técnicas de exploração agrícola ou florestal, a aprovação de projetos de empresas privadas continuarão, como agora, assuntos da exclusiva decisão de cada Governo, sem ingerência de quem quer que seja.

O que se deseja não é invadir ou confundir esferas, mas reservar à cooperação regional as questões que transcendem a soberania interna e reclamam, para eficiência de tratamento, a participação cooperativa de vários ou de todos integrantes da região.

Uma das marcas de modernidade do Tratado Amazônico é a sensibilidade que seus negociadores revelaram para com uma das principais idéias-forças do nosso tempo: o despertar da

consciência ecológica e a importância dos problemas do meio ambiente. Talvez não exista outro tratado regional dessa magnitude que haja atribuído, desde o preâmbulo, igual hierarquia às exigências do desenvolvimento e às da preservação ecológica e realçado a necessidade de manter entre elas harmonioso equilíbrio.

Esse equilíbrio estamos seguros de conquistá-lo, não pela omissão e renúncia ao progresso, mas através da ação entusiasta e racional, aberta à revisão de métodos, quando a realidade e a pesquisa científica o aconselharem. Ninguém mais do que nós possui títulos ou motivos para velar por um equilíbrio de que depende de perto o nosso futuro e por um meio ambiente que ganha seu pleno sentido em função do homem que nele habita.

Constitui também princípio cardinal do sistema a absoluta igualdade das Partes, com expressão prática na regra da unanimidade das decisões. O consenso terá de ser a marca das operações, eliminando-se, assim, qualquer possibilidade de hegemonia, proveito unilateral ou de confronto entre maioria e minoria. Apenas um sistema de cooperação como esse, que ofereça a todos e a cada um dos participantes benefícios equitativos, terá, a longo prazo, condições de solidez e durabilidade.

Além dos princípios que o estruturaram, uma importante nota característica do Tratado Amazônico é sua preocupação de compatibilidade com outros esquemas de cooperação no Continente. A ALALC, o Grupo Andino, o Tratado da Bacia do Prata ou o SELA são iniciativas que não se excluem ou hostilizam, já que suas respectivas jurisdições se exercem sobre assuntos ou áreas diferentes. O que caracteriza cada uma dessas entidades é a presença de um fator aglutinador, com força bastante para servir de comum denominador a vários países.

Da mesma forma, o Tratado Amazônico não deseja usurpar áreas ocupadas. O que ele busca é preencher uma lacuna e mobilizar para a cooperação um espaço até agora deixado virgem e inativo.

É certo que alguns dos países amazônicos, a começar pelo Brasil, já tomam parte em outros foros. É o caso também dos cinco membros do Grupo Andino. Não é demais por isso repetir que as duas iniciativas são complementares e não competitivas.

É estruturalmente diferente a natureza desses projetos. O Grupo Andino, de caráter econômico e comercial, procura a integração das economias e dos mercados, mediante a unificação tarifária e sobretudo a programação setorial do desenvolvimento. O Tratado Amazônico não tem competência nessas matérias e dirige a atenção para a cooperação em assuntos outros que a economia ou o comércio.

Se, no caso dos Andinos, o fator aglutinador é a ambição de criar um mercado ampliado pela soma de cinco economias, para o Tratado Amazônico o elemento catalizador é a própria realidade física de uma imensa região que é preciso vincular, povoar e desenvolver.

Em relação a Bacia do Prata, que constitui o outro grande sistema regional da América do Sul, o Tratado Amazônico se diferencia pelo menor grau de desenvolvimento, pelos contatos menos intensos entre os participantes e por uma especificidade de questões que não se confundem com as do Sul.

Estruturado ao longo do maior eixo fluvial do mundo, o sistema de cooperação estabelecido pelo Tratado terá seu conteúdo definido pelos problemas comuns: o aperfeiçoamento das condições de navegabilidade, a realização de estudos hidrológicos e de clima, o planejamento integrado da infra-estrutura de transportes e comunicações, ampliando a «cala das facilidades a serviço das populações.

Num mundo preocupado com a contração dos recursos naturais, a Amazônia surpreende pela riqueza e variedade dos elementos fundamentais à vida. Água, terra, energia formam a trindade básica que, junto com os minerais e a madeira asseguram a viabilidade econômica amazônica, devem ser valorizados em proveito do homem da Região.

Em favor desse mesmo homem, será desenvolvida, em caráter prioritário, a cooperação em matéria de prevenção e erradicação das enfermidades amazônicas, já que os problemas de saúde não respeitam fronteiras e se converteram num dos principais fatores limitativos da ocupação humana.

É lógico esperar que dois dos campos onde se registrarão nível mais intenso de cooperação futura serão os do desenvolvimento regional e o da pesquisa científica e tecnológica.

Já é considerável, hoje em dia, o acervo de realizações nesse primeiro domínio, tanto na Amazônia brasileira como em alguns dos países vizinhos. No caso do Brasil, terá certamente interesse para os demais estudar a experiência brasileira com a política de incentivos fiscais, a organização e funcionamento da SUDAM, da SUFRAMA, do Banco da Amazônia, o mecanismo de aprovação e avaliação de projetos, a técnica de levantamento de recursos consagrada pelo Projeto RADAM, etc.

são ilimitadas as perspectivas de ação conjunta

Da mesma forma, são quase ilimitadas as perspectivas de ação conjunta na investigação da realidade amazônica e das técnicas para seu aproveitamento econômico, sem dano ao equilíbrio ecológico. O Brasil reúne atualmente um volume apreciável de informações sobre essas questões, como fruto dos trabalhos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do antigo Instituto Agronômico do Norte, dos centros de pesquisa da Embrapa, da CEPLAC, da Floresta Nacional do Tapajós, do agrônomo brasileiro Paulo de Tarso Alvim, etc.

Entretanto, o que resta a fazer nesse domínio é imenso. O muito que se desconhece da Amazônia justifica considerá-la a última grande fronteira do homem. As outras áreas do Continente apresentavam condições ecológicas conhecidas ou, no caso da faixa tropical litorânea, foram conquistadas pela originalidade da fórmula portuguesa da plantação extensiva de cana-de-açúcar, modelo agrário inexistente na Europa e logo imitado por ingleses e holandeses nos Trópicos.

O espaço equatorial, contudo, é ainda uma grande interrogação. No seu estudo sobre as zonas de habitação humana, o geógrafo Preston James definia o desafio amazônico como a necessidade de criar uma tecnologia de produção e de saúde adequada à floresta equatorial. Essa tarefa vital, ninguém a fará por nós. De nada serve, nesse caso, recorrer ao hábito conformista de esperar que a solução tecnológica nos seja presenteada ou vendida pelos países industrializados. Ecológicamente ligados a outros climas, não serão os americanos ou os europeus que hão de encontrar a chave da civilização nos Trópicos. Cabe a nós, países amazônicos, essa busca através da pesquisa em comum, meta por si só justificadora do Tratado Amazônico.

É justamente a reação contra os condicionamentos tradicionais que dá ao Tratado sua dimensão inovadora. Essa obra de criação do futuro, essa diplomacia de projeto é a que melhor convém a uma situação de fronteira, onde não valem os métodos de outras terras e tudo tem de ser reapercebido e reinventado.

Em contraste com as funções predominantemente reguladoras de sistemas surgidos em zonas de ocupação antiga, a vocação do Tratado Amazônico será a de funcionar como catalizador, despertando interesses, precipitando prioridades, multiplicando as oportunidades de trabalho em comum.

A força criativa desse impacto já se fez sentir em âmbito mais amplo, pois, ao renovar as bases da convivência internacional na Amazônia, o Tratado veio reafirmar que não existem alternativas válidas para a cooperação, num momento de relativo imobilismo e frustração em muitos foros internacionais e regionais.

Seu sentido modernizador se traduz, ao mesmo tempo, no impulso para transformar o atual caráter desvantajoso da dependência expressa no eixo Norte-Sul, mediante a criação, entre os países sul-americanos, de vínculos que anulem as distâncias artificialmente geradas pela dependência.

Nascida de uma iniciativa do Brasil, que dedica compreensível prioridade a essa parcela preponderante do seu património territorial, o Tratado

Amazônico pertence hoje por igual a todos os parceiros, que o acolheram com entusiasmo e esperança. Esse espírito é que vem conduzindo a atual etapa de ratificação, inaugurada pelo Brasil em dezembro passado, graças à pronta aprovação do Congresso Nacional e logo prosseguida pelo Equador e pela Guiana. Encontra-se adiantado, em todos os demais países, o processo de aprovação e ratificação, que, quando completo, permitirá que o Tratado ingresse em sua fase operacional.

É indispensável que ao chegar esse momento, encontremos preparados para a ação imediata. Para isso, impõe-se mobilizar, desde já, a capacidade de planejamento dos setores técnicos e a contribuição insubstituível das populações amazônicas, capazes, melhor do que ninguém, de articular suas aspirações e necessidades.

Amazônia pode transformar-se em experiência modelar de cooperação

Somente esse esforço participante e democrático, no qual já se insere uma iniciativa como este encontro patrocinado pela Comissão de Relações Exteriores, terá condições para transformar realmente a Amazônia numa experiência modelar da cooperação, a serviço dos povos do Continente.

Para esta vocação de terra de contatos, a Amazônia está predestinada por sua condição de único denominador comum, de exclusivo traço de união, entre o continente à parte que é o Brasil, as nações andinas e a família das Guianas.

É significativo que o primeiro passo desse processo se dê em Brasília, símbolo da afirmação da vontade do homem sobre o espaço geográfico e ponto de convergência dos grandes caminhos fluviais do Continente.

A poucos quilômetros da Capital, um Parque Nacional assinala o ponto onde se entrelaçam e confundem as águas formadoras do Amazonas e do Prata, antes de buscarem o oceano em desaguiadouros opostos e distantes.

Que este símbolo, que predestinou Brasília a cenário dos tratados do Amazonas e do Prata, seja um auspício seguro do papel que confiamos a este processo como vínculo de aproximação e concórdia entre todos os povos irmãos deste Continente.

chanceler homenageia comissão de relações exteriores do congresso nacional

Discursos do Chanceler Saraiva Guerreiro e do Presidente do Senado Federal, Senador Luís Viana Filho, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 10 de maio de 1979, por ocasião de almoço oferecido aos Deputados e Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

SARAIVA GUERREIRO

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimos Senhores Senadores,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Meus companheiros de Ministério,

Eu não vou fazer discurso. Os senhores estão acostumados a discursos e cansados disso. Apenas um pequeno brinde, para poder expressar com toda a sinceridade, a nossa satisfação, a honra que sentimos pela presença dos Senhores nesta Casa, e sobretudo para sublinhar o interesse que temos de manter constantemente contatos com os Senhores.

É da maior importância para um país como o Brasil, e cada vez mais, neste mundo difícil em que estamos e nesse país em transição, é da maior importância não nos perdermos numa concepção baseada apenas nas nossas experiências no exterior, mas sim, sentirmos constantemente aquela experiência, aprofundar aquele conheci-

mento, aguçar aquela sensibilidade para com o povo brasileiro, experiência, conhecimento e sensibilidade que os Senhores têm muito mais desenvolvidos do que nós, pela própria força das circunstâncias.

Devo dizer, ao fazer o meu brinde, além de expressar meu agradecimento e satisfação pela presença dos Senhores, que eu estou extremamente otimista, apesar de tudo, não só quanto à evolução do país mas também quanto à posição que nós teremos, com cada vez maior responsabilidade no campo internacional — o que nos trará, evidentemente, dificuldades crescentes e a necessidade de pensarmos com extraordinária serenidade e com o máximo de informação, com o máximo de competência, na conduta dos assuntos exteriores do Brasil. E a minha atitude, como a de todos nesta Casa, é a de pedir a ajuda do Congresso, a ajuda que, aliás, nunca foi negada.

Muito obrigado aos Senhores e pela saúde e pelos êxitos de todos os senhores como membros do Congresso Nacional.

LUÍS VIANA

Senhor Ministro Saraiva Guerreiro,

Senhores Embaixadores,

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Senhores Líderes de Partidos,

Senhor ex-Ministro Magalhães Pinto,

Senhores Deputados, Senhores Senadores,

Senhor ex-Ministro Amaral Peixoto,

Meus Senhores,

Senhor Ministro,

Os fatos são sempre mais importantes do que as palavras.

Ter Vossa Excelência reunido aqui, nesta oportunidade, membros do Congresso Nacional, Senadores e Deputados, sem qualquer distinção de partidos, de ideias, de sentimentos, é uma nota realmente marcante da posição que longamente tem influído o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ou seja, o Itamaraty, na vida pública brasileira.

O Itamaraty sempre aceitou essa posição de ser antes de tudo uma Casa a serviço do país. Por isso mesmo, ninguém sente qualquer constrangimento em estar aqui ao lado de Vossa Excelência, dos seus colaboradores, componentes, membros integrantes e fiéis de um Governo que é evidentemente político. Mas o Itamaraty, fielmente, como deve ser e como tem entendido através do tempo, não é o episódio atual, nem de ontem, mas como tem entendido sempre as forças políticas brasileiras, ele se coloca como um elemento de aglutinação e, por isso mesmo, a serviço da nossa política internacional, dos interesses internacionais do Brasil, que não são eventuais, mas permanentes. A política interna, ela pode ter colorações eventuais. A política internacional do

Brasil, os grandes interesses do Brasil, esses são permanentes, e são esses interesses acima de tudo que o Itamaraty representa e defende. Todos nós que participamos da vida pública brasileira temos, por isso mesmo, uma noção bastante nítida, bastante exata do muito que o Brasil deve a esta Casa, do muito que o Brasil deve à sua diplomacia, que fielmente, através do tempo, já não digo apenas do Barão do Rio-Branco, mas antes disto, naquela tradição longamente mantida na personalidade do Visconde de Cabo Frio, tem sido uma constante, na defesa dos mais altos e dos maiores interesses do nosso país.

Vossa Excelência hoje lidera no campo internacional esta política do Brasil e todos nós somos e estamos confiantes de que a política exterior do Brasil, confiada às mãos e à inteligência experiente, tranqüila e sábia de Vossa Excelência, continuará a trilhar aqueles mesmos caminhos que fizeram do Itamaraty esta grande Casa, permanentemente a serviço do nosso país e dos nossos interesses, destacando-se mesmo e, eu peço licença para dizê-lo, como uma das diplomacias mais competentes, mais capazes que há em todo o mundo ocidental. Não há, realmente, nenhum exagero no que digo. O Itamaraty, pela sua tradição, pela tradição que mantém desde os seus mais jovens colaboradores, até os seus mais altos representantes, é realmente um motivo não apenas de confiança, mas também de orgulho para todos nós e para o nosso país.

Agradeço a Vossa Excelência não apenas em meu nome, mas de todos os meus colegas e companheiros do Congresso Nacional que estou certo também comungam dessas ideias, a oportunidade de aqui nos reunirmos para, na companhia de Vossa Excelência e de seus ilustres colaboradores, sentirmos tão de perto a vida, a eficiência, a continuidade desta grande Casa do Brasil.

em brasil ia, o vice-primeiro-ministro da república popular da china

Discursos do Chanceler Saraiva Guerreiro e do Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, Kang Shien, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 21 de maio de 1979, por ocasião do banquete oferecido ao representante do Governo chinês.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Em nome do Governo brasileiro desejo estender a Vossa Excelência e a sua comitiva as boas vindas a nosso país. A presença de tão ilustres dignitários chineses entre nós é motivo de honra e satisfação para o Governo brasileiro e atesta com propriedade o amadurecimento experimentado pelas relações sino-brasileiras desde 1974. Estamos certos de que esta visita que Vossa Excelência se dispôs a empreender, numa longa jornada desde o outro lado do globo, será mais um importante marco para o estreitamento da amizade e cooperação entre nossos povos.

Encaramos o futuro de nossas relações com otimismo e confiança. O fato de termos escolhido, soberanamente, diferentes caminhos para a realização de nossos projetos nacionais não tem inibido nossa propensão à boa convivência, nem obstado a identificação de áreas para uma cooperação mutuamente benéfica. Desde o estabelecimento das relações oficiais entre nossos Governos, temos desenvolvido, gradualmente, um promissor intercâmbio comercial que alcançou sua institucionalização plena através do Acordo de Comércio assinado em 1978. Com o Acordo de Transporte Marítimo a ser agora firmado, am-

pliam-se ainda mais as condições para a intensificação de nossas trocas.

Senhor Vice-Primeiro Ministro,

Vossa Excelência e sua comitiva terão a oportunidade de verificar, pessoalmente, que o Brasil apresenta, em sua composição, uma rica diversidade humana e cultural, que, numa síntese harmoniosa, molda nossa personalidade como nação. Através da História, isso nos predispôs ao diálogo aberto à cooperação com todos os povos.

Essa predisposição se acha amplamente refletida na política externa que praticamos. Considera o Brasil que a estrita observância dos princípios da igualdade soberana dos Estados, da não-ingrência em assuntos internos e da cooperação em benefício mútuo, além de ser um requisito moral e um compromisso jurídico, é hoje também uma exigência prática de natureza política. Qualquer outra atitude colocaria em risco a autodeterminação dos povos e o seu direito de escolherem os seus próprios modelos de desenvolvimento e, conseqüentemente, a própria paz e segurança internacionais.

o brasil favorece a cooperação internacional

Como países em desenvolvimento, o Brasil e a China têm feito valer, com pertinácia, esses prin-

cípios e esse direito. Por índole e por convicção, o Brasil favorece a cooperação internacional, mas uma cooperação baseada na soberania, sem vinculações de dependência. Almejamos uma ordem econômica internacional, mais justa e eqüitativa, que permita aos Estados iguais oportunidades de desenvolvimento e de acesso aos seus benefícios. Essas aspirações dependem, para sua concretização, de nossos esforços racionais, e de que os países em desenvolvimento tenham a capacidade de nos apresentarmos solidários nas questões que envolvem interesses comuns. Nesse contexto, não posso deixar de expressar o nosso reconhecimento pela atitude firme e construtiva que o Governo chinês tem adotado nas questões relativas à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, colocando-se invariavelmente ao lado dos países em desenvolvimento, em especial os da América Latina.

As aspirações de desenvolvimento que nos unem estão refletidas no progressivo amadurecimento das relações entre o Brasil e a China. Sobre as bases construídas ao longo dos últimos anos, o nosso esforço de cooperação pode agora ser ampliado e diversificado. Esse potencial de cooperação deve merecer a nossa atenção e o nosso trabalho para que ganhe, de forma gradativa, mas continuada, dimensões compatíveis com nossos interesses e necessidades.

Temos em comum a continentalidade de nossas proporções, não apenas geográficas, mas também das tarefas a enfrentar em busca de nosso desenvolvimento pleno. Temos à consciência da grandeza de nossos desafios e das responsabilidades a eles inerentes. Nossas diferenças não nos afastam, antes estimulam o diálogo. No processo de nossas respectivas modernizações, temos encontrado e continuaremos a encontrar soluções originais, adequadas às nossas realidades de países em desenvolvimento, o que possibilita um intercâmbio de experiências relevantes entre nós.

Durante sua permanência no Brasil, Vossa Excelência e sua comitiva manterão conversações com autoridades governamentais e empresários brasileiros. Por outro lado, poderão apreciar diretamente os esforços que vêm sendo feitos no Brasil no campo do desenvolvimento sócio-econômico. Espero que a programação preparada pelo Governo brasileiro ofereça a Vossa Excelência e a sua

ilustre comitiva ocasião para uma construtiva troca de ideias acerca das realizações chinesas e brasileiras, assim como a identificação de setores concretos para o fortalecimento da cooperação bilateral.

Senhor Vice-Primeiro Ministro,

Graças à extraordinária operosidade e inteligência de seu povo, a China deu uma inestimável contribuição à civilização humana e assume cada vez mais os deveres inerentes à sua condição de país proeminente na família das nações.

Fazemos votos para que sua estada no Brasil seja proveitosa e que leve ao seu país a visão de um povo que vem construindo seu futuro com perseverança e determinação.

Convido os presentes a erguerem um brinde à saúde do Senhor Vice-Primeiro Ministro Kang Shien e de sua comitiva, às boas relações entre nossos dois países e à contínua prosperidade do povo chinês.

KANG SHIEN

Excelentíssimo Senhor Chanceler
Ramiro Saraiva Guerreiro,

Excelentíssimos Senhores Ministros,

Senhores e Amigos,

A convite do governo brasileiro, chegamos a vosso país para uma visita amistosa, trazendo conosco a profunda amizade do povo chinês para com o povo brasileiro. Ao desembarcarmos, em Brasília, vossa original e bela capital, fomos alvo de calorosas boas-vindas e de atenção generosa. Agora, Sua Excelência, o Senhor Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro oferece-nos este magnífico jantar e proferiu palavras calorosas e amistosas, pelo que gostaríamos de apresentar nossos sinceros agradecimentos. Aproveitamos também esta oportunidade para transmitir as cordiais saudações e os melhores votos do Governo e povo chineses ao Governo e povo brasileiros.

Apesar da longa distância, o Brasil não é um país estranho para o povo chinês. Seu caudaloso rio

Amazonas e seu mundialmente famoso café eram conhecidos pelo povo chinês desde há muito tempo. Sua vasta extensão territorial, seus ricos recursos naturais, seu bravo e laborioso povo são sempre admirados e louvados pelo povo chinês.

Detentor de uma história e tradição gloriosas vosso povo lutou heróica e tenazmente pela conquista da independência nacional e pela salvaguarda da integridade territorial durante longos anos. O nome de vosso herói nacional Joaquim José da Silva Xavier é, até hoje, elogiado por todos.

O Brasil é um país repleto de vigor. O Governo e o povo brasileiros desfecharam lutas decididas em defesa da independência e da soberania nacionais. Empenhando-se com persistência na exploração de seus ricos recursos nacionais e aproveitando outros fatores, vosso Governo e povo obtiveram um rápido desenvolvimento econômico na edificação do país. Nos assuntos internacionais, juntamente com os demais países do Terceiro Mundo, o Brasil defende a reforma da velha e injusta ordem econômica internacional, combate a ingerência nos assuntos internos de outros países, salvaguarda a autodeterminação dos diversos povos e esforça-se por promover a unidade e a cooperação com os países da América Latina, da Ásia e da África, desempenhando assim um papel cada vez mais importante na arena internacional e prestando contribuição positiva para a causa da paz mundial. Estamos contentes e admirados com vossos êxitos em todos os aspectos e desejamos sinceramente que obtenham novas e sucessivas conquistas no caminho do progresso.

Tal como o Brasil, a China é um país vasto e populoso, com abundantes recursos naturais. Nosso país, que conta com uma história e uma cultura antigas, é ainda um país em desenvolvimento, devido a longo período feudal ou semi-feudal e semicolonial antes da libertação de 1949, e do qual resultou o atual nível relativamente baixo em que se acham tanto a nossa economia nacional como a nossa ciência e tecnologia. O povo chinês está decidido a fazer da China um país socialista moderno dentro do século corrente. Para alcançar este objetivo, nos apoiaremos principalmente em nossos próprios esforços, seguiremos um caminho de desenvolvi-

to adequado às circunstâncias chinesas e necessitamos também desenvolver ativamente o intercâmbio e a cooperação com o exterior. Atualmente, povos de todas as nacionalidades existentes na China dedicam-se unanimemente à edificação do país. Atingiremos nosso objetivo com determinação e confiança.

a china advoga o tratamento igualitário entre todos os países

Nas relações internacionais, a China sustenta de maneira coerente o estabelecimento e o desenvolvimento das relações com todos os países com base nos cinco princípios de coexistência pacífica, a saber, respeito recíproco à integridade territorial e à soberania, não-agressão, não-intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica. A China advoga o tratamento igualitário entre todos os países sem distinção de dimensão e riqueza, e opõe-se aos países ricos que oprimam os pobres e aos países fortes que afrontam os fracos. Combatemos firmemente a agressão, a expansão e outras ações que ameaçam a paz e a segurança mundial por parte de qualquer país, através de qualquer método e a qualquer pretexto que seja. Particularmente, combatemos os hegemônistas tanto de caráter mundial como regional, que pretendam, em vão, exercer dominação sobre outros países, agindo como tiranos. Nossa política externa e nossa posição nos assuntos internacionais adquirem a compreensão e simpatia de um número cada vez maior de países e nossas relações com os diversos países desenvolvem-se constantemente. O que mais nos agrada é que nosso relacionamento com os países latino-americanos conheceu uma nova evolução com o aumento da compreensão e a confiança mútuas e expansão das relações econômico-comerciais. Estamos dispostos a estabelecer e desenvolver relações com mais países latino-americanos e a incrementar a compreensão e a amizade com eles.

A China e o Brasil estão separados um do outro, mas a distância geográfica e a diferença das circunstâncias naturais nunca constituíram obstáculos para o intercâmbio entre os dois povos. Os vínculos amistosos entre nossos dois povos crescem dia a dia e sua origem data de longe,

tal como as impetuosas águas dos Rios Yangtse e Amazonas, que têm suas fontes remotas. No início do século XIX, um bom número de trabalhadores chineses, tendo atravessado mares e oceanos, chegou a esta terra bela e rica, para conviver e trabalhar juntamente com o povo brasileiro, semeando deste modo sua amizade. Foi assinado, há cerca de cem anos, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a China e o Brasil. Agora, com o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974, a China e o Brasil iniciaram um novo e brilhante capítulo, bem marcado nos anais de seu relacionamento amistoso.

Ambos nossos países defendem firmemente sua independência nacional e soberania. Necessitamos ambos de um ambiente internacional pacífico a fim de construir nossos países. Temos muitos pontos em comum quanto aos importantes problemas internacionais. Depois do reatamento das nossas relações diplomáticas e com os esforços das duas partes, o intercâmbio humano bilateral, vem sendo incrementado, e alargam-se as vias do intercâmbio econômico, comercial, científico, tecnológico e cultural. Pode-se afirmar com toda confiança que existem amplas perspectivas para a cooperação amistosa entre nossos países. O que particularmente nos encoraja é que os dirigentes de ambos os países dão muita importância ao desenvolvimento das relações bilaterais. Sua Exce-

lência o Presidente João Baptista de Figueiredo manifestou, em várias ocasiões, a disposição de reforçar as relações do Brasil com a China durante o seu mandato. Pessoalmente, sinto-me muito honrado em ter a ocasião de conhecer vosso país, de trocar ideias com vossos dirigentes sobre o relacionamento bilateral e os problemas internacionais de interesse comum, e de estudar e assimilar as experiências adquiridas pelo povo brasileiro na edificação de seu país. Também estamos de braços abertos para acolher a visita dos dirigentes e amigos de diversos setores do Brasil a nosso país.

Ao terminar, proponho um brinde.

Pela prosperidade da República Federativa do Brasil e felicidade de seu povo.

Pelo maior desenvolvimento das relações amistosas sino-brasileiras e da amizade entre os dois povos,

À saúde de Sua Excelência, o Presidente João Baptista de Figueiredo,

À saúde de Sua Excelência, o Senhor Ministro do Exterior Ramiro Saraiva Guerreiro,

À saúde de todos os senhores e amigos presentes.

Saúde!

a chegada de kang shien a brasil ia

Saudação do Vice-Primeiro-Ministro da China, Kang Shien, ao chegar a Brasília, em 21 de maio de 1979.

É com grande prazer que vim ao Brasil fazer uma visita oficial e amistosa, a convite do Governo do Brasil. Permitam-me apresentar sinceros agradecimentos ao Chanceler brasileiro e aos demais amigos de diversos setores que nos vieram acolher.

Sendo ambos países em desenvolvimento, a China e o Brasil têm muito em comum. Embora separados por oceanos, os dois povos têm uma longa história de intercâmbios amistosos. O estabeleci-

mento das relações diplomáticas em 1974 marcou uma nova etapa nas relações entre os dois países. Nos últimos cinco anos, vem aumentando a nossa compreensão e confiança mútuas e apresenta-se satisfatória a marcha de nosso relacionamento.

Nós sentimo-nos muito honrados e aprazidos em ter oportunidade de conhecer o Brasil e apreender com vossas experiências através de encontros amigos e contatos amplos com o povo irmão brasileiro e seus dirigentes. Creio que esta nossa visita con-

tribuirá para desenvolver ainda mais as relações de cooperação amistosa entre os nossos dois países e a amizade entre nossos povos.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dirigir ao grande povo brasileiro e à população

hospitaleira de Brasília a minha alta consideração e os meus melhores votos.

Obrigado!

comunicado de imprensa brasil-china

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 23 de maio de 1979, ao final da visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, Kang Shien.

Atendendo a convite do Governo da República Federativa do Brasil, o Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Kang Shien, realiza uma visita oficial ao Brasil de 21 a 27 de maio de 1979. O Vice-Primeiro Ministro Kang Shien se faz acompanhar pelo Senhor Song Zhenming, Ministro da Indústria Petrolífera, pelo Senhor Li Rui, Vice-Ministro da Indústria Elétrica e por outras autoridades. Durante sua permanência no Brasil, o Vice-Primeiro-Ministro Kang Shien e sua comitiva visitam, além de Brasília, os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como a obra hidrelétrica de Itaipu, as instalações petrolíferas da plataforma marítima de Campos e o porto de Tubarão.

Durante sua estada em Brasília, o Vice-Primeiro-Ministro Kang Shien visitou Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República, a quem transmitiu os cumprimentos dos Senhores Ye Jianying e Hua Guofeng, respectivamente, Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e Primeiro Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China.

O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo expressou sua satisfação em receber a missão chinesa e agradeceu os votos das altas autoridades da República Popular da China. Por sua parte, pediu ao Vice-Primeiro-Ministro Kang Shien que transmitisse seus cumprimentos àqueles dirigentes chineses.

O Vice-Primeiro-Ministro Kang Shien teve encontros com o Ministro de Estado das Relações Exte-

riores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e com os Ministros de Estado das Minas e Energia, Senhor César Cais de Oliveira Filho, dos Transportes, Senhor Eliseu Resende, da Agricultura, Senhor Antônio Delfim Netto, e com o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Senhor Mário Henrique Simonsen. Manteve contatos também com outras autoridades e empresários.

O Vice-Primeiro-Ministro Kang Shien, pelo Governo chinês, e o Chanceler Saraiva Guerreiro, pelo Governo brasileiro, assinaram o Convénio sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Federativa do Brasil.

Os encontros e conversações mantidos durante a visita desenvolveram-se em clima de sinceridade e amizade. As duas partes manifestaram sua satisfação com a evolução das relações bilaterais desde o estabelecimento de suas relações diplomáticas e concordaram em que, entre a China e o Brasil, países em desenvolvimento, existem amplas perspectivas de cooperação, em benefício do progresso e bem-estar dos respectivos povos. Foram examinados assuntos de interesse comum, sobretudo no campo económico e comercial, com vistas a incrementar de forma efetiva a cooperação bilateral.

No campo internacional notaram com satisfação que adotam posições semelhantes numa ampla gama de questões. Ambas as partes estão determinadas a colaborar e a envidar esforços para o fortalecimento da cooperação e solidariedade en-

tre os países em desenvolvimento, bem como na instituição de uma nova ordem económica internacional mais justa e eqüitativa, e na manutenção da paz e segurança internacionais.

O Vice-Primeiro-Ministro Kang Shien manifestou grande satisfação por ser o primeiro alto dirigente do Governo chinês a visitar o Brasil e agradeceu ao Governo e povo brasileiros a calorosa aco-

lhida e hospitalidade. O Governo brasileiro, por seu lado, manifestou a satisfação com que recebeu a visita de tão expressiva missão chinesa. O Governo brasileiro e o Governo chinês consideram que a visita feita pelo Vice-Primeiro-Ministro Kang Shien incrementou a compreensão mútua e a amizade entre os dois povos e contribuirá para a consolidação e o fortalecimento dos laços sino-brasileiros. (*)

(*) Na seção **Tratados, Acordos, Convénios**, página 125, o texto do Convénio sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e a China.

a segunda reunião da comissão mista brasil-coveite

Ata da Segunda Reunião da Comissão Mista
Brasil-Coveite, divulgada pelo Palácio Itamaraty de Brasília,
em 29 de maio de 1979.

De acordo com o Artigo 8.º do Acordo de Cooperação assinado pelo Coveite e pelo Brasil em março de 1975, realizou-se em Brasília a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Coveite, nos dias 28 e 29 de maio de 1979, da qual participaram os seguintes representantes do Brasil e do Coveite:

Delegação Brasileira

1. Ministro Marcos Castrioto de Azambuja, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores,-
2. Secretário Affonso Emílio de Alencastro Massot, do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores;
3. Secretário Flávio Miragaia Perri, do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores;
4. Secretário Sérgio Tutikian, Chefe, Substituto, da Divisão do Oriente Próximo, Ministério das Relações Exteriores;
5. Secretário Sérgio Tapajós, Subchefe da Divisão de Cooperação Técnica, Ministério das Relações Exteriores;
6. Secretário Sérgio Simas Carriço, Divisão de Política Financeira, Ministério das Relações Exteriores;
7. Secretário José Roberto de Almeida Pinto, Divisão de Operações Comerciais, Ministério das Relações Exteriores;
8. Secretário Thaís Eleonora do Rego, Divisão de Energia e Recursos Minerais, Ministério das Relações Exteriores;
9. Senhor Sérgio Zappa, Banco Nacional do Desenvolvimento Económico;
10. Senhor Ary Pinto, Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
11. Senhor João Alfredo Guimarães de Oliveira, Ministério da Indústria e Comércio,-
12. Senhor Sidney Vieira de Mello, CACEX, Banco do Brasil;
13. Senhor Luiz Fernando Spíndola, CACEX, Banco do Brasil;
14. Senhor Fernando de Souza Oliveira, Interbrás,-
15. Senhor Carlos Alberto Amorim Júnior, Banco Central do Brasil;
16. Conselheiro Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministério da Fazenda;
17. Senhor Tito Rocha Filho, Ministério da Fazenda,-

18. Senhor Renato Magalhães, Petrobrás,-
 19. Senhor Fernando Souto, Ministério da Indústria e Comércio,-
 20. Senhora Rebecca Arkader, Ministério da Indústria e Comércio,-
 21. Senhor Waldemir de Araújo, Banco do Brasil.
- Delegação Coveitiana

1. Embaixador Ali Zakaria Al Ansari, Embaixador do Coveite em Brasília e Chefe da Delegação Coveitiana;
2. Conselheiro Jasem Ismail Al Juna's, Ministério dos Negócios Estrangeiros,-
3. Doutor Faisal Alkazemi, Diretor-Gerente da **"Kuwait Foreign Trading, Contracting and Investment Company"**;
4. Senhor Abdulla Al Roumi, Diretor do Departamento de "marketing" do Ministério do Petróleo;
5. Senhor Nabil Khalid Ja'afar, do Departamento de Investimento do Ministério das Finanças;
6. Senhor Khalid Al Rubaian, Ministério do Comércio e Indústria;
7. Senhor Mohammad Al-Lumai, Ministério dos Negócios Estrangeiros;

As duas partes aprovaram a seguinte Agenda:

1. Exame da cooperação nos setores económico, financeiro e técnico;
2. Cooperação no setor comercial:
 - a) Participação brasileira em projetos industriais desenvolvidos no Coveite. Informações sobre os Planos de Desenvolvimento Coveitianos,-
 - b) Participação brasileira em projetos financiados pelo Coveite em terceiros países;
 - c) Intensificação de contatos entre autoridades e empresários;

3. Exame das questões relativas ao Projeto de Acordo para Evitar a Bitributação;
4. Cooperação no campo de petróleo e derivados,-
5. Possibilidade de cooperação no campo da transferência de tecnologia,-
6. Data e lugar da próxima reunião da Comissão Mista.

A delegação coveitiana, além de participar das reuniões da Comissão Mista Brasil-Coveite, visitou as seguintes autoridades e entidades brasileiras:

S.E. o Ministro das Relações Exteriores,-
 S.E. o Ministro das Minas e Energia;
 Ministério da Indústria e Comércio,-
 Ministério da Fazenda,-
 Ministério da Agricultura,-
 Banco do Brasil,-
 Petrobrás e Interbrás,-
 Banco Nacional do Desenvolvimento Económico.

As partes concordaram em continuar a trocar pontos de vista e a incrementar a cooperação neste campo.

4. Cooperação com o Brasil em terceiros países

As duas partes examinaram a cooperação entre o Banco do Brasil e as companhias de investimento do Coveite no financiamento de empreendimentos conjuntos tais como o Banco Árabe Latino-Americano, a **"Kuwait Pacific Finance Company"** (Hong Kong), o **Banque Árabe et Internationale d'Investissement** (Paris), a **Compagnie Árabe et Internationale d'Investissement** (Luxemburgo).

As duas partes manifestaram sua satisfação com essa cooperação e decidiram encorajar o desenvolvimento das relações neste campo. A parte brasileira expressou seu desejo de cooperar na implementação de projetos de desenvolvimento financiados pelo Coveite em terceiros países. A parte coveitiana afirmou que encorajará tal cooperação dentro dos moldes da política do **Kuwait Fund for Economic Development** e dos governos interessados.

5. Cooperação no Setor de Investimentos no Brasil

As duas partes examinaram a cooperação no campo de investimentos coveitianos no Brasil. Expressaram seu desejo de tornar a Companhia Árabe-Brasileira de Investimento (ABICO) um veículo mais eficaz para a cooperação no campo dos empreendimentos como meio de atrair novos investidores coveitianos para o Brasil. A parte coveitiana expressou igualmente sua preocupação com os obstáculos criados pela nova lei brasileira que não permite a investidores estrangeiros a representação em Juntas e Conselhos de empreendimentos conjuntos. Por esta razão, os membros coveitianos da ABICO não teriam mais de participar do processo de decisão para investimento de empreendimentos conjuntos. A parte coveitiana assinalou que isso constitui obstáculo para os investidores coveitianos no Brasil. A parte coveitiana solicitou da parte brasileira ajuda para encontrar uma solução para este problema para que se possa desenvolver diálogo e troca de pontos de vista sobre empreendimentos conjuntos mais proveitosos. A parte coveitiana também registrou que, resolvido este problema, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Económico deveria recomendar apenas projetos comercialmente viáveis de natureza complementar às economias coveitiana e brasileira. A parte brasileira declarou que examinará o assunto e proporá proximamente uma solução quanto à representação na ABICO. As duas partes decidiram incentivar o BNDE e as autoridades competentes coveitianas para se reunirem e discutirem as atividades futuras da **"Arabian Braii-
lian Investment Company** (ABICO).

6. Impostos relativos a Investimentos de Estados Soberanos.

A parte coveitiana afirmou que a maior parte dos países industrializados oferece isenções de impostos a Estados soberanos ou investimentos governamentais no exterior. Essas isenções dizem respeito a dividendos, juros, renda de aluguéis e ganhos de capital. A parte coveitiana indagou se a legislação brasileira contempla tais isenções para o Ministério das Finanças do Coveite — Departamento de Investimentos. A parte brasileira declarou que estudará o assunto e informará a parte coveitiana tão logo seja possível.

7. Projeto de Acordo para Evitar a Bitributação

As duas partes examinaram o projeto de acordo para evitar a bitributação dentro do quadro de atividades da ABICO. A parte coveitiana afirmou que no Coveite não se cobram impostos de espécie alguma, o que faz com que a questão de se evitar a dupla tributação seja irrelevante. Entretanto, foi prometido às companhias de investimento que participam da ABICO um tratamento mais favorável no que diz respeito a impostos. O assunto será examinado pela parte brasileira que informará a parte coveitiana tão logo seja possível.

Os trabalhos da Segunda Reunião se desenvolveram numa atmosfera de cordialidade e amizade. A parte coveitiana manifestou sua apreciação sincera pela calorosa hospitalidade e recepção oferecidas pelo Governo brasileiro. As duas partes concordaram em que a próxima reunião da Comissão Mista será no Coveite, em 1980.

brasília é sede da reunião da junta de governadores do brasilinvest

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do empresário Mário Garnero, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 6 de junho de 1979, por ocasião de almoço oferecido aos membros da Junta de Governadores do Brasilinvest.

SARAIVA GUERREIRO

Senhores Embaixadores,

Senhores Senadores e Deputados,

Senhor Presidente do Brasilinvest,

Senhores membros da Junta de Governadores do Brasilinvest,

Senhoras e Senhores,

Foi com grande prazer que convidei os Senhores para este almoço.

Espero que para os Senhores tenham sido de inteiro agrado os resultados desta II Reunião da Junta de Governadores do Brasilinvest.

As relações económicas e comerciais têm, na política externa, uma prioridade básica, que se reflete no cotidiano do nosso trabalho.

Estamos, por isso mesmo, acostumados a tratar com os empresários, brasileiros e estrangeiros — e acostumados também a admirar seus esforços e realizações. Não sou dos que acreditam que apenas o lucro move a empresa privada. No contato com os Senhores sempre me dou conta de outros componentes e motivações de interesse geral.

Acompanho meus colegas de outros Ministérios na favorável avaliação que fazem dos resultados que vêm sendo alcançados pelo Brasilinvest. Trata-se, decerto, de um empreendimento inovador. No Brasilinvest vemos, mais do que ponto de encontro para interesses de variadas procedências, um ativo foco de atração para a valorização de oportunidades de associação, colaboração e participação. Fica aqui, portanto, o testemunho da atenção com que o Ministério das Relações Exteriores tem considerado as iniciativas dos empresários, e procurado, de sua parte, dar-lhes o apoio possível.

o brasil é uma boa opção para investimentos

Já pertence ao acervo dos lugares comuns da economia internacional a afirmação de que o Brasil é uma boa opção para investimentos. Mas ninguém melhor do que os Senhores conhece o Brasil como alternativa para investimentos. Meus colegas da área mais especificamente económica já lhes terão falado, ou lhes falarão no mesmo sentido. Desejo, porém, salientar — do Itamaraty, que por força de suas funções tem olhos atentos a todo o mundo, vemos o Brasil como país no caminho certo do desenvolvimento, rico em opções para o futuro e plenamente capaz de gerir seu presente.

Dificuldades existem, e numerosas: a reiterada capacidade de superá-las dá, entretanto, confiança em que o progresso não será interrompido. Se as

crises que abalam o mundo também afetam o Brasil, no exame retrospectivo da evolução recente do país já se começa a enxergar, cada vez mais nítida, as soluções que emergem. E, curiosamente, a partir de problemas conjunturais, em muitos casos já caminhamos para soluções definitivas, vamos administrando a crise de maneira que dela possamos tirar mais até do que teríamos alcançado, não houvesse ela existido.

O mesmo não se pode dizer do tratamento que o mundo em geral, como um todo, vem dando a suas crises. Essa é a avaliação do Itamaraty, também calejado nas numerosas arenas (evito intencionalmente a palavra foro) das relações econômicas internacionais. Não lhes falarei dos problemas, que todos conhecem, do protecionismo, do aumento crescente e desordenado dos custos da energia — aumento agravado pela pressão de países importadores de maior poder aquisitivo — ou da inércia nas negociações Norte-Sul. Tampouco é necessário falar das soluções, que estão à vista, faltando, sobretudo, vontade política para adotá-las, a consciência de que, para dificuldades coletivas, são imperativas soluções igualmente coletivas e concertadas de comum acordo.

Não há, de nossa parte, desejo de confrontação — mas sim preocupação de entendimento. Uma preocupação impaciente, é certo. Às vezes se esquece que, nos países desenvolvidos, os problemas ocorrem em patamar de conforto e bem-estar econômico de que ainda estão distantes os países em desenvolvimento. O sentimento de que todos são afetados pelas dificuldades atuais não pode obscurecer a diversidade de seu impacto em economias e populações com diferentes graus de resistência para sofrê-las. Alguns países podem dar-se ao luxo de esperar, até mesmo de parar, se necessário: os países em desenvolvimento só podem sobreviver avançando. Por isso a impaciência ante as demoras, as dilações — a angústia pelos prejuízos da omissão. Também no processo do desenvolvimento se poderia cogitar da figura jurídica de dano por lucros cessantes, pela frustração de expectativas legítimas e inadiáveis.

Não tem essa impaciência, porém, um sentido negativista ou de reivindicação gratuita; é, na verdade, uma impaciência construtiva, pressuposto de criação, que se traduz por inconformismo e expressa vontade de progredir e esperança de consegui-lo. Aqui, talvez, uma das razões mais im-

portantes para que o Brasil seja aquela boa alternativa de investimentos a que me referi. Neste país os Senhores não encontrarão - e recorro aqui a um grande poeta de nossa língua — os Senhores não encontrarão a atitude submissa do cansaço antecipado pelo que não se espera ser capaz de alcançar.

Senhores,

Quero que os Senhores levem a certeza de que este encontro constitui marco importante no relacionamento do Itamaraty com os empresários, brasileiros e estrangeiros, relacionamento fecundo, de quem trabalha com o mesmo objetivo de bem servir a nossos países. Por nossos países, os convido a erguer comigo uma taça, brindando por seu continuado progresso.

Muito obrigado.

MÁRIO GARNERO

Senhor Ministro Saraiva Guerreiro,

Senhores Embaixadores,

Senhores Senadores,

Senhores Deputados,

Ministro Mário Henrique Simonsen,

Senhores Membros da Junta de Governadores do Brasilinvest,

Ao agradecer neste momento, formalmente, este almoço que nos foi oferecido pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, não podia deixar passar a oportunidade de, além do agradecimento formal, de quem recebe uma tão cativante homenagem como os senhores do Brasilinvest hoje recebem nesta Casa, de dizer também algumas coisas que refletem o pensamento do mundo empresarial paulista, do mundo empresarial brasileiro, permitem que, por delegação eu falo também por uma delegação da Confederação Nacional de Indústria e da própria FIESP de São Paulo, e também dos empresários estrangeiros que aqui conviveram conosco nestes três dias, seja levada e seja absolutamente posta em alta a presença do Itamaraty no encaminhamento e no aperfeiçoamento das rela-

ções económicas entre os países de todo o Continente, entre os países que hoje representam fundamentalmente, pelo comércio, uma aliança cada vez mais próxima entre esses países.

Temos tido, no Itamaraty, e Vossa Excelência: me permita dizer em nome de alguns empresários que estão aqui presentes, um apoio evidente em nossos esforços de exportação. E vejo aqui conosco sócios do Brasilinvest que são hoje, talvez, os maiores exportadores privados do país, e deles tenho ouvido constantemente as palavras de apoio ao trabalho desenvolvido pelo Itamaraty. Evidentemente que a diplomacia com este assento na parte económica que caracteriza hoje o Itamaraty, tem sido, fundamentalmente, um instrumento extremamente útil para o empresariado brasileiro. Para o empresariado também estrangeiro que tem tido aqui no Brasil a abertura necessária para investir e confiar no Brasil, tem ele, muitas vezes, ou na maioria das vezes, recebido dos serviços comerciais do Itamaraty um apoio extraordinário.

Eu mesmo agora, vindo de uma longa viagem na preparação do Fórum das Américas, pude notar como os serviços comerciais estão absolutamente integrados a trabalhos que são na sua origem, feitos por homens que fizeram isto na iniciativa privada. Este testemunho, Senhor Ministro, eu fiz questão de dar a Vossa Excelência porque nós apresentamos e agora, me permita falar um pouco na qualidade, na outra função de presidente de uma outra entidade de classe, que é responsável hoje, no setor privado, pelo contingente de dólares exportados por ano, neste país. E estes homens que dirigem no momento as com-

panhias que compõem a ANFAVEA, não têm deixado de dizer aquilo que realmente é a verdade. O apoio do Itamaraty tem sido extraordinário neste sítio de exportações que o Brasil teve. Permita-me também Vossa Excelência que diga, para finalizar, que as dificuldades a que aludiu Vossa Excelência, são dificuldades que os homens de negócios compreendem e eu estou certo que ao final desta jornada de três dias, eles entendem, também, que algum clima de eventual incerteza, algumas dificuldades e restrições que o Governo tome hoje, não representam nada dos pequenos incidentes no percurso desta grande Nação. Eu estou certo que eles estão convencidos, brasileiros, empresários brasileiros e empresários estrangeiros, que o Brasil é um país decididamente condenado ao progresso, como diz muito bem Vossa Excelência, e a capacidade de gerir as nossas crises tem continuamente mostrado que nós não estamos, de maneira nenhuma, ameaçados de deixar passar o barco do progresso. A Vossa Excelência mais uma vez e, espero estar aqui representando a enorme palavra dos 80 membros da Junta de Governadores, quero deixar consignado o nosso agradecimento e a certeza de que a iniciativa privada brasileira e a iniciativa privada internacional não faltarão a este chamamento que o Itamaraty lidera hoje, que é aquilo que todos nós almejamos, é de, pela iniciativa privada, criar as bases de uma democracia cada vez mais estável, de um sistema político mais aberto efetivamente baseado na capacidade de empreender, na liberdade de empreender, na liberdade de ir e de vir.

Muito obrigado.

saraiva guerreiro na primeira sessão plenária do fórum das américas

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, por ocasião da abertura da Primeira Sessão Plenária do Fórum das Américas, no Parque Anhembi de São Paulo, em 11 de junho de 1979.

Senhoras e Senhores,

Com grande prazer aceitei o convite do Fórum das Américas para vir hoje falar-lhes. Era natural que o fizesse. Há vários meses, as Embaixadas e Consulados brasileiros nas Américas vinham dando apoio aos organizadores do encontro. O Ministério das Relações Exteriores sempre compreendeu o interesse de que esta reunião alcançasse dimensão e âmbito verdadeiramente americanos.

A iniciativa de organizar este Fórum repousa na consciência de que os povos das Américas estão unidos por valores e aspirações que se traduzem no apreço que todos têm pela liberdade, pela independência e pelo desenvolvimento.

Nossas próprias raízes nos indicam que essa comunidade de sentimentos pode e deve inspirar novos e mais eficazes empreendimentos cooperativos para o benefício comum. Todos reconhecemos que nem sempre a grandeza e a permanência de nossos sentimentos têm-se refletido no plano das realizações concretas. Não fiquemos, porém, presos a essa visão retrospectiva. Dediquemo-nos a ações confiantes, que correspondam à nossa percepção de que a cooperação regional é indispensável e pode ser cada vez mais proveitosa.

Prova do ânimo do Brasil nesse sentido é a ênfase que atribuímos ao aperfeiçoamento dos mecanismos da ALALC, com vistas à consecução de

seus elevados objetivos. Permanecem válidos, sem dúvida, os objetivos que inspiraram o Tratado de Montevideu e os propósitos comuns de propiciar a integração continental de forma gradual e progressiva, - impossível, no entanto, deixar de admitir que os procedimentos multilaterais de desgravação tarifária do Tratado já não mais se ajustam nem às realidades nem às necessidades dos países da região. Está, pois, o Brasil disposto a empenhar seus melhores esforços no processo, já previsto, de reestruturação da ALALC, do qual resultarão, estou certo, mecanismos novos, que haverá de acelerar o processo de integração econômica latino-americana.

Na América Latina, a evolução havida nas estruturas de nossas nações deu origem a esperanças revigoradas. Surgem novas complementaridades. Mesmo em áreas onde pareceria sermos concorrentes, identificam-se oportunidades de cooperação. Vamos elevando o intercâmbio a graus de maior sofisticação. Trocamos serviços, participamos de esquemas novos de transporte. Muitos de nossos países — e é o caso do Brasil — já figuram como fornecedores e recipientes de tecnologia concebida na própria América Latina. Há situações nas quais, para tirar partido de potenciais comuns, nossos países congregam esforços, em base de igualdade e mútuo respeito, para a realização de projetos de forte e positiva repercussão na sociedade regional. Permito-me lembrar dois exemplos que mais de perto tocam o Brasil: a

grande obra de Itaipu e as potencialidades de mútua cooperação que encerra o Tratado de Cooperação Amazônica.

Em outro plano, não podemos deixar de constatar, nas relações interamericanas, a intersecção dos vínculos horizontais, entre os países latino-americanos, com o relacionamento assimétrico entre estes e as nações altamente industrializadas da América do Norte. É verdade que as dificuldades nos laços Norte-Sul se fazem sentir em termos muito amplos, em escala mundial. Não deixam, entretanto, de ser particularmente penosas tais dificuldades, quando ocorrem no quadro específico de um Continente que se quer, há século e meio, solidário. São tanto mais fortes as frustrações, quanto mais altas as expectativas. E estas foram cultivadas com especial ênfase no âmbito de um convívio, como disse antes, marcado pela comunhão de ideais e de esperanças.

esforço criativo contribui para a prosperidade de todo o continente

Inspirado pela essência do nosso convívio e pela fundamental reciprocidade de nossos interesses, o Brasil acredita que a vontade política e o esforço criativo de nossos países devem levar, no campo da cooperação para o desenvolvimento, a uma ação adequada às circunstâncias e necessidades específicas da América Latina e, por isso mesmo, capaz de contribuir para a prosperidade de todo o Continente.

As relações francas e amistosas entre nossos países nos propiciam oportunidades permanentes de diálogo. Em nossa própria Organização dos Estados Americanos temos um foro de ainda muito potencial.

Senhores,

Se o mundo já passou por crise econômica mais grave, não há como negar que a situação atual assume configuração inédita, pela amplitude dos campos em que se desdobra e pela complexidade da interação de fatores conjunturais e causas de grande profundidade.

Não caberia, nesta ocasião, entrarmos a discutir as dificuldades que ora enfrenta a comunidade internacional, em questões específicas como co-

mércio, inflação, energia, instabilidade cambial. Desejo ressaltar, entretanto, uma característica da situação que ora vivemos. Ela é qualitativamente nova em um aspecto essencial: o mundo em desenvolvimento está, como nunca antes, colocado no âmago da vida econômica internacional.

Como provedores de recursos cada vez mais escassos, como tomadores de capital, como receptores de investimentos privados e importadores de tecnologia, e também como produtores crescentemente eficientes em várias áreas industriais, os países em desenvolvimento vêm aportando contribuição significativa à prosperidade global. Os países em desenvolvimento são, em suma, cada vez mais relevantes para o mundo industrializado. Basta verificar, por exemplo, que, a partir de 1960, mais de 30% do acréscimo nas exportações realizadas pelos países desenvolvidos teve por destino os mercados de nações em desenvolvimento. Estas, segundo assinala o Banco Mundial, surgiram, nas últimas duas décadas, como importante mercado para produtos manufaturados, absorvendo atualmente mais de 25% do total das vendas efetuadas nesse setor pelos países altamente industrializados.

Tendo em vista tal fato, a questão que se coloca é saber se, dada a nova situação da economia mundial, o sistema econômico internacional pode funcionar com aceitável eficiência, sem modificações que integrem os países em desenvolvimento a seus processos decisórios, e que propiciem tratamento adequado a seus problemas e necessidades.

A interdependência de nossos dias torna obsoletas as soluções exclusivistas. Se a interdependência — ironicamente — torna mais complexos e difíceis os problemas, as soluções não estarão no recuo para posições solitárias e simplistas. Muito pelo contrário, o que se faz necessário é elevar as relações entre os povos a níveis mais altos, e dar-lhes sentido mais equilibrado. No mundo de hoje, maior equidade entre as nações é fator de eficiência, e portanto condição para a prosperidade global.

Senhores,

Dias atrás, perante os membros da Junta de Governadores do Brasilinvest, uma das entidades patrocinadoras deste encontro, salientei que não nos

anima, no diálogo que buscamos estabelecer com os países desenvolvidos, qualquer vontade de confrontação. O que nos impaciente é a necessidade premente de entendimento. Neste Continente, em que tantos projetos e promessas ficaram nisso — em projetos e promessas — a impaciência é maior diante de posturas negativas, passos malogrados, demoras e dilações. Impaciência, porém, que não significa reivindicação gratuita, mas sim expressa atitude construtiva, inabalável decisão de progredir e confiança em consegui-lo.

solução não deve vir dos países desenvolvidos

Não se veja no que precede o desejo de que dos países desenvolvidos venha a solução para nossos problemas. O Presidente Figueiredo assinalou, em seu discurso de posse, e reiterou depois, ao saudar o Chanceler Helmut Schmidt, da República Federal da Alemanha, que, embora parte de um mundo interdependente, estamos conscientes de que incumbe a nós próprios a responsabilidade primordial por nosso desenvolvimento. Aachamos todavia essencial que caminhemos juntos, ajudando e sendo ajudados — essencial, igualmente, que não se acrescente a nossas dificuldades, antes se facilite nossa marcha para níveis de bem-estar que nossas populações, como quaisquer outras, também de pleno direito merecem.

Para tanto, é preciso, de qualquer modo, que a comunidade internacional evolua para a superação de toda uma série de atitudes protecionistas, que afetam o acesso dos países em desenvolvimento às duas áreas onde se concentra a essência mesma da vida econômica atual: o comércio e a tecnologia. Pois todos os fluxos econômicos entre as nações se reduzem, em última análise, às trocas de bens e serviços. É preciso não esquecer que, a longo prazo, o comércio é gerado por comércio, não podendo ser ele sustentado indefinidamente pela simples repetição cumulativa da intermediação financeira, desacompanhada de expansão sustentada dos fluxos reais de mercadorias. Quanto à tecnologia, pode-se dizer que é

hoje a fonte última de riqueza. Assim, se o encaminhamento das soluções para os problemas econômicos da atualidade não pode prescindir do concurso das nações em desenvolvimento, é igualmente inegável a necessidade de que se removam os obstáculos à expansão comercial e ao desenvolvimento tecnológico dessas nações.

É preciso, de outra parte, que se evite o surgimento de novas e mais sutis formas de protecionismo, já agora na própria área dos fluxos de investimento privado. Preocupações legítimas com os problemas do desemprego no mundo desenvolvido não devem servir de motivo para tentativas de cercear a ação dinâmica dos empresários e o conseqüente movimento internacional de investimentos, ou limitar a capacidade de atuação, nessas áreas, de países que são estruturalmente importadores de capital. Tais tentativas, ademais de injustificáveis, resultariam prejudiciais aos próprios interesses — comerciais além de financeiros — dos países altamente industrializados exportadores de capital.

O Brasil, se está empenhado em ter acesso crescente ao comércio internacional, em ampliar sua capacidade tecnológica e diversificar sua estrutura produtiva, não o faz apenas pelo interesse muito natural e legítimo, por seu próprio desenvolvimento. Seu compromisso com uma crescente integração à economia internacional reflete, também, a vocação brasileira pela cooperação amistosa com outros povos, e nossa consciência do muito que temos a oferecer à prosperidade regional e global.

Senhores,

A contribuição dos homens de negócio ao progresso de nosso Continente não se limita à mobilização de recursos produtivos. Talvez mais significativo seja o aporte que oferecer ao entendimento e à aproximação entre nossos países, graças à vivência que têm das realidades e aspirações de variados povos. Congratulo-me, portanto, com os Senhores pela realização deste Fórum das Américas, a cujos trabalhos desejo pleno êxito.

arábia saudita busca a cooperação do brasil no setor agrícola

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 12 de junho de 1979, por ocasião do jantar oferecido ao Ministro da Agricultura e Recursos Hídricos da Arábia Saudita, Abdul Rahman Aziz Alsheik.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Com especial satisfação recebo hoje no Itamaraty Vossa Excelência e a Delegação que o acompanha.

Sua viagem ao Brasil, embora rápida, lhe terá permitido conhecer diferentes áreas de atividades de interesse direto de sua pasta e poderá propiciar uma colaboração eficaz entre o Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita.

Espero que nos contatos e visitas que realizaram, Vossa Excelência e os membros de sua comitiva tenham podido identificar novas possibilidades de proveitoso intercâmbio entre os nossos dois países. O Brasil se considera em condições excepcionais para fornecer, em termos competitivos, produtos agropecuários à Arábia Saudita. Acredita, também, que existem condições favoráveis para o estabelecimento de empresas associadas brasileiro-sauditas com o objetivo de atender às necessidades do mercado saudita, no que diz respeito a uma vasta gama de produtos presentemente importados de outras origens. Ao manifestar-lhe essa disposição positiva, tenho especialmente presente que apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, o país de Vossa Excelência continua a ser um significativo importador de alimentos, **in natura** ou processados, de origem animal e vegetal.

Noto, também, com satisfação, como o fizeram as delegações de nossos dois países à recente reu-

nião da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita que se realizou em Jeddah, em abril último, que existe uma disposição favorável do Governo de Vossa Excelência de procurar a cooperação e a assistência brasileiras para importantes projetos de florestamento e reflorestamento, para o desenvolvimento de parques nacionais e para a realização de serviços de aerofotogrametria. Importante, também, foi o interesse manifestado pelo Governo de Vossa Excelência pela aquisição de aviões e equipamento para a pulverização de lavouras agrícolas, campo em que o Brasil dispõe, afortunadamente, de madura experiência.

Espero que nos contatos que Vossa Excelência manteve com altas autoridades estaduais e federais, bem como com líderes do setor privado, tenha sido possível avançar ainda mais no encontro dos terrenos propícios ao nosso crescente comércio e cooperação.

O dia de amanhã ainda reserva novas visitas e entrevistas que espero culminem este profícuo trabalho de aproximação, especialmente no campo da agricultura a que hoje dedicamos interesse prioritário como fator decisivo de promoção de nosso desenvolvimento e bem-estar nacional.

Senhor Ministro,

Naturalmente, estas considerações específicas melhor caberiam na seara dos nossos amigos aqui pre-

sentes, do Ministério da Agricultura do Brasil, com cujo titular Vossa Excelência manteve, na tarde de hoje, profícuo encontro.

Desejo apenas assinalar que, além dos resultados concretos que sua visita possa produzir - e espero que sejam efetivados a curto prazo -, ela marca as excelentes e amistosas relações que existem entre o Reino da Arábia Saudita e o Brasil fundadas no respeito mútuo e na procura de benefícios recíprocos.

Peço a Vossa Excelência que se faça intérprete junto ao Ministro das Relações Exteriores, Sua Alteza Real o Príncipe Saud Al Faiçal, da mensa-

gem de, p re ç o e f m l h e e n v i o e p e ç o . l h e ,
sobretudo, < ue aceite o testemunho de nossos sentimentos extremamente cordiais pelo povo e pelo Governo sauditas,

Muito obrigado.

a posição do brasil na reunião de consulta de chanceleres da oea sobre a nicarágua

Pronunciamento do Delegado do Brasil na XVII Reunião de Consulta de Chanceleres da Organização dos Estados Americanos (OEA), Embaixador Alarico Silveira Júnior, em 23 de junho de 1979, logo após a aprovação da Resolução sobre a Nicarágua.

O Brasil reconhece que a situação da Nicarágua se tornou, pela extensão e gravidade da violência, pela existência de violações maciças e continuadas dos direitos humanos, por suas repercussões na tranquilidade e paz regionais, uma situação que requer, como efetivamente ocorreu, a especial atenção da Organização dos Estados Americanos.

Não ficamos indiferentes a esse estado de coisas e por isso nos perguntamos o que fazer nesta Organização para ajudar a se chegar a uma solução política que pusesse fim à mortandade e aos graves sofrimentos do povo nicaraguense.

Tal solução deveria eliminar a violência e facilitar um resultado que permitisse alcançar a paz na família nicaraguense, bem como a recomposição democrática de sua vida política.

Este esforço cabe, essencialmente, aos próprios nicaraguenses, que são os únicos donos de seu destino. O que os outros países desta Organização podem fazer, no futuro, é cooperar para facilitar e tornar menos penosa a própria evolução endógena na Nicarágua. Não temos quer o direito, quer a intenção de nos substituir à vontade do próprio povo nicaraguense.

Verificamos, por outro lado, todos os países da região, que o povo nicaraguense deseja, como é normal, um Governo que represente todos os setores de opinião, que tenha condições de enfrentar as graves emergências e que seja capaz de levar adiante a tarefa de reconstruir democraticamente o país.

Formado um Governo que evidencie possuir ampla base consensual, caberá a todos os nossos países fazer um esforço excepcional de ajuda humanitária e econômica para que a Nação nicaraguense possa cumprir a tarefa de reconstruir-se e de normalizar sua vida. A respeito, devo afirmar que o Brasil, em nome dos ideais de solidariedade continental, se dispõe a fazer o máximo ao seu alcance para contribuir à rápida recuperação dos grandes sofrimentos que afligem o nobre povo irmão da Nicarágua.

Assim sendo, a Delegação do Brasil votou a favor do Projeto, porque compartilha de suas grandes linhas. Lamenta, contudo, que, a despeito dos esforços desenvolvidos por esta Delegação, o Projeto apresenta ainda certas lacunas, principalmente a ausência de um apelo claro a todos os países no sentido de não contribuírem de nenhuma forma, como por exemplo através do fornecimento de armas, para o agravamento da situação.

ministro do comércio exterior e navegação da polónia visita Brasília

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Remiro Saraiva Guerreiro, no Palácio **Itamaraty** de Brasília, em 28 de junho de 1979, por ocasião da assinatura do Protocolo Brasil-Polónia, em solenidade que contou com a presença do Ministro polonês do Comércio Exterior e Navegação, Jerzy Olszewski.

Senhor Ministro do Comércio Exterior,

É com grande satisfação que assino hoje, com Vossa Excelência, o Protocolo que sintetiza os resultados dos entendimentos mantidos com os diversos órgãos da administração federal brasileira.

Desde 2.^a feira mantivemos conversas e trocas de pontos de vista, em ambiente de cordialidade e franqueza, sobre os diversos aspectos de nosso comércio bilateral.

Por sua significação no contexto do comércio exterior brasileiro, é lícito ressaltar a dinâmica evolução do intercâmbio econômico-comercial entre nossos países que, de um modesto total de 33 milhões de dólares em 1970, alcançou a expressiva soma de cerca de 350 milhões em 1978, o que colocou a Polónia como o primeiro parceiro do Brasil entre os países da Europa Oriental.

Esta evolução satisfatória de nosso comércio bilateral foi realçada pela assinatura, em 1975, do "Protocolo de Intenções", que prevê a compra de minério de ferro brasileiro e de carvão siderúrgico polonês, e que estabeleceu um tipo de relacionamento bilateral a longo prazo com resultados mutuamente satisfatórios. Posteriormente, Vossa Excelência visitou nosso país e contribuiu para dar

novo impulso a essas relações a partir do "Protocolo sobre a Expansão do Comércio de Cooperação Económica para os anos 1976-1980".

Como resultado das novas oportunidades abertas por esses instrumentos, cabe mencionar o incremento nas operações de comércio entre empresas brasileiras e polonesas, notadamente sob a forma de "pacotes" de compra e venda entre consórcios de **tradings**. A expansão e a diversificação das relações económicas entre os dois países permitiram também o estabelecimento de cooperação conjunta em terceiros mercados, como é o caso da colaboração da Kopex com a Siderbrás para o estudo das minas de carvão da Colômbia.

Por ocasião da visita à Polónia do Ministro da Indústria e Comércio do Brasil, em 1978, foram abertas novas vias para a expansão contínua do intercâmbio bilateral, por meio do acordo interbancário destinado ao financiamento das importações polonesas de produtos brasileiros, o qual acaba de ser renovado. Nos mais variados setores económicos, verificam-se novas formas de interesse recíproco como se verificou, nos últimos anos, pela criação de empresas em regime de associação. Nos setores naval e de equipamento ferroviário, em colaboração com a indústria nacional, a Polónia tem-se apresentado como ativo parceiro do Brasil.

Os documentos agora assinados destinam-se a incrementar o nosso já dinâmico comércio bilateral. O acordo de crédito entre o Banco Central do Brasil e o **Handlowy Bank** de Varsóvia assegura o fornecimento de diversos produtos brasileiros de exportação, dos quais a Polónia é tradicional comprador.

C acordo entre a Siderbrás e a **Weglokoks** por sua vez, permitirá a continuidade dos suprimentos de carvão siderúrgico ao Brasil, no quadro dos fornecimentos recíprocos de carvão e minério de ferro que representam parte importante da pauta comercial bilateral.

Em diversos outros campos, aprofunda-se a cooperação mútua, estando abertas possibilidades promissoras no setor naval — tanto com o fornecimento de navios por cada parte à outra, quanto através da colaboração entre estaleiros dos dois países — e na indústria de mineração, notadamente a carbonífera.

Senhor Ministro,

Ao finalizar, desejo congratular-me com o êxito de sua visita ao Brasil, e manifestar a esperança de que os contatos mantidos por Vossa Excelência estimulem a contínua expansão e diversificação do nosso relacionamento económico.

os entendimentos de jerzy olszewski em Brasília

Nota do Itamaraty à imprensa, divulgada em 28 de junho de 1979, a propósito dos entendimentos mantidos em Brasília pelo Ministro do Comércio Exterior e Navegação da Polónia, Jerzy Olszewski.

Com a assinatura de atos no Palácio Itamaraty, encerrou-se hoje a visita oficial ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior e Navegação da Polónia, Sr. Jerzy Olszewski.

Durante sua estada em Brasília, iniciada no dia 25 último, o Ministro Olszewski foi recebido em audiência pelo Presidente da República, João Figueiredo, e entrevistou-se com os Ministros das Relações Exteriores, das Minas e Energia, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, da Agricultura e dos Transportes, e com o presidente do Banco Central.

Nos encontros foram examinados diferentes assuntos de interesse mútuo no campo económico-comercial, com vistas a incrementar os níveis do intercâmbio bilateral. Os entendimentos mantidos permitiram identificar setores para cooperação entre os dois países, notadamente no terreno da mineração de carvão e na indústria de construção naval.

Os dois instrumentos assinados por ocasião da visita do Ministro do Comércio e Navegação da Polónia são:

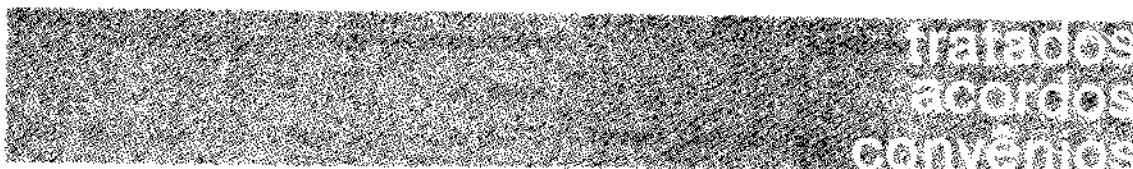
1. Um Acordo entre o Banco Central e o **Bank Handlowy** pelo qual se estabelece um mecanismo para promover exportações brasileiras de produtos manufaturados primários.
2. Protocolo de intenção que sintetiza os entendimentos mantidos pela Delegação polonesa, entre os quais podem ser ressaltados: a) cooperação no setor de mineração (entendimentos com a Siderbrás para fixação de preços e eventual colaboração no Brasil e em terceiros países); b) cooperação no setor de construção naval (entendimentos com estaleiros privados); c) entendimentos preliminares para o estabelecimento de representação do **Bank Handlowy** no Brasil; c) cooperação em terceiros países.

relações diplomáticas

entrega de credenciais

S. A. H. Ahsani, do **Paquistão**, em 15 de maio de 1979.

De Embaixador estrangeiro:



os acordos entre o brasil e a república federal da alemanha

Acordo sobre Transporte Marítimo e seu Protocolo Complementar e Protocolos sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinados no Palácio do Planalto, em Brasília, em 04 de abril de 1979, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RFA, Peter Hermes.

ACORDO SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO

A República Federal da Alemanha,
e
A República Federativa do Brasil,

Desejando assegurar o desenvolvimento harmonioso do intercâmbio marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, fundado na reciprocidade de interesses e na liberdade do seu comércio exterior,-

Reconhecendo que o intercâmbio bilateral de produtos deve ser acompanhado de um intercâmbio eficaz de serviços;

Reconhecendo a necessidade de assegurar a eficiência e regularidade dos transportes marítimos com tarifas de frete economicamente viáveis;

Convêm no que se segue:

artigo I

Para os efeitos do presente Acordo:

1. Entende-se pela expressão "navio da Parte Contratante" qualquer navio de bandeira dessa Parte, em conformidade com a sua legislação. Entretanto, essa expressão não abrange:

- a) navios de guerra,-
- b) outros navios armados por uma tripulação pertencente à Marinha das Forças Armadas Nacionais;
- c) navios de pesquisas executando as atividades correspondentes; e
- d) barcos de pesca.

2. A expressão "membro da tripulação do navio" refere-se ao capitão e a uma pessoa, que esteja incumbida de funções ou serviços de bordo durante uma viagem, munida de um documento de identidade referido no artigo VII e cujo nome esteja incluído no rol de equipagem do navio.

artigo II

1. Os navios de cada Parte Contratante têm o direito de trafegar entre os portos de ambas as Partes Contratantes, abertos ao comércio internacional, e de transportar passageiros e mercadorias entre ambas as Partes Contratantes, ou entre uma delas e terceiros países, respeitados os acordos concluídos com esses terceiros países.

2. Navios que portem a bandeira de terceiros países e sejam afretados por empresas de navegação marítima de uma das Partes Contratantes também poderão participar dos transportes referidos, gozando

das mesmas regalias como se portassem a bandeira de uma das Partes Contratantes.

artigo III

1. As Partes Contratantes prestarão toda assistência possível ao desenvolvimento da navegação mercante entre seus países e se absterão de qualquer ação que possa causar prejuízo ao desenvolvimento normal da livre navegação mercante internacional e à participação das empresas de navegação marítima das Partes Contratantes no transporte marítimo entre ambos os países, bem como entre estes e terceiros países.

2. As Partes Contratantes concordam, em particular, no que se segue:

- a) promover a participação, com igualdade de direitos e vantagens recíprocas, dos navios das empresas de navegação marítima das Partes Contratantes e dos navios referidos no item 2 do Artigo II, no transporte da carga resultante do intercâmbio comercial entre ambos os países,- e
- b) promover a cooperação efetiva entre as autoridades responsáveis pela Marinha Mercante de ambos os países e entre as respectivas empresas de navegação marítima, com a finalidade de atingir a melhor implementação possível do presente Acordo.

artigo IV

1. Cada Parte Contratante concederá aos navios da outra Parte Contratante, em seus portos e águas territoriais, na base de reciprocidade, o mesmo tratamento que concede a seus próprios navios empregados em transportes internacionais no tocante ao acesso aos portos e sua utilização, à distribuição de lugar no cais, ao embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, ao pagamento de taxas, taxas portuárias e outros.

2. As disposições contidas no item 1 do presente Artigo não se aplicarão:

- a) ao comércio marítimo de cabotagem, aos serviços da **solvatage**, reboque e outros serviços portuários que, de acordo com a legislação de cada país, sejam reservados às suas próprias empresas, companhias e cidadãos;
- b) aos regulamentos de praticagem obrigatória para navios estrangeiros; e
- c) aos regulamentos referentes à admissão e estada de cidadãos estrangeiros.

artigo V

As Partes Contratantes tomarão, nos limites de sua legislação e regulamentação portuários, todas as medidas necessárias para facilitar e incrementar os transportes marítimos, para impedir demoras desnecessárias dos navios e para acelerar e simplificar, tan-

to quanto possível, o atendimento de formalidades alfandegárias e outras em vigor nos portos.

artigo VI

1. Os documentos sobre a nacionalidade dos navios, os certificados de arqueação, e outros documentos de bordo expedidos ou reconhecidos por uma das Partes Contratantes, serão também reconhecidos pela outra Parte.

2. Os navios de cada Parte Contratante, providos de certificado de arqueação devidamente emitido, serão dispensados de nova modificação nos portos da outra Parte. Esses documentos servirão de base para o cálculo de todas as taxas portuárias.

artigo VII

Cada Parte Contratante aceitará e reconhecerá os documentos de identidade do capitão e dos membros da tripulação dos navios, emitidos pelas autoridades da outra Parte Contratante. Tais documentos são, no que concerne à República Federativa do Brasil, a Cadereta de Inscrição e Registro, emitida pelas Capitânicas dos Portos — Diretorias de Portos e Costas (DPC) — Ministério da Marinha do Brasil e, no que concerne à República Federal da Alemanha, para o capitão, o passaporte, e para os membros da tripulação, o **Seefahrtsbuch**, expedido por um Serviço Estadual de Recrutamento de Marinheiros ("**Seemannsamt**").

artigo VIII

1. As pessoas detentoras dos documentos de identidade referidos no Artigo VII que figurem no rol de equipagem e na relação apresentada às autoridades do porto, poderão descer à terra e movimentar-se livremente no porto, onde o navio permaneça, e na comunidade à qual pertença o porto, em conformidade com a legislação e os regulamentos pertinentes em vigor no respectivo país. O mesmo valerá, quando um tripulante deixar seu navio para embarcar como membro da tripulação num outro navio da mesma bandeira.

2. As autoridades competentes da respectiva Parte Contratante permitirão a um membro da tripulação que, no território de uma das Partes Contratantes, por motivo de doença, tenha sido internado em um hospital, a permanência pelo prazo necessário à recuperação da saúde.

artigo IX

As Partes Contratantes se reservam o direito de interditar a entrada em seu território, às pessoas possuidoras de documentos de identidade marítima, conforme mencionado no Artigo VII, que sejam julgadas indesejáveis.

artigo X

Cada Parte Contratante concederá às empresas de navegação marítima da outra Parte Contratante o direito de aplicar, no seu território, os rendimentos oriun-

dos de serviços de navegação marítima, em pagamentos relacionados com a navegação marítima, ou de transferi-los ao exterior.

artigo XI

Os navios e os membros da tripulação de uma das Partes Contratantes deverão, durante sua permanência em águas territoriais, interiores e portos da outra Parte Contratante, observar sua legislação e seus regulamentos pertinentes.

artigo XII

1. Se um navio de uma das Partes Contratantes naufragar, encalhar ou sofrer qualquer avaria na costa da outra Parte Contratante, ou se encontrar em perigo nas águas territoriais da outra Parte Contratante devido a outros fatores, as autoridades competentes da outra Parte Contratante concordam em conceder ao Capitão, aos membros da tripulação, aos passageiros, assim como ao navio e seu carregamento, a mesma proteção e assistência que seja dispensada a um navio portando sua própria bandeira.

2. Quando um navio tiver sofrido acidente ou avaria, as Partes Contratantes concordam em não sujeitá-lo à cobrança de direitos aduaneiros que incidem sobre a importação, impostos ou outros gravames de qualquer natureza, sobre a carga, equipamentos, materiais, provisões e outros pertences do navio, desde que não sejam destinados ao uso ou consumo no território da outra Parte Contratante.

3. Nenhuma das disposições contidas no item 2 deste Artigo exclui a aplicação das leis e regulamentos das Partes Contratantes com relação ao armazenamento temporário de mercadorias.

artigo XIII

1. Para alcançar os objetivos mencionados no Artigo III, item 2, letra b, e para facilitar a aplicação deste Acordo, as Partes Contratantes realizarão consultas. As consultas poderão também servir para analisar a aplicação deste Acordo e torná-la mais eficaz ou para examinar questões de mútuo interesse, como o aproveitamento de navios das Partes Contratantes e as respectivas condições de transporte.

2. Cada uma das Partes Contratantes poderá propor consultas entre as Autoridades Marítimas competentes; essas consultas deverão ser iniciadas dentro do prazo de 90 dias, a contar da data da notificação da proposta.

3. As Partes Contratantes convêm em solucionar as questões, objeto das consultas, segundo o princípio de igualdade de direitos e da vantagem recíproca.

4. Para os fins do presente Acordo, as Autoridades Marítimas competentes são: no caso da República Federativa do Brasil, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM; no caso da República Federal da Alemanha, o Ministro Federal dos Transportes.

artigo XIV

1. Este Acordo não afeta outros acordos internacionais concluídos pelas Partes Contratantes.

2. Com a entrada em vigor deste Acordo, deixará de vigorar o Protocolo sobre Transporte Marítimo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em 30 de novembro de 1963.

artigo XV

O presente Acordo aplicar-se-á também ao "Land" Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil declaração em contrário, dentro dos três meses após a entrada em vigor do presente Acordo.

artigo XVI

1. O presente Acordo será ratificado e os instrumentos de ratificação serão trocados tão logo seja possível.

2. O presente Acordo entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação.

3. O presente Acordo permanecerá em vigor até que uma das Partes Contratantes o denuncie, mediante notificação prévia de seis meses.

Feito em Brasília, aos 4 dias do mês de abril de 1979, em dois exemplares, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente válidos.

PROTOCOLO ADICIONAL AO ACORDO SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO

No interesse de facilitar e incrementar os transportes marítimos das mercadorias resultantes do intercâmbio comercial entre os dois países, nos navios das empresas de navegação marítima das duas Partes Contratantes, bem como para oferecer serviços de linhas regulares e efetivas com a finalidade de atender a todas as necessidades do transporte no intercâmbio comercial teuto-brasileiro, as Partes Contratantes, por ocasião da assinatura do Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, acordam o seguinte:

I — Para execução do artigo III do Acordo

1. Carga governamental: será transportada pelas empresas de navegação marítima das duas Partes, com serviço de linha regular, mediante participação com igualdade de direitos no tocante à tonelagem e às receitas de fretes.

No momento da assinatura do presente Protocolo, fazem parte das cargas governamentais aquelas resultantes dos acordos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha so-

bre cooperação financeira e sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

Para o controle da participação com igualdade de direitos, aplica-se o seguinte processo:

- a) o Ministério dos Transportes da República Federal da Alemanha informará ao Delegado da SUNAMAM em Hamburgo quais os projetos e os fornecimentos dos quais resultarem as cargas governamentais acima referidas e cujo transporte deva ser realizado no decorrer de determinado prazo,-
- b) com base nessas informações, o Delegado da SUNAMAM em Hamburgo elaborará, em cooperação com o Ministério dos Transportes da República Federal da Alemanha, um plano que garanta a participação com igualdade de direitos das empresas de navegação marítima dos dois países com serviço de linha regular, nos transportes das referidas cargas,- e
- c) a participação com igualdade de direitos baseia-se nos fretes gerados desses transportes devendo, na medida do possível, o volume de carga estar equilibrado.

2. As cargas incluídas nas Conferências de Fretes que servem ao tráfego entre as duas Partes, serão transportadas em harmonia com as regras e as percentagens dos "acordos de pool" hoje em vigor e aprovados pelos Governos das Partes Contratantes, dos quais são signatárias as empresas brasileiras e alemãs.

Os Governos das Partes Contratantes aprovarão os futuros "acordos de pool" das referidas Conferências de Fretes desde que estejam em concordância com as disposições legais de cada Parte Contratante. Caso necessário, ambas as Partes Contratantes realizarão consultas conforme o Artigo XIII do Acordo.

3. As Partes Contratantes examinarão, nas consultas que forem efetuadas nos termos do Artigo XIII, os meios para melhorar a participação das empresas de navegação marítima de ambas as Partes nos transportes a granel entre os dois países.

A primeira consulta para tratar do referido assunto deverá ser realizada dentro de seis (6) meses após a entrada em vigor do Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.

4. O Governo da República Federal da Alemanha tomará as medidas necessárias para anular a obrigatoriedade atualmente existente das autorizações, conforme a legislação alemã do comércio externo, para conclusão de contratos de transporte com as empresas brasileiras de navegação marítima.

5. O Governo da República Federativa do Brasil concederá liberação para as empresas de navegação marítima alemãs participantes dos "acordos de pool", para o transporte de carga prescrita à bandeira brasileira, resultante do intercâmbio comercial entre a Repúbli-

ca Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, quando necessário ao cumprimento das disposições do presente Protocolo. Tomará medidas no sentido de que as liberações sejam concedidas sem demora.

O Governo brasileiro concederá, para o transporte de mercadorias resultantes do intercâmbio teuto-brasileiro e efetuado por empresas de navegação marítima da República Federal da Alemanha signatárias dos "acordos de pool" aprovados pelas Partes Contratantes, os mesmos benefícios fiscais estabelecidos para os transportes efetuados por empresas de navegação marítima da República Federativa do Brasil, previstos no Decreto n.º 78.986, de 21-12-76, ou em outras disposições legais que o substituam para os mesmos fins.

II — Balanço de pagamento de fretes

Caso o balanço de pagamento de fretes entre os dois países, ao fim de dois períodos anuais consecutivos, apresente um desequilíbrio em favor de uma das Partes, as Partes Contratantes se reunirão, em conformidade com o Artigo XIII do Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, com a finalidade de estabelecer medidas corretivas tendentes ao equilíbrio no próximo período considerado, dentro das disposições legais de cada Parte Contratante.

III — Fixação de fretes

Quando dos estudos das alterações das tarifas de fretes das Conferências de Fretes que cobrem o tráfego entre os dois países, serão levadas em consideração as observações existentes das empresas de navegação marítima e dos exportadores das duas Partes Contratantes. Caso necessário, consultas entre as Partes Contratantes poderão ser realizadas em conformidade com o Artigo XIII do Acordo.

IV — Dados estatísticos

Para um melhor acompanhamento do desenvolvimento do transporte marítimo entre os dois países, bem como dos efeitos do Acordo e seu Protocolo Adicional, as Partes Contratantes intercambiarão anualmente os dados estatísticos necessários e disponíveis.

V — Convenção das Nações Unidas sobre um Código de conduta para as conferências de fretes

Logo que entrar em vigor para ambas as Partes Contratantes a Convenção das Nações Unidas sobre um Código de Conduta para as Conferências de Fretes, as Partes Contratantes entrarão em negociações para adaptar as disposições do item I do presente Protocolo, ao referido Código de Conduta.

VI — Alterações e aplicação provisória e definitiva

As Partes Contratantes poderão, de comum acordo, alterar este Protocolo.

As disposições deste Protocolo serão aplicadas, provisoriamente, a partir de sua assinatura e, definitiva-

mente, na data de entrada em vigor do Acordo sobre Transporte Marítimo, assinado nesta mesma data.

Se quinze (15) meses depois de sua assinatura, o Acordo sobre Transporte Marítimo ainda não houver entrado em vigor, a aplicação das disposições do presente Protocolo será suspensa até que o Acordo entre em vigor.

Feito em Brasília, aos 4 dias do mês de abril de 1979, em dois exemplares, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente válidos.

PROTOCOLO SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA PROJETO DE IRRIGAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

No espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha,

No desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma cooperação financeira igualitária,

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo,

No intuito de promover o desenvolvimento económico e social no Brasil,

Convierem no seguinte:

artigo I

1. O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a um outro mutuário, a ser designado conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante de vinte e seis milhões de marcos alemães junto ao Instituto de Crédito para a Reconstrução, Frankfurt-sobre-o-Meno, para o projeto de irrigação Curu-Paraipaba (fase II) no Ceará, se esse projeto, depois de examinado, for considerado digno de promoção.

2. O projeto, mencionado no parágrafo 1, poderá ser substituído por outros projetos, de comum acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

artigo II

1. A utilização desse empréstimo, bem como as condições de sua concessão, serão estabelecidas pelos contratos a serem concluídos entre o mutuário e o Instituto de Crédito para a Reconstrução, contratos esses que estarão sujeitos às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

2. O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá ao Instituto de Crédito para a Reconstrução todos os pagamentos em marcos alemães necessários ao cumpri-

mento dos compromissos do mutuário, decorrentes dos contratos a serem concluídos de acordo com o parágrafo 1.

artigo III

O Governo da República Federativa do Brasil isentará o Instituto de Crédito para a Reconstrução de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil com relação à conclusão e execução dos contratos referidos no artigo II.

artigo IV

Com relação ao transporte de passageiros e bens no tráfego marítimo e aéreo, decorrente do presente Protocolo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte regulares da outra Parte Contratante e concederá as autorizações necessárias para a realização do referido transporte.

artigo V

Para os fornecimentos de bens e serviços, relativos a projetos financiados pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver disposto diversamente.

artigo VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos de bens e serviços resultantes da concessão do empréstimo, sejam de preferência utilizadas as possibilidades económicas do "Land" Berlim.

artigo VII

Com exceção das disposições do artigo IV, relativas ao tráfego aéreo, o presente Protocolo aplicar-se-á também ao "Land" Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

artigo VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 4 dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e nove, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PROTOCOLO SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA PROGRAMA DA CHESF

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

No espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha,

No desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma cooperação financeira igualitária.

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo,

No intuito de promover o desenvolvimento econômico e social no Brasil,

Convieram no seguinte:

artigo I

1. O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a um outro mutuário, a ser designado conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante de vinte e quatro milhões de marcos alemães junto ao Instituto de Crédito para a Reconstrução, Frankfurt-sobre-o-Meno, para o financiamento das despesas de divisas, provenientes da aquisição de mercadorias e serviços destinados ao Programa de Ampliação do Sistema Interligado de Energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco no Nordeste do Brasil, se esse Programa, depois de examinado, for considerado digno de promoção.

2. O Programa, mencionado no parágrafo 1, poderá ser substituído por outros projetos, de comum acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

3. O Governo da República Federal da Alemanha declara sua disposição de assumir, no quadro das diretrizes internas vigentes e preenchidos as demais condições, garantias pela parcela do valor do pedido, não financiada pelo empréstimo no âmbito da cooperação financeira, até o montante máximo de dezenove milhões e duzentos mil marcos alemães para exportações comerciais, acordadas por empresas com sede na parte alemã da área de vigência do presente Protocolo e destinadas à implementação do Programa de Ampliação do Sistema Interligado de Energia no Nordeste do Brasil.

A par do empréstimo concedido no âmbito da cooperação financeira para o financiamento do Programa do Sistema Interligado de Energia no Nordeste do Brasil, as disposições dos artigos abaixo aplicar-se-ão também ao empréstimo previsto, desde que o Governo brasileiro venha a autorizá-lo e o Instituto de Crédito para a Reconstrução seja o mutuante.

artigo II

1. A utilização do empréstimo, a que se refere o artigo I, parágrafo 1, bem como as condições de sua concessão, serão estabelecidas pelos contratos a serem concluídos entre o mutuário e o Instituto de Crédito para a Reconstrução, contratos esses que estarão su-

jeitos às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

2. O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá ao Instituto de Crédito para a Reconstrução todos os pagamentos em marcos alemães necessários ao cumprimento dos compromissos do mutuário, decorrentes dos contratos a serem concluídos de acordo com o parágrafo 1.

artigo III

O Governo da República Federativa do Brasil isentará o Instituto de Crédito para a Reconstrução de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil com relação à conclusão e execução dos contratos referidos no artigo II.

artigo IV

Com relação ao transporte de passageiros e bens no tráfego marítimo e aéreo, decorrente do presente Protocolo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte regulares da outra Parte Contratante e concederá as autorizações necessárias para a realização do referido transporte.

artigo V

Para os fornecimentos de bens e serviços, relativos a projetos financiados pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver disposto diversamente.

artigo VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos de bens e serviços resultantes da concessão do empréstimo, sejam de preferência utilizadas as possibilidades econômicas do "Land" Berlim.

artigo VII

Com exceção das disposições do Artigo 4, relativas ao tráfego aéreo, o presente Protocolo aplicar-se-á também ao "Land" Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

artigo VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 4 dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e nove, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos(*)

(*) Na seção **Mensagens**, página 132, o texto do telegrama do Chanceler Helmut Schmidt ao Presidente João Figueiredo, enviado logo após o término de sua visita ao Brasil.

sete ajustes complementares entre o Brasil e a RFA

Troca de Notas entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador da República Federal da Alemanha, Jorg Kastl, para os seguintes Ajustes Complementares a Protocolos e Acordos entre os dois países: Ajuste ao Protocolo sobre Cooperação Financeira de 26 milhões de marcos alemães e Ajuste ao Protocolo sobre Cooperação Financeira de 24 milhões de marcos alemães, ambos datados de 04 de abril de 1979; Ajuste sobre projeto "Implantação das Regiões Metropolitanas/CNPU", de 19 de abril de 1979; Ajuste sobre Tecnologia de Alimentos, de 23 de abril de 1979; Ajuste sobre Hidrologia Aplicada e Aproveitamento de Recursos Hídricos na Universidade Federal da Paraíba e Ajuste Complementar ao projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria" de 12 de junho de 1979; e Ajuste sobre a Promoção da Economia de Pastos no Estado de Santa Catarina, de 20 de junho de 1979.

AJUSTE AO PROTOCOLO SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA DE 26 MILHÕES DE MARCOS ALEMÃES

A Sua Excelência o Senhor Jorg Kastl, Embaixador da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, de número 290, datada de hoje, cujo texto reproduzo a seguir:

"Senhor Ministro,

Com referência ao Protocolo sobre Cooperação Financeira, no montante de vinte e seis milhões de marcos alemães, acordado hoje entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, em aditamento ao artigo IV (cláusula de transporte) do referido Protocolo, o seguinte Ajuste:

1. As Cargas cobertas pelo Protocolo sobre Cooperação Financeira acima referido, serão transportadas pelas empresas de navegação marítima das duas Partes, com serviço de linha regular, com participação com igualdade de direitos no tocante à tonelagem e às receitas de fretes.

Para o controle da participação com igualdade de direitos aplica-se o seguinte processo:

- a) o Ministério dos Transportes da República Federal da Alemanha informará ao Delegado do SUNAMAM em Hamburgo quais os projetos e os

fornecimentos dos quais resultarem as cargas acima referidas;

- b) com base nessas informações, o Delegado da SUNAMAM em Hamburgo elaborará, em cooperação com o Ministério dos Transportes da República Federal da Alemanha, um plano que garanta a participação, com igualdade de direitos, das empresas de navegação marítima dos dois países com serviço de linha regular, nos transportes das referidas cargas;
- c) a participação com igualdade de direitos baseia-se nos fretes gerados desses transportes devendo, na medida do possível, o volume de carga estar equilibrado.

2. De resto aplicar-se-ão, também, ao presente Ajuste as disposições do Protocolo acima referido, inclusive a cláusula de Berlim (artigo VII).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 e 2, a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos de minha mais alta consideração".

2. Apraz-me informar Vossa Excelência da concordância do Governo brasileiro com a proposta contida na Nota em apreço, a qual, com a presente resposta, constitui um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

AJUSTE AO PROTOCOLO SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA DE 24 MILHÕES DE MARCOS ALEMÃES

A Sua Excelência o Senhor Jorg Kastl, Embaixador da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, de número 291, datada de hoje, cujo texto reproduzo a seguir:

"Senhor Ministro,

Com referência ao Protocolo sobre Cooperação Financeira, no montante de vinte e quatro milhões de marcos alemães, acordado hoje entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência,

em nome do Governo da República Federal da Alemanha, em aditamento ao artigo IV (cláusula de transporte) do referido Protocolo, o seguinte Ajuste:

1. As Cargas cobertas pelo Protocolo sobre Cooperação Financeira acima referido, serão transportadas pelas empresas de navegação marítima das duas Partes, com serviço de linha regular, com participação com igualdade de direitos no tocante à tonelagem e às receitas de fretes.

Para o controle da participação com igualdade de direitos aplica-se o seguinte processo:

- a) o Ministério dos Transportes da República Federal da Alemanha informará ao Delegado da SUNAMAM em Hamburgo quais os projetos e os fornecimentos dos quais resultarem as cargas acima referidas,-
- b) com base nessas informações, o Delegado da SUNAMAM em Hamburgo elaborará, em cooperação com o Ministério dos Transportes da República Federal da Alemanha, um plano que garanta a participação, com igualdade de direitos, das empresas de navegação marítima dos dois países com serviço de linha regular, nos transportes das referidas cargas;
- c) a participação com igualdade de direitos baseia-se nos fretes gerados desses transportes devendo, na medida do possível, o volume de carga estar equilibrado.

2. De resto aplicar-se-ão, também, ao presente Ajuste as disposições do Protocolo acima referido, inclusive a cláusula de Berlim (artigo VII).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 e 2, a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos de minha mais alta consideração".

2. Apraz-me informar Vossa Excelência da concordância do Governo brasileiro com a proposta contida na Nota em apreço, a qual, com a presente resposta, constitui um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Rantiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE PROJETO "IMPLANTAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS/CNPU"

A Sua Excelência o Senhor Jörg Kastl,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

"Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EZ 445/114/355/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE-I/83/644 (B46) (F36), de 21 de abril de 1978, bem como ao Ajuste de 14 de março de 1977, e em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "Implantação das Regiões Metropolitanas/CNPU":

I. 1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil continuarão a apoiar conjuntamente a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) — doravante denominada CNPU — na execução de suas atribuições, sobretudo:

- a) na montagem de sistema de planejamento e controle;
- b) na elaboração de diretrizes para o planejamento e execução de programas de desenvolvimento metropolitano;
- c) na conceituação e criação de instrumentos operativos de ação a nível regional; e
- d) no assessoramento das instituições federais, estaduais e municipais, responsáveis pelo desenvolvimento urbano e regional, no que diz respeito à implementação dos programas de ação.

2. Em execução do programa de trabalho mencionado notadamente no Parágrafo 1, alínea d, tarefas dos diversos campos de trabalho da CNPU — POLURB deverão agora ser transferidas para os seguintes subprojetos com o objetivo de testar e alterar na prática do planejamento as propostas elaboradas:

- a) apoio do órgão "metropolitano" de planejamento "Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife" (FIDEM) na criação de um sistema de informações para fins de planejamento metropolitano;

- b) apoio do órgão estadual de planejamento do Estado do Espírito Santo "Fundação Jones dos Santos Neves" (FJSN) na solução de problemas organizacionais e de planejamento na região de crescente aglomeração em Vitória,- e
 - c) apoio do grupo de planejamento junto à administração municipal de Florianópolis "Instituto de Planejamento de Florianópolis" (IPUF) na solução de tarefas de planejamento no Município de Florianópolis, bem como na área circunvizinha.
- II. Contribuições do Governo da República Federal da Alemanha:
- 1. Para integração ao grupo de assessores alemães existente, enviará adicionalmente técnicos por um período total de até 210,5 homens/mês (incluindo serviços conexos na República Federal da Alemanha e férias), com vistas a atuar:
 - a) na regulamentação da organização e do procedimento quanto à criação e implantação de uma política de regiões metropolitanas e desenvolvimento urbano;
 - b) na criação de sistemas de informações para o planejamento e processamento gráfico de dados;
 - c) no planejamento do uso do solo e cadastramento de bens imóveis;
 - d) nos planos de desenvolvimento e de uso do solo, bem como na coordenação do planejamento;
 - e) no planejamento urbanístico,-
 - f) no planejamento do uso do solo urbano/planning diretor para a construção;
 - g) na política estrutural regional;
 - h) na administração do projeto,- e
 - i) a curto prazo, em setores específicos.
 - 2. Proporcionará cursos de aperfeiçoamento no setor do planejamento do desenvolvimento urbano, fora do projeto, para até 15 técnicos brasileiros, que após o seu regresso atuarão no projeto e darão prosseguimento, autonomamente, às tarefas dos técnicos enviados.
- III. No Item 2, alínea b do Ajuste de 14 de março de 1977, o mencionado número "200" será suprido e substituído por "171,5".
- IV. Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil:
- 1. Garantirá através da CNPU, mediante conclusão de contratos de cooperação com a FIDEM em Recife, a FJSN em Vitória e o IPUF em Florianópolis, a base financeira e de quadros dos subprojetos.
- 2. Arcará com as despesas:
 - a) da colaboração de técnicos brasileiros cuidando para que a cada perito alemão corresponda sempre um técnico brasileiro, durante **todo** período da sua atividade;
 - b) da disponibilidade, em número suficiente, de desenhistas, intérpretes, tradutores, datilógrafos bilíngües e auxiliares,-
 - c) da disponibilidade de salas de trabalho para os peritos alemães e dos serviços correlatos necessários para a realização dos trabalhos, custeando inclusive as publicações e a utilização de computadores e de fotografias aéreas,-
 - d) do fornecimento e da manutenção de veículos de serviço e das viagens em território brasileiro, relacionadas com a execução do projeto, incluindo passagens e diárias adequadas, tanto para os técnicos alemães quanto para os técnicos brasileiros;
 - e) da organização de seminários,- e
 - f) do fornecimento de moradia adequada e convenientemente mobiliada para os peritos alemães referidos no Item II, Parágrafo 1, alíneas a — h, bem como do alojamento para os peritos alemães referidos no Item II, Parágrafo 1, alínea i, durante suas atividades no Brasil.
- V. 1. Os subprojetos são, quanto a questões organizacionais, elementos integrantes do projeto "CNPU" (grupo POLURB).
2. Os técnicos enviados em conformidade com o Item II, Parágrafo 1, aos subprojetos:
- a) serão agregados à respectiva entidade local responsável pelo projeto; e
 - b) formarão, juntamente com os técnicos brasileiros, grupos teuto-brasileiros regionais de assessores para a solução dos problemas em questão.
3. Resultados e soluções básicas, decorrentes das atividades no local, serão postos à disposição da CNPU que, por sua vez, examinará a possibilidade de transferi-los e aplicá-los adequadamente a outras áreas de aglomeração no Brasil.
- VI. 1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução do projeto a CNPU.
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 poderão estabelecer conjuntamente os pormenores da execução do projeto num

plano operacional ou de outra maneira adequada, e, em caso necessário, adaptá-los ao andamento do projeto.

VII. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Ajuste, de 14 de março de 1977, e do Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo X).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens I a VII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE TECNOLOGIA DE AUMENTOS

A Sua Excelência o Senhor Jörg Kastl,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota n.º EZ 445/109/356/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE-I/167/644 (B46) CF36), de 29 de julho de 1978, e, ao Ajuste de 6 de maio de 1976, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre Tecnologia de Alimentos:

- I. 1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento à promoção conjunta de um projeto de cooperação científica, orientado para problemas de ordem prática, entre a "**Bundesforschungsanstalt für Ernährung**" (Instituto Federal de Pesquisa de Alimentos), em Karlsruhe,

e o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), em Campinas, até 30 de junho de 1982.

2. A cooperação tem por objetivo estudar problemas da produção, da armazenagem, da conservação, da transformação e do transporte de produtos alimentícios e elaborar propostas para sua solução, a que deverão ter acesso os firmas e organizações participantes.

II. Contribuições do Governo da República Federal da Alemanha:

1. a) enviará até 12 cientistas alemães, por um período de até 16 homens/mês, ao Instituto de Tecnologia de Alimentos, em conformidade com um cronograma a ser acordado com este,-
 - b) custeará as despesas de viagem e estada da duas viagens de informação técnica à República Federal da Alemanha, de 14 dias respectivamente, para, de cada vez, dois peritos brasileiros vinculados ao projeto,- e
 - c) fornecerá (CIF porto de desembarque no Brasil) aparelhos para ensaios técnicos, equipamentos de laboratório, bem como substâncias químicas e peças de reposição, necessários para o desempenho das atividades do projeto e não produzidos no Brasil. Este equipamento será definido de comum acordo entre o ITAL e os peritos alemães até o montante de DM 90.000, (noventa mil marcos alemães) CIF.
2. Facultará estágios de aperfeiçoamento no campo da tecnologia de alimentos para até 8 técnicos brasileiros, por um prazo total de até 12 homens/mês, na República Federal da Alemanha, custeando as despesas de viagem e estada.

III. Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil:

- a) Isentará o equipamento mencionado no Item II, Parágrafo 1.º, alínea c de taxas portuárias, alfandegárias e de importação e dos demais gravames e direitos fiscais;
- b) providenciará o pronto desembaraço alfandegário e o transporte do equipamento do porto de desembarque ao local de destino, arcando com as despesas daí decorrentes,- e
- c) fornecerá, através do ITAL, os equipamentos de fabricação brasileira necessários para as atividades do projeto. Tais equipamentos serão discriminados pelo ITAL e pelos peritos alemães, sendo de responsabilidade do ITAL o custo de sua aquisição.

IV. O equipamento mencionado no Item II, Parágrafo 1.º, alínea c passará, quando de sua chegada ao porto de desembarque no Brasil, ao patrimônio da

República Federativa do Brasil, que, por sua vez o transferirá ao ITAL, sob a condição de ser colocado à inteira disposição dos peritos alemães, pelo prazo de suas atividades no projeto.

V. 1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a **"Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH"** (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica Ltda.), em 6236 Eschborn, e a **"Bundesforschungsanstalt für Ernährung"** (Instituto Federal de Pesquisa de Alimentos), em Karlsruhe.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL).

3. Os órgãos encarregados nos termos dos Parágrafos 1º e 2º fixarão conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional ou de outra maneira adequada, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do projeto.

VI. De resto aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens I a VI, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE HIDROLOGIA APLICADA E APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Sua Excelência o Senhor Jörg Kastl,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EZ-445/130/537/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte.-

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/83/644 (B46) (F36), de 19 de abril de 1977, do Ministério das Relações Exteriores, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, celebrado entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre Hidrologia Aplicada e Aproveitamento de Recursos Hídricos na Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande:

I. 1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil apoiarão conjuntamente o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), em Campina Grande, na área da Hidrologia Aplicada e do Aproveitamento de Recursos Hídricos, visando a consolidá-lo como centro de formação em pós-graduação e pesquisa.

2. Para colocar a cooperação numa ampla base técnica, bem como criar contatos científicos eficazes a longo prazo, pretende-se estabelecer cooperação entre a UFPb e uma universidade alemã.

II. Contribuições do Governo da República Federal da Alemanha:

1. Enviarão:

a) até dois pesquisadores alemães por um prazo total de 60 homens/mês, podendo uma parte desse tempo ser transformada, caso necessário, em atuações a curto prazo,-

b) um técnico ou um engenheiro pelo prazo de até 24 homens/mês; e

c) até seis professores-visitantes alemães pelo prazo total de até 12 homens/mês.

2. Fornecerá (CIF porto de desembarque) instrumentos hidrométricos e um dispositivo para a visualização de dados, bem como revistas e livros especializados para o Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba.

3. Facultará até seis estágios de pesquisa a pesquisadores brasileiros na República Federal da Alemanha pelo prazo total de até 36 homens/mês.

4. Custeará bolsas de estudo de pós-graduados brasileiros para obtenção de doutoramento numa universidade alemã pelo prazo total de até 120 homens/mês.

III. Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil.

1. Colocará à disposição do projeto:

a) o necessário pessoal científico e técnico,-

b) os recintos necessários, inclusive instalações com abastecimento adequado de energia elétrica e água, equipamentos, bem

como material de ensino e de pesquisa, desde que esses bens não sejam fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha em conformidade com o Item II, Parágrafo 2.º;

- c) os recursos necessários para o funcionamento das instalações científicas e a manutenção de seus equipamentos; e
- d) os recursos necessários para as viagens de serviço indispensáveis dos pesquisadores e dos técnicos alemães no Brasil, inclusive diárias adequadas.

2. Além disso, caberá ao Governo da República Federativa do Brasil:

- a) preencher os cargos, em regime de tempo integral, na Universidade Federal da Paraíba, necessários para a consecução do objetivo do projeto, referido no Item I, Parágrafo 1.º,-
- b) designar, com a devida antecedência, os técnicos a serem enviados para estágio de aperfeiçoamento, pagando-lhes, durante o mesmo, seus vencimentos na íntegra,-
- c) isentar, de conformidade com o Artigo 4.º, Parágrafo 2.º, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, os equipamentos referidos no Item II, Parágrafo 2.º do presente Ajuste, de taxas portuárias e alfandegárias, d'rei tos de importação e demais gravames fnciais,-
- d) providenciar o transporte dos equipamentos do porto de desembarque ao local de destino, arcando com as despesas daí decorrentes;
- e) cuidar da instalação, tecnicamente adequada, sob observação dos preceitos de segurança brasileiras, dos equipamentos fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha; e
- f) tomar providências para que os pesquisadores e os técnicos alemães obtenham sede e voto nos grêmios da Universidade Federal da Paraíba, responsáveis pelos programas de formação e ensino.

IV. Os equipamentos fornecidos conforme o item II, Parágrafo 2.º, passarão, quando da sua chegada no Brasil, ao patrimônio da Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, sob a condição de que estejam à inteira disposição dos peritos alemães pelo prazo da cooperação.

V. Tarefas básicas dos peritos alemães:

- I. Os pesquisadores enviados nos termos do Item II, Parágrafo 1, alínea a representam o seu ramo nas atividades de ensino e de pesquisa da Universidade Federal da Paraíba e terão, além disso, as seguintes tarefas:

- ministrar cursos de pós-graduação nas áreas da Hidrologia, do Aproveitamento de Recursos Hídricos e da Engenharia Hidráulico-Agrícola, dando ênfase aos setores de Hidrometria, Hidrologia Computável, Planejamento de Recursos Hídricos e Irrigação; e

- desenvolver trabalhos de pesquisa relevantes ao ensino e supervisionar trabalhos de mestrado sobre problemas da realidade hidrológica e dos recursos hídricos do país.

2. O técnico enviado nos termos do Item II, Parágrafo 1.º, alínea b terá, notadamente, as seguintes tarefas:

- trabalhos práticos em Hidrologia Experimental;
- seleção de dados;
- preparação de programas de cálculo; e
- avaliação e representação gráfica de resultados de cálculo.

VI. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "**Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit** (GTZ) GmbH", (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn.

VII. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens de I e VII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

AJUSTE COMPLEMENTAR AO PROJETO "COOPERAÇÃO CIENTÍFICA COM O INSTITUTO CENTRAL DE QUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA"

A Sua Excelência o Senhor Jörg Kastl,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,
Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EZ-624.40/536/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência às negociações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, realizadas de 9 a 12 de outubro de 1978, e ao Ajuste de 18 de fevereiro de 1977, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, celebrado entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar ao projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria":

1. O Governo da República Federal da Alemanha fornecerá (CIF porto de desembarque) material científico adicional, instrumentos e material de consumo, não fabricados no Brasil, destinados à ampliação do laboratório para a realização de estágios no âmbito do curso básico de Química e para apoio da pesquisa científica no Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria, no valor total de até DM 235.000 (duzentos e trinta e cinco mil marcos alemães).

II. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do Ajuste de 18 de fevereiro de 1977 e as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens de I a II, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos de minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE A PROMOÇÃO DA ECONOMIA DE PASTOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Sua Excelência o Senhor Jörg Kastl,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EZ-445/32/538/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE-I/189/662 (B46), de 21 de agosto de 1978, e ao Ajuste de 25 de julho de 1975, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, celebrado entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a Promoção da Economia de Pastos no Estado de Santa Catarina.-

1.1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento à cooperação, iniciada no ano de 1975, que visa à promoção da economia de pastos no Estado de Santa Catarina, até 30 de setembro de 1980, sob a denominação de "adoção de nova tecnologia para bovinocultura em Santa Catarina".

2. A Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina assumirá a responsabilidade pela execução do projeto e encarregará a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (EMPASC) da implementação do mesmo.

3. O Governo da República Federal da Alemanha incumbirá da execução das medidas, mencionadas no Item II, abaixo, a "**Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit** (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn.

II. Contribuições do Governo da República Federal da Alemanha:

1. Enviará ao Brasil:

a) os seguintes especialistas por um período de até 24 homens/mês, respectivamente:

— um especialista em agrostologia;

— um especialista em fertilidade do solo e experimentação agrícola; e

b) peritos a curto prazo, se necessário, para o equacionamento de questões específicas, por um período total de até 10 homens/mês.

2. Fornecerá (CIF, porto de desembarque) os seguintes materiais, desde que não sejam os mesmos produzidos no Brasil:

- máquinas e implementos agrícolas com peças de reposição;
- equipamento e acessórios para laboratório, material de consumo e peças de reposição,-
- instrumentos, material auxiliar, bem como equipamentos de medição para a realização e avaliação de ensaios, e peças de reposição,-
- sementes de forrageiras,-
- livros especializados;
- materiais de consumo e meios de produção em quantidade limitada para ensaios de campo.

As contribuições em material referidas serão equivalentes a DM 500.000 (quinhentos mil marcos alemães).

3. Proporcionará cursos de aperfeiçoamento, fora do projeto, para até 3 técnicos brasileiros nos setores da fertilidade do solo e da experimentação, economia de pastos tropical e subtropical e de sistemas de produção, que, ao regressarem, atuarão no projeto e darão prosseguimento às tarefas dos especialistas alemães enviados. A seleção dos técnicos a serem formados será realizada de comum acordo com os especialistas alemães.

III. 1. O equipamento referido no Item II, Parágrafo 2.º, quando da sua chegada ao porto de desembarque no Brasil, ou quando da sua aquisição no Brasil, passará ao patrimônio da República Federativa do Brasil, sob a condição de que seja aplicado no mencionado projeto e fique à inteira disposição dos especialistas alemães durante a execução do mesmo.

2. O equipamento de laboratório referido, porém, só poderá ser fornecido após a montagem da referida infra-estrutura na estação experimental de Lages.

IV. Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil.

1. Designará:

- a) dois engenheiros diplomados para a execução dos programas de experimentos na qualidade de contrapartida permanente aos especialistas alemães enviados;
- b) dois engenheiros agrônomos diplomados para o planejamento, a instalação e a realização de sistemas de produção,-
- c) um técnico de nível superior, com experiência profissional, para a direção do laboratório de pesquisas para análises de substâncias vegetais; e

d) o respectivo pessoal técnico e auxiliar, necessário para a execução das tarefas.

2. Colocará à disposição do projeto, áreas adequadas e suficientes para a implantação do sistema de produção de gado de leite em Itajaí, bem como para a instalação de experimentos com pastos e demonstrações em Lages, sobretudo, para o previsto sistema de produção de gado de corte.

3. Colocará à disposição do projeto na estação experimental de Lages, em número suficiente, recintos adequados para a instalação dos aparelhos e instrumentos a serem fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha para um laboratório de pesquisas.

4. Concorde em reservar as possíveis receitas, provenientes do funcionamento do sistema de produção, para investimento nesse sistema, não permitindo a sua aplicação em outras atividades.

5. Isentará, em conformidade com as disposições do Artigo 4.º, Parágrafo 2.º, do acima referido Acordo Básico, o equipamento mencionado no Item II, Parágrafo 2.º, de taxas portuárias, alfandegárias, direitos de importação, bem como dos demais gravames e encargos fiscais.

6. Cuidará do transporte do equipamento do porto de desembarque ao focal de destino, arcando com as despesas daí decorrentes.

7. Encarregar-se-á da manutenção e do funcionamento do equipamento referido no Item II, Parágrafo 2.º, já fornecido durante a primeira fase do projeto, arcando com as despesas daí decorrentes.

8. Proporcionará todos os outros equipamentos necessários à execução do projeto, conquanto não sejam fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha, de acordo com o Item II do presente Ajuste. Nesses equipamentos, estão incluídos os veículos destinados aos especialistas alemães, desde que sejam necessários à execução de suas tarefas.

9. Prestará aos especialistas alemães o apoio necessário ao cumprimento de suas tarefas.

10. Providenciará salas e material de escritório adequados e suficientes.

11. Custeará as despesas das viagens de serviço dos especialistas alemães no Brasil, pagando-lhes, além das despesas de transporte, uma diária adequada.

12. Concorde em que um especialista alemão, para executar os correntes trabalhos de pesquisa e supervisionar o sistema de produção de gado de leite, tenha sede permanente de serviço em Itajaí.

13. Permitirá aos especialistas alemães a transmissão de resultados das pesquisas e de dados do projeto a um projeto supra-regional "Avaliação de

Pesquisa e Computação de Dados Centrais", em Braunschweig, para seu aproveitamento no planejamento de novos projetos de pesquisa agropecuária e na assessoria dos projetos em curso, no âmbito da cooperação técnica com outros países em vias de desenvolvimento.

14. Permitirá o, treinamento de um assistente alemão dentro do projeto.

V. 1. Os especialistas terão a incumbência de dar prosseguimento aos trabalhos de pesquisa em curso nas estações experimentais de Lages e Itajaí, realizados no âmbito do planejamento da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (EMPASC), e dos Centros Nacionais de pesquisa de gado de leite e gado de corte da EMBRAPA, bem como de tomar as medidas necessárias em face da extensão do projeto à implantação de sistemas de produção. Sua atuação deverá estender-se às regiões mais importantes e representativas do Estado de Santa Catarina, isto é, ao Planalto Catarinense e ao Vale do Itajaí, incluindo nomeadamente:

- a) assessoramento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina em todas as questões de economia de pastos e fertilidade do solo;
- b) seleção das plantas forrageiras apropriadas para as duas regiões, através de coleções de forrageiras e ensaios com espécies;
- c) determinação de quantidades económicas de calcário e adubos minerais no cultivo de forrageiras através de ensaios;
- d) elaboração de métodos para a melhoria dos pastos nativos e transferências dos resultados a áreas maiores, incluindo gado de pasto nos trabalhos de experimentação e demonstração;
- d) elaboração de métodos para a melhoria dos pastos nativos e transferência dos resultados a áreas maiores, incluindo gado de pasto nos trabalhos de experimentação e demonstração;
- e) elaboração de métodos para o aproveitamento de campos não cultivados, para a produção de forragem adicional;
- f) planejamento, implantação e funcionamento de sistemas de produção de gado de leite em Itajaí e posteriormente de gado de corte, incluindo ensaios de pastagem,-
- g) assistência aos órgãos brasileiros no planejamento de um aumento de sementes de forrageiras;
- h) assistência e assessoramento na instalação de um laboratório para análises de substância vegetal quanto ao valor nutritivo,-
- i) orientação e aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar brasileiro no âmbito dos trabalhos experimentais; e

j) intensificação da cooperação com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina — ACARESC, visando a transferir com brevidade resultados de pesquisa aplicáveis na prática às empresas agrícolas para o aperfeiçoamento das técnicas de produção.

2. Os especialistas alemães enviados serão, dentro das suas atividades descritas no Parágrafo 1.º, acima, responsáveis perante a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina e obedecerão às instruções técnicas desta.

VI. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VI, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

o acordo de comércio e pagamentos brasil-hungria

**Acordo de Comércio e Pagamentos entre
o Brasil e a República Popular da Hungria,
assinado no Palácio Itamaraty de
Brasília, em 30 de abril de 1979, pelo
Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo
Vice-Ministro húngaro do Comércio Exterior
Bela Szalai.**

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Popular da Hungria,

a seguir denominados "Partes Contratantes",

Tendo em vista que ambos os Países são membros do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio — em harmonia com o qual se regerá o seu intercâmbio bilateral — e que reconhecem mutuamente seus direitos e obrigações derivados da respectiva participação no referido Acordo Geral,

Animados pelo propósito de fortalecer e desenvolver as relações comerciais entre ambos os Países em base de igualdade e de interesse mútuo,

Havendo constatado que o Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Económica, assinado em 15 de maio de 1961, não mais se ajusta à dinâmica atual do intercâmbio comercial entre os dois Países, decidiram revogá-lo e concluir um novo Acordo de Comércio e Pagamentos, nos seguintes termos:

artigo I

As Partes Contratantes, animadas pelo interesse de desenvolver as relações económicas mútuas, esforçar-se-ão, por todos os meios a seu alcance, para o aumento do intercâmbio comercial entre os dois Países.

artigo II

Com relação a impostos de importação e a taxas de qualquer natureza, incidentes ou relativos à importação ou à exportação ou impostos sobre transferências internacionais para pagamentos de importação ou de exportação, e com respeito ao método de aplicação desses impostos e gravames e com respeito a todas as regras e formalidades relacionadas com a importação e com a exportação, qualquer vantagem, favor, privilégio ou imunidade outorgado por uma das Partes Contratantes a qualquer produto originário ou destinado a terceiro país, será imediata e incondicionalmente outorgado ao produto semelhante originário ou destinado ao território da outra Parte Contratante.

artigo III

As disposições do presente Acordo não serão aplicadas às vantagens, isenções, facilidades e tratamento que-

- a) cada Parte Contratante concedeu ou venha a conceder a países limítrofes, ou a fim de facilitar o comércio fronteiriço,-
- b) cada Parte Contratante concedeu ou venha a conceder aos demais membros da zona de livre comércio ou união aduaneira, de que seja parte integrante;
- c) cada Parte Contratante concedeu ou venha a conceder em decorrência de ajustes comerciais multilaterais entre países em desenvolvimento e dos quais a República Popular da Hungria não faça parte; e
- d) a República Popular da Hungria concede, de acordo com o Artigo 3 (a) e Anexo "A" do Protocolo de sua Adesão ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

artigo IV

As mercadorias e serviços importados e exportados no quadro do presente Acordo serão objeto de contratos, os quais serão feitos com a observância das disposições legais relativas à atividade do comércio exterior das Partes Contratantes.

Parágrafo único — A execução dos contratos comerciais será da responsabilidade exclusiva dos respectivos contratantes, cabendo aos Governos a responsabilidade somente nos casos em que sejam partes intervenientes.

artigo V

Respeitada a legislação da República Popular da Hungria, os cidadãos e pessoas jurídicas da República Federativa do Brasil, que exercerem as atividades mencionadas no Artigo IV do presente Acordo, gozarão, na Hungria, dos mesmos direitos que os cidadãos e pessoas jurídicas de qualquer outro Estado, no que se refere à proteção de sua pessoa e propriedade.

Respeitada a legislação da República Federativa do Brasil, os cidadãos e pessoas jurídicas da República Popular da Hungria, que exercerem as atividades mencionadas no Artigo IV do presente Acordo, gozarão, no Brasil, dos mesmos direitos que os cidadãos e pessoas jurídicas de qualquer outro Estado, no que se refere à proteção de sua pessoa e propriedade.

artigo VI

As Partes Contratantes, pelos meios ao seu alcance e sempre que possível, procurarão fazer com que as correntes recíprocas de exportação estejam constituídas, progressivamente, de produtos manufaturados e semi-manufaturados de interesse para ambas as Partes, sem prejuízos da exportação de novos produtos primários e daqueles que se tenham até agora constituído em suas exportações tradicionais.

artigo VII

A fim de promover o intercâmbio de mercadorias entre ambos os Países, as Partes Contratantes procurarão estimular a troca de informações comerciais, bem como a realização de feiras e exposições em seus respectivos territórios, e providenciarão, sempre que necessário, visitas recíprocas de especialistas da área económico-comercial.

Com esse objetivo, serão concedidas, de parte a parte, as facilidades previstas em suas respectivas legislações.

artigo VIII

As Partes Contratantes permitirão a importação e a exportação, livres de direitos aduaneiros ou gravames, consideradas as disposições específicas existentes no território da Parte Contratante respectiva, dos seguintes itens:

- a) produtos e mercadorias sem valor comercial e material de publicidade comercial, destinados a mostras;
- b) produtos e materiais destinados a feiras e exposições permanentes ou temporárias, sob a condição de que tais produtos e materiais serão admitidos em caráter temporário; e
- c) máquinas, ferramentas e materiais cujo ingresso no território de uma das Partes Contratantes vier a ser admitido em caráter temporário

e que constituam instrumentos necessários à prestação de serviços contratados, inclusive para fins de montagem ou conserto, sob a condição prévia de que tais bens não serão vendidos.

artigo IX

Os preços dos produtos e mercadorias objeto de intercâmbio entre os dois Países se determinarão nos contratos respectivos, concluídos entre as pessoas físicas, jurídicas e organizações mencionadas no Artigo V do presente Acordo, com base nas cotações internacionais de produtos e mercadorias de qualidade e característica iguais ou comparáveis. Aos produtos e às mercadorias, para os quais não se possa dar uma cotação estabelecida no mercado mundial, deverão ser aplicados preços competitivos internacionais para outros semelhantes, reconhecidos nos respectivos mercados.

artigo X

As mercadorias objeto do presente Acordo serão originárias das Partes Contratantes e destinadas exclusivamente ao consumo interno, ou à transformação pelas indústrias do país importador.

Em consequência, a reexportação e as mercadorias originárias de terceiros países, adquiridas por uma das Partes Contratantes, não poderão ser consideradas no quadro do presente Acordo, salvo se uma das Partes Contratantes obtiver o prévio consentimento da outra. Na falta de aprovação prévia do Banco Central do Brasil e do Banco do Comércio Exterior da Hungria, o pagamento será exigível em moeda livremente conversível.

artigo XI

Os navios de cada Parte Contratante, bem como suas cargas e tripulações gozarão, nos portos marítimos ou nas águas marítimas interiores ou território da outra Parte Contratante, do tratamento de nação mais favorecida.

Estas disposições não serão aplicadas à cabotagem nacional, à pesca e ao reboque, e aos serviços dos pilotos nas águas territoriais de ambas as Partes Contratantes.

artigo XII

As Partes Contratantes se comprometem a considerar válidos todos os documentos emitidos ou aprovados pelas autoridades competentes da outra Parte Contratante.

O Banco Central do Brasil, que opera sob a autorização do Governo da República Federativa do Brasil, abrirá uma conta (daqui por diante denominada Conta), em dólares livres dos Estados Unidos da América, em nome do Banco do Comércio Exterior da Hungria, que opera sob a autorização do Governo da República Popular da Hungria, necessária à execução dos pagamentos decorrentes das operações de comércio disciplinadas pelo presente Acordo.

Parágrafo Primeiro — Nessa Conta serão registrados os recebimentos e os pagamentos relacionados com:

- a) exportação e importação de mercadorias destinadas a consumo, a utilização e transformação nos dois Países, conforme previsto no Artigo X do presente Acordo;
- b) despesas comerciais e bancárias relativas a exportações e importações, tais como fretes de mercadorias transportadas sob a bandeira de um dos dois Países, comissões, prêmio de seguro e resseguro, juros comerciais e bancários e outras despesas referentes às transações,-
- c) despesas com reparos de navios de bandeira de um dos dois Países das Partes Contratantes, realizados no Brasil ou na Hungria;
- d) despesas com material de consumo de bordo, ressalvado que neste item não se incluirão os fornecimentos de combustíveis e lubrificantes, e
- e) outras operações que, em cada caso, forem previamente aprovados pelo Banco Central do Brasil e pelo Banco do Comércio Exterior da Hungria.

Parágrafo Segundo — A Conta estará livre de comissões e despesas.

Parágrafo Terceiro — As transações reguladas pelo presente Acordo serão faturadas em dólares dos Estados Unidos da América.

artigo XIII

A fim de facilitar o intercâmbio comercial entre os respectivos Países, as Partes Contratantes concederão, de modo recíproco, um crédito técnico cujo limite será fixado por mútuo acordo entre o Banco Central do Brasil e o Banco do Comércio Exterior da Hungria.

Sobre o saldo dessa Conta computar-se-ão juros calculados e lançados mensalmente e, se for o caso, na ocasião do encerramento da mesma. A fixação da taxa de juros será objeto de entendimentos entre os dois Bancos, nos termos do Artigo XIV do presente Acordo.

artigo XIV

Excedido o limite do crédito técnico rotativo recíproco, a Parte Contratante devedora esforçar-se-á por aumentar suas exportações, devendo a Parte Contratante credora, por seu lado, adotar as providências adequadas que estimulem a elevação de suas importações.

Parágrafo Primeiro — A fim de possibilitar o desenvolvimento do comércio, entretanto, os dois Bancos promoverão, a qualquer tempo, e por mútuo entendimento, operações que contribuam para a manutenção do equilíbrio das Contas em nível adequado à finalidade do presente Acordo, estejam ou não excedidos os limites do crédito técnico previsto no Artigo XIII.

Parágrafo Segundo — As providências mencionadas neste Artigo não prejudicam a faculdade do Banco cre-

dor de exigir do Banco devedor o pagamento, a qualquer tempo, do referido excesso, em moeda de livre conversibilidade, indicada pelo credor, exigência essa que o Banco devedor se obriga a cumprir de imediato.

artigo XV

No limite de suas atribuições, o Banco Central do Brasil e o Banco do Comércio Exterior da Hungria fixarão, tão logo tenham ambas as Partes Contratantes mutuamente se notificado do cumprimento das formalidades necessárias à vigência deste Acordo, as medidas técnicas adequadas para sua execução.

artigo XVI

As transferências de rendas consulares não serão feitas através da Conta, mas, a pedido de qualquer das Partes Contratantes, serão autorizadas em moedas de livre conversibilidade, de acordo com os regulamentos pertinentes.

artigo XVII

Ao entrar em vigor o presente Acordo, o saldo da Conta a que se refere o Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Económica, de 15 de maio de 1961, será transferido, na forma que for acordada, entre os dois Bancos para a Conta prevista no Artigo XII deste Acordo.

artigo XVIII

Expirado o presente Acordo, a Conta referida no Artigo XII permanecerá aberta, a fim de nela serem lançados os valores dos pagamentos resultantes de operações autorizadas pelas autoridades competentes de ambos os países durante a vigência do Acordo e não liquidadas.

Parágrafo Primeiro — Serão também lançados na Conta os valores dos pagamentos resultantes de novas transações autorizadas com o objetivo de liquidar o saldo remanescente.

Parágrafo Segundo — Ao fim de cada período de 180 dias, contados a partir da data em que expirar o prazo de validade do presente Acordo, o saldo remanescente na Conta, bem como os juros respectivos, serão liquidados imediatamente pelo Banco devedor, a pedido do Banco credor e em moeda de livre conversibilidade a ser acordada entre os dois Bancos.

artigo XIX

Os pagamentos decorrentes de contratos relativos aos fornecimentos de máquinas e equipamentos financiados a longo prazo, aprovados pelas autoridades competentes de ambos os Países, serão lançados na Conta referida no Artigo XII.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Artigo, compreender-se-ão como de longo prazo as operações de financiamento cujo prazo de pagamento se estenda por mais de 360 dias, contados a partir da data do embarque da mercadoria.

artigo XX

As autoridades competentes das Partes Contratantes reservam-se o direito de exigir, quando necessário, certificado de origem para as mercadorias importadas, emitido pelas autoridades competentes do país exportador.

artigo XXI

A expiração do presente Acordo não prejudicará:

- a) a validade das autorizações concedidas, durante sua vigência, pelas autoridades das duas Partes Contratantes,-
- b) a validade dos contratos comerciais e financeiros celebrados, e ainda não concretizados, durante sua vigência; e
- c) a plena aplicação de todos os seus dispositivos aos supracitados contratos, e, em particular, do disposto nos Artigos XVIII e XIX deste Instrumento.

artigo XXII

Com o propósito de promover as relações comerciais entre os dois Países e estimular a cooperação económica e o intercâmbio comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Hungria, as Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão Mista, constituída por representantes de ambos os Países e que, a pedido de uma das Partes, se reunirá alternadamente nas respectivas capitais pelo menos a cada dois anos.

artigo XXIII

Fica revogado o Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Económica assinado no dia 15 de maio de 1961. A revogação não prejudicará a validade dos contratos comerciais e financeiros celebrados durante sua vigência.

artigo XXIV

O presente Acordo será submetido à aprovação das autoridades competentes de cada uma das Partes Contratantes, de conformidade com as respectivas disposições legais.

As Partes Contratantes notificarão uma à outra o cumprimento das formalidades necessárias à vigência do Acordo, o qual entrará em vigor a partir da data da troca dessas notificações, por um período de 2 anos, prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de 1 ano, salvo denúncia, comunicada por via diplomática, com antecedência mínima de 180 dias do término de qualquer período.

artigo XXV

Feito em Brasília, aos 30 dias do mês de abril de 1979, em dois originais nas línguas portuguesa e húngara, sendo ambos igualmente autênticos.

convénio sobre transportes marítimos brasil-china

**Convénio sobre Transportes Marítimos
entre o Brasil e a República Popular da
China, assinado em Brasília, em 22
de maio de 1979, pelo Ministro de
Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo
Vice-Primeiro-Ministro chinês, Kang Shien.**

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Popular da China,

Inspirados no desejo de desenvolver as relações amistosas existentes entre os dois países,

Com o objetivo de incrementar suas relações econômicas e intensificar a cooperação no transporte marítimo, com base nos princípios da igualdade e do benefício mútuo,

Convêm no que se segue:

artigo I

1. Os navios mercantes de bandeira da República Federativa do Brasil e os navios mercantes de bandeira da República Popular da China poderão navegar entre os portos das Partes Contratantes que estejam abertos ao comércio exterior, bem como realizar os serviços de transporte marítimo de cargas e passageiros entre os dois países, de conformidade com as disposições do presente Convénio.

2. Com o consentimento das autoridades competentes de ambas as Partes Contratantes, os navios mercantes de terceiras bandeiras afretados por empresas de transporte marítimo de cada uma das Partes Contratantes, durante o tempo de duração do contrato de afretamento, poderão participar no transporte previsto no presente Convénio.

artigo II

Consideram-se, para efeito deste Convénio, os navios Mercantes mencionados no Artigo I, não estando incluídos:

- a) navios de guerra,-
- b) outros navios quando em serviço exclusivo das forças armadas;
- c) navios de pesquisa (hidrográficos, oceanográficos e científicos); e
- d) barcos de pesca.

artigo III

1. O transporte marítimo das mercadorias objeto do intercâmbio entre ambas as Partes Contratantes

se efetuará, preferencialmente, nos navios mercantes operados por empresas de transporte marítimo das Partes Contratantes.

2. Tal preferência se aplicará de modo que não resulte encarecimento nas tarifas de frete nem demora no transporte das cargas, com a finalidade de não afetar o intercâmbio comercial entre ambos os países.

artigo IV

1. Cada Parte Contratante concederá aos navios da outra Parte Contratante, em seus portos e águas territoriais, o tratamento da nação mais favorecida, no tocante ao acesso aos portos, à utilização dos portos para carga e descarga, ao embarque e desembarque de passageiros, ao pagamento de taxas, impostos portuários e outros, à utilização dos serviços relacionados com a navegação e às operações comerciais ordinárias dela decorrentes, sem prejuízo dos direitos soberanos de cada país de delimitar certas zonas por razões de segurança nacional.

2. As disposições relativas ao item 1 do presente Artigo não se aplicarão:

- a) aos portos não abertos a navios estrangeiros,-
- b) às atividades que, de acordo com a legislação de cada país, estejam reservadas às suas próprias empresas, companhias e a seus cidadãos, incluindo, em particular, o comércio marítimo de cabotagem, "salvatage", reboque e outros serviços portuários. Não se considerará cabotagem quando os navios mercantes da bandeira de uma Parte Contratante navegarem de um porto a outro porto da outra Parte Contratante para descarregar mercadorias ou desembarcar passageiros transportados pelos referidos navios desde o exterior, ou para carregar mercadorias ou embarcar passageiros com destino ao exterior;
- c) aos regulamentos de praticagem obrigatória para navios estrangeiros; e
- d) aos regulamentos referentes à admissão e estada de cidadãos estrangeiros no território das Partes Contratantes.

artigo V

1. A nacionalidade dos navios mercantes de bandeira de uma Parte Contratante será reconhecida pela outra Parte Contratante mediante a documentação que tenha sido devidamente emitida pelas autoridades competentes do país de sua bandeira e se encontre a bordo do navio.

2. Cada Parte Contratante reconhecerá, da mesma forma, todos os demais documentos do navio devidamente emitidos pelas autoridades competentes da outra Parte Contratante de conformidade com suas respectivas leis e regulamentos.

3. Os navios de cada Parte Contratante, providos de certificado de arqueação devidamente expedido, serão

dispensados de uma nova medição nos portos da outra Parte.

artigo VI

1. Cada Parte Contratante aceitará os documentos dos membros da tripulação dos navios mercantes de bandeira da outra Parte Contratante emitidos pelas autoridades competentes dessa Parte Contratante.

2. O documento emitido pela República Federativa do Brasil será a "Caderneta de Inscrição e Registro" e pela República Popular da China, "Caderneta de Marítimo".

3. No caso de qualquer das Partes Contratantes emitir novos documentos para substituírem os mencionados no item anterior, comunicará à outra Parte Contratante através das respectivas autoridades.

artigo VII

1. Os membros da tripulação portadores do documento de identidade do marítimo mencionado no Artigo VI estão autorizados a desembarcar nos portos da outra Parte Contratante e permanecer na cidade onde o porto estiver situado, durante a estadia do navio no referido porto. O desembarque e a permanência dos membros da tripulação na área urbana do porto da outra Parte Contratante e a volta a bordo do navio devem ser feitos de acordo com os regulamentos válidos no respectivo país.

2. O portador do documento de identidade do marítimo, mencionado no Artigo VI do presente Convênio, poderá, com visto das autoridades competentes da outra Parte Contratante, como passageiro de qualquer meio de transporte, locomover-se no território da outra Parte Contratante ou cruzá-lo em trânsito, para dirigir-se para bordo de seu navio ou para trocar de navio, para voltar a seu país ou por qualquer outro motivo reconhecido como justificado pelas autoridades competentes da outra Parte Contratante. O mencionado visto será expedido pelas autoridades competentes dentro de um prazo o mais breve possível, com validade determinada pelas referidas autoridades.

3. Se os membros da tripulação dos navios das Partes Contratantes precisarem receber assistência médica no território da outra Parte Contratante, as autoridades competentes da outra Parte Contratante darão permissão para que permaneçam o tempo necessário no seu território.

4. As Partes Contratantes outorgarão ao comandante e aos demais membros da tripulação do navio mercante da outra Parte Contratante as facilidades necessárias para que possam entrevistar-se com os representantes diplomáticos e funcionários consulares de seu país.

artigo VIII

1. Se um navio de uma das Partes Contratantes naufragar, encalhar, der à praia ou sofrer qualquer outra avaria na costa da outra Parte Contratante, o navio,

o comandante, a tripulação, os passageiros e a carga gozarão, no território desta última Parte, do mesmo socorro, da mesma proteção e assistência que esta Parte Contratante concede em situações semelhantes aos navios mercantes da nação mais favorecida. Nenhuma disposição do presente Artigo prejudicará qualquer reclamação de "salvatagem" com relação a qualquer ajuda ou assistência prestadas ao navio, seus passageiros, tripulação e carga.

2. A carga, o equipamento, materiais, provisões e outros pertences salvos de navio que tenha sofrido acidente, não estarão sujeitos à cobrança de direitos aduaneiros, impostos ou outros gravames de qualquer natureza que incidam sobre as importações, desde que não sejam destinados ao uso ou consumo no território da outra Parte Contratante.

3. O naufrágio, encalhe ou avaria mencionados no item 1 deste Artigo serão comunicados, o mais breve possível, à outra Parte Contratante.

artigo IX

As Partes Contratantes tomarão; nos limites de sua legislação e regulamentos portuários, todas as medidas necessárias para facilitar e incrementar os transportes marítimos, para impedir demoras desnecessárias dos navios e para acelerar e simplificar, tanto quanto possível, o atendimento de formalidades alfandegárias e outras em vigor nos portos.

artigo X

As autoridades marítimas competentes deverão intercambiar as mais amplas informações destinadas a alcançar a maior eficiência do transporte marítimo entre as Partes Contratantes.

artigo XI

1. Observado o princípio da reciprocidade, cada Parte Contratante compromete-se a isentar as empresas de navegação marítima da outra Parte Contratante do pagamento de impostos de qualquer natureza que incidam sobre as receitas auferidas no transporte de passageiros e mercadorias efetuado pelos navios mercantes operados pelas referidas empresas de navegação, inclusive os navios de terceiras bandeiras por elas afretados.

2. Quanto à isenção do pagamento de impostos previstos no item anterior, os navios de terceiras bandeiras afretados por empresas de transporte marítimo de uma das Partes Contratantes deverão portar os documentos correspondentes, expedidos pelas autoridades marítimas competentes.

artigo XII

1. Para efeito do presente Convênio, entende-se por autoridade marítima competente, na República Federativa do Brasil, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante-SUNAMAM, do Ministério dos Transportes, e na República Popular da China, o Ministério dos Transportes.

2. Se, por alteração da legislação de alguma das Partes Contratantes, for modificada a competência da autoridade marítima mencionada no item 1 deste Artigo, a nova autoridade será comunicada à outra Parte Contratante mediante nota diplomática.

artigo XIII

As Partes Contratantes se comprometem a facilitar, com base na reciprocidade, a fluente e rápida liquidação e transferência dos montantes resultantes do pagamento de frete às empresas de transporte marítimo das Partes Contratantes, autorizadas a participar do tráfego abrangido por este Convénio, de acordo com as disposições que regulam os pagamentos recíprocos entre ambas as Partes, em moeda conversível acordada entre elas.

artigo XIV

1. Ao finalizar o primeiro ano de vigência do presente Convénio, as Partes Contratantes se reunirão para trocar opiniões sobre sua aplicação.

2. A fim de promover a cooperação nos transportes marítimos entre as duas Partes Contratantes e resolver os eventuais problemas resultantes da aplicação do presente Convénio, as autoridades competentes das duas Partes Contratantes indicarão seus representantes para se reunirem em data e local mutuamente acordados.

artigo XV

1. Este Convénio entrará em vigor trinta (30) dias após a data da última notificação de uma das Partes Contratantes, comunicando o cumprimento de suas formalidades legais internas.

2. Se uma Parte Contratante desejar denunciar o presente Convénio, deverá notificar, por escrito, à outra Parte Contratante. O Convénio deixará de vigorar seis (6) meses após a data de tal notificação.

Feito em Brasília, aos 22 dias do mês de maio de 1979, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e chinesa, sendo ambos os textos igualmente válidos.

na despedida, embaixador japonês recebe a cruzeira do sul

**Do discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro
no Palácio Itamaraty de Brasília, em
19 de abril de 1979, por ocasião da
solenidade de condecoração, com a Ordem
do Cruzeiro do Sul, do Embaixador do
Japão, Kenzo Yoshida, que deixou suas
funções no Brasil:**

"Durante o tempo em que permaneceu entre nós. Vossa Excelência, além de impulsionar as relações oficiais entre nossos Governos, incentivou, sobremaneira, os contatos entre homens de empresas e representantes de entidades privadas de ambos os países. No período de sua gestão, foram numerosas as visitas trocadas entre Ministros de Estado, autoridades estaduais e parlamentares do Brasil e do Japão e constante o intercâmbio de empresários, banqueiros, cientistas e jornalistas.

Nesse contexto, desejo realçar, pelo seu significado para as relações nipo-brasileiras, a visita que o Presidente Ernesto Geisel realizou ao Japão, de 15 a 20 de setembro de 1976. Realizada em retribuição às visitas ao Brasil dos Primeiros-Ministros Kakuei Tanaka, em 1974, e Takeo Fukuda, em 1975, esse evento representou mais um passo significativo nos progressivos esforços de aproximação entre os dois países e abriu nova e auspiciosa etapa na cooperação bilateral. Com a visita presidencial, além da consolidação da parceria econômica, refletida no aumento da participação japonesa em grandes projetos de desenvolvimento no Brasil — alguns já em operação, outros em fase de implantação — alcançou-se uma intensificação do diálogo político entre ambos os países.

Ainda com relação à viagem presidencial ao seu país, importa, igualmente, mencionar a instalação solene e os trabalhos da I Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão, um mecanismo de consulta cuja criação reflete os resultados políticos da visita e que institucionalizou, em alto nível governamental, o exame periódico e sistemático das relações bilaterais.

Em 1978, celebramos o septuagésimo aniversário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil.

Para participar das comemorações, suas Altezas Imperiais do Japão, o Príncipe Herdeiro Akihito e a Princesa Michiko visitaram o Brasil, ocasião em que foram mais uma vez realçados os laços de profunda amizade entre os dois povos e ampla simpatia mútua.

Senhor Embaixador,

Longo e desnecessário seria, nesta ocasião, enumerar os vários projetos binacionais de grande vulto que, ora, estamos empenhados em implementar. Permito-me, entretanto, citar outros pontos relevantes das relações bilaterais em que se verificaram importantes progressos.

O comércio bilateral tem registrado crescimento firme e constante e já se situa ao redor da faixa dos 2 bilhões de dólares. Nos últimos anos, o Japão consolidou sua posição de terceiro parceiro comercial do Brasil.

Continuam, igualmente, a expandir-se os investimentos privados do Japão no Brasil, que, em dezembro de 1978, atingiam a cifra de 1 bilhão e 403 milhões de dólares, ou seja, 10,21% dos investimentos e reinvestimentos privados estrangeiros em nosso país.

Ainda no quadro das relações econômico-financeiras, cabe mencionar a crescente importância do mercado financeiro japonês para lançamento de títulos e bônus do Governo brasileiro e de empresas estatais do Brasil e para a obtenção de créditos e financiamentos.

Senhor Embaixador,

Vossa Excelência, que deverá assumir, em breve, novas e importantes funções, leva os nossos melhores votos por uma gestão frutuosa. Quanto ao exercício de suas funções em Brasília, é meu prazer dizer-lhe que, como testemunho do reconhecimento pelo seu eficiente trabalho em favor de maior aproximação entre o Brasil e o Japão, o Senhor Presidente da República houve por bem conferir-lhe, no seu mais alto grau, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, cujas insígnias tenho a honra de nesta hora lhe impor. Ao fazê-lo, formulo os melhores votos pelo seu êxito profissional e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e de sua família."

cruzeiro do sul para o embaixador de bangladesh

Do discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 9 de maio de 1979, por ocasião da solenidade de condecoração, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, do Embaixador de Bangladesh, Ali Kaiser Hasan Morshed, que deixou suas funções no Brasil:

"As relações amistosas, que unem o Brasil a Bangladesh desde 1972, ganharam significativo impulso no correr da estada de Vossa Excelência em nosso país, com o crescimento dos contatos bilaterais e a identificação de vários campos de cooperação. As conversações mantidas por missões brasileiras em Dacca e por missões de Bangladesh em nosso país, especialmente nos últimos anos, têm proporcionado aos nossos Governos uma visão das potencialidades existentes para a colaboração nos campos comercial e técnico cuja concretização abrirá novos horizontes para o aprofundamento do diálogo bilateral. Nesse sentido, os esforços realizados por Vossa Excelência certamente servirão de estímulo e inspiração para os que lhe sucederem na representação do Governo de Bangladesh no Brasil.

Em que pesem a distância geográfica e as diferenças históricas, o Brasil e Bangladesh, como países em de-

senvolvimento, têm muito em comum: **nossas** experiências de desenvolvimento nos **fazem convergir com** relação ao futuro da ordem **internacional**. **Ambos a** queremos justa e equitativa, **alicerçada na igualdade** soberana dos Estados. Desejamo-la, também, pacífica e fraterna, através de um diálogo horizontal entre **todos** os membros da comunidade internacional.

E, finalmente, esperamos que propicie a plena realização das aspirações humanas, através da cooperação entre os povos. Sobre esses fundamentos, estamos empenhados em que o relacionamento entre o Brasil e Bangladesh continue a desenvolver-se em benefício dos povos de nossos dois países.

Senhor Embaixador,

Vossa Excelência tem à frente nova e importante missão que lhe foi atribuída pelo Governo de seu país. O sentimento que nos traz sua partida é compensado pela certeza de que contaremos sempre em Vossa Excelência com um verdadeiro e dedicado amigo do Brasil. Assim, como testemunho do reconhecimento pelo seu eficiente trabalho em favor de uma maior aproximação entre o Brasil e Bangladesh, o Senhor Presidente da República houve por bem conferir-lhe, no seu mais alto grau, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, cujas insígnias tenho a honra de, nesta hora, lhe impor. Ao fazê-lo, formulo os melhores votos pelo seu êxito profissional e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Morshed."

a mensagem de cártér a figueiredo

Carta do Presidente dos Estados Unidos da América, Jimmy Cártér, ao Presidente João Figueiredo, datada de 7 de março de 1979; e a resposta do Presidente brasileiro, datada de 20 de março de 1979:

JIMMY CÁRTER

Caro Senhor Presidente,
Queira receber minhas mais calorosas congratulações por sua investidura como Presidente da República Federativa do Brasil.

A cooperação entre os dirigentes de grandes nações é imperativa para a construção da paz internacional e de cooperação económica duradoura. Estou confiante de que nos anos vindouros a amizade histórica entre o Brasil e os Estados Unidos servirá como inspiração para todas as nações. Espero poder trabalhar com Vossa Excelência com vistas a manter e fortalecer os laços estreitos que existem entre os povos brasileiros e americano.

Receba meus melhores votos para que Vossa Excelência tenha todo sucesso ao enfrentar os desafios de uma nação cuja importância e influência tornaram-se verdadeiramente globais em sua significação.

Apreciei nossa conversa e estou feliz de que o Vice-Presidente Mondale possa encontrar logo com Vossa Excelência e começar um diálogo que espero levará a fortalecimento de nossas relações.

Queira receber, Senhor Presidente, minha mais calorosa saudação.

Jimmy Cártér
Presidente dos Estados Unidos da América

JOÃO FIGUEIREDO

Caro Senhor Presidente,

Recebi com grande satisfação a calorosa mensagem de felicitações que, por ocasião de minha posse na Presidência da República, Vossa Excelência teve a gentileza de dirigir-me por intermédio da Senhora Joan Mondale.

Conforme manifestei em nossa conversa telefónica, considero perfeitamente compreensível que a viagem de Vossa Excelência ao Oriente Médio houvesse impossibilitado a presença do Vice-Presidente Mondale nas solenidades de posse.

Muito apreciei a iniciativa, que Vossa Excelência agora tomou, de enviar nos próximos dias o Vice-Presidente Mondale ao meu país. Será ele recebido com cordialidade e simpatia. Suas opiniões serão ouvidas por mim, pelo meu Vice-Presidente e outros membros do meu Governo com a atenção e respeito que merecem. De nossa parte, procuraremos retomar o diálogo iniciado na conversa breve, mas expressiva, que mantivemos com a Senhora Mondale.

Partilho amplamente dos sentimentos expressos por Vossa Excelência em sua mensagem e aqui confirmados por sua representante a respeito das excelentes oportunidades, que temos diante de nós, de ainda mais desenvolver e fortalecer as relações de amizade entre nossos dois países. Ao trabalharmos concretamente nesse sentido, estaremos, na minha opinião, respondendo aos anseios de nossos povos e às necessidades e desafios de nosso tempo.

Antes de concluir, desejo agradecer os votos pessoais a mim generosamente endereçados por Vossa Excelência.

Permita-me apresentar-lhe os protestos de minha mais alta consideração.

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

helmut schmidt agradece acolhida no brasil

**Mensagem do Chanceler Helmut Schmidt
ao Presidente João Figueiredo, transmitida
em 06 de abril de 1979, logo após
deixar o espaço aéreo brasileiro, e
divulgada pelo Palácio do Planalto em
09 de abril de 1979:**

A Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil.

Senhor Presidente,

Ao deixar o Brasil, gostaria de agradecer a amiga e generosa hospitalidade com que Vossa Excelência e seus assessores receberam a mim, à minha esposa e à minha delegação.

Encontrei em seu país uma atmosfera calorosa, de confiança mútua, extremamente útil e frutífera. Nossos encontros confirmaram a tradicional amizade entre nossos povos e ajudaram a identificar e fortalecer os muitos fatores de nossa intensa cooperação bilateral e internacional. Desejo, a Vossa Excelência, uma vez mais, sucesso no desempenho de suas responsabilidades de liderança, para o bem do povo brasileiro.

Helmut Schmidt

Chanceler Federal da República Federal da Alemanha

presidentes do brasil e da guiné trocam correspondência

**Carta do Presidente da República Popular
Revolucionária da Guiné, Ahmed Sékou
Toure, ao Presidente João Figueiredo, datada
de 19 de março de 1979; e a
carta-resposta do Presidente brasileiro,
datada de 25 de abril de 1979:**

PRESIDENTE DA GUINÉ

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Aproveitamos a oportunidade que nos oferecem as cerimônias de investidura de Vossa Excelência para exprimir nossos votos sinceros de êxito e bem-estar para Vossa Excelência pessoalmente e de prosperidade para o povo amigo brasileiro.

O Governo da República Popular Revolucionária da Guiné será representado nesta investidura por uma delegação composta de:

- Senhora Jeanne Martin Cissé, Membro do Bureau político do Partido-Estado da Guiné, Ministro de Assuntos Sociais, Chefe da Delegação,-

- Senhor Senaninon Behanzin, Secretário Permanente do Bureau Político, Ministro da Informação e da Ideologia, Membro,-

- Senhor Mamadou Bah, Ministro dos Correios e Telecomunicações, que temos a honra e o prazer de apresentar a Vossa Excelência.

Acompanhamos, com grande interesse, os imensos resultados que o povo brasileiro obteve em todos os campos, na construção de uma nação forte e próspera.

Nossas aspirações comuns de paz, de liberdade e de dignidade, os laços históricos seculares entre o povo do Brasil e os povos da África em geral, e os do golfo da Guiné, em particular, os laços geográficos entre a África e o Brasil, terras da zona intertropical que o Atlântico deve unir, laços fortificados pela vontade comum da Guiné e do Brasil de desenvolver no plano internacional relações sólidas não-somente Norte-Sul, mas igualmente Sul-Sul, estão na fonte da determinação do Partido-Estado da Guiné e de seu Governo a promover, entre a República Popular Revolucionária da Guiné e a República Federativa do Brasil, uma cooperação ampla, profunda e fecunda em todas as esferas da vida nacional.

A República Revolucionária da Guiné está pronta a ver iniciada esta cooperação desde logo.

Para materializá-la com solenidade, temos a honra e o grande prazer de convidar Vossa Excelência a efetuar uma visita oficial à Guiné, em data que esperamos seja o mais breve possível.

Nosso desejo profundo seria de ver Vossa Excelência participar da próxima celebração de nossa Festa Nacional, em 14 de maio de 1979, data do 32.º aniversário da criação do Partido Democrático da Guiné, partido do povo guineense.

Estamos convencidos que, apesar das múltiplas ocupações de Vossa Excelência, será de seu agrado receber a Delegação Governamental da Guiné e de manter com ela troca de pontos de vista.

Pedimos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, de dar fé e crédito a tudo o que lhe dirá, de nossa parte, nossa Delegação, sobretudo quando esta tiver a honra, como nós a incumbimos, de transmitir a Vossa Excelência pessoalmente e a todo o Povo brasileiro, a expressão de nossos sentimentos de amizade e da mais alta consideração.

Ahmed Sékou Touré

Presidente da República Popular Revolucionária da Guiné

PRESIDENTE DO BRASIL

A Sua Excelência o Senhor Ahmed Sékou Touré, Presidente da República Popular Revolucionária da Guiné

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar recebimento de sua carta de 9 de março último, pela qual Vossa Excelência teve a gentileza de designar expressiva delegação chefiada pelo Ministro dos Assuntos Sociais, Senhora Jeanne Martin Cissé, às cerimônias que marcaram minha posse na Presidência da República Federativa do Brasil.

Muito agradeço a Vossa Excelência as amáveis palavras com que se referiu a meu país e à minha posse.

A herança étnico-cultural que recebemos da África representa, Senhor Presidente, testemunho dos sólidos vínculos que ligam o Brasil ao Continente Africano. Essa identidade nos leva a conferir alta prioridade às relações com as nações africanas, com vistas a com elas desenvolvermos laços duradouros de amizade e de cooperação em todos os domínios de atividade.

Nesse contexto, ressalto a particular significação que Governo e povo brasileiro atribuem às relações com a República da Guiné e sinto-me feliz com o honroso convite para visitar seu país, que Vossa Excelência me fez transmitir por intermédio de seus representantes oficiais à minha posse, convite esse que recebo com prazer. Infelizmente, não me será possível participar das comemorações da Data Nacional da República da Guiné, no próximo dia 14 de maio, conforme sugerido por Vossa Excelência, em razão dos inúmeros afazeres decorrentes do início de minha gestão, mas é minha determinação fazer-me representar.

Aproveito a oportunidade. Senhor Presidente, para renovar os protestos da mais alta consideração com que me subscrevo,

De Vossa Excelência

João Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil

chanceler brasileiro envia mensagem ao conselho das nações unidas para a namíbia

Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, à Presidência do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, lida, em 8 de maio de 1979, pelo Embaixador Sérgio Correia da Costa, Chefe da Delegação do Brasil junto à ONU, por ocasião da cerimônia de abertura do Ano Internacional de Solidariedade com o Povo da Namíbia:

Senhora Presidente,

O Brasil associa-se ao Conselho da Namíbia e aos demais Estados Membros das Nações Unidas ao inaugurar-

se o Ano Internacional de Solidariedade com o Povo da Namíbia.

Reafirmamos, nesta ocasião, o firme apoio do Governo brasileiro às decisões das Nações Unidas sobre a Namíbia.

Reiteramos nosso apoio ao Conselho das Nações Unidas para a Namíbia como órgão responsável pelos destinos do Território até que este, de acordo com os parâmetros determinados pelo Conselho de Segurança, possa alcançar a sua plena independência.

A próxima sessão reconvocada da Assembleia Geral servirá para, mais uma vez, expressar inequivocamente o desejo da comunidade internacional de que as negociações sobre o futuro do território não venham a colocar em risco o direito inalienável da Namíbia à integridade territorial, autodeterminação e independência.

Obedecendo a estes critérios, o Brasil continuará a colaborar com os esforços do Conselho e do Secretário-Geral com vistas à plena implementação das Resoluções 385, 431 e 432 do Conselho de Segurança.

Queira aceitar. Senhora Presidente, os protestos de minha estima e consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores

figueiredo agradece felicitações do papa joão paulo II

Mensagem do Presidente João Figueiredo ao Papa João Paulo II, enviada em junho de 1979:

Agradeço os votos de felicidade que Vossa Santidade dirigiu a todos que se chamam João Batista, certo de que as bênçãos vindas do alto muito me ajudarão na tarefa de conduzir o povo brasileiro a um maior progresso econômico e social, segundo as suas mais legítimas tradições democráticas e cristãs. O apoio da Igreja e o estreitamento de seus laços com o Estado são indispensáveis a que se cumpram os propósitos de meu Governo no sentido de assegurar melhores condições de bem-estar à Nação brasileira. Cordiais saudações em Cristo,

João Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil

vice-ministro do comércio exterior da rda mantém contatos comerciais com firmas brasileiras

O Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã, Wilhelm Bastian, chegou a Brasília no dia 23 de abril, depois de manter contatos comerciais com várias firmas em São Paulo. No dia 24, em Brasília, manteve conversações com o Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Marcos Amorim, com o presidente da COLESTE (Coordenação do Comércio com o Leste Europeu), Embaixador João Paulo Paranhos do Rio-Branco, com o Coordenador do Memorandum de Entendimento sobre Pacote Comercial Brasil-RDA, Conselheiro Rubens Barbosa, e com o Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Ministro José Botafogo Gonçalves. Foi ainda homenageado com um almoço no Palácio Itamaraty de Brasília, oferecido pelo Embaixador João Paulo Paranhos do Rio-Branco e seguiu no mesmo dia para o Rio de Janeiro, onde, no dia seguinte, manteve contatos com a Interbrás.

De acordo com dados divulgados pelo Itamaraty, o intercâmbio comercial Brasil-RDA evoluiu de US\$ 65 milhões em 1974 para US\$ 151 milhões em 1977, embora em 1978 tenha apresentado um declínio de 29% (US\$ 107 milhões), queda que foi atribuída à redução das exportações brasileiras. Os principais produtos constantes da pauta de exportação brasileira para a RDA são café em grão, farelo de soja, minério de ferro, óleo de mamona, manteiga de cacau, tecidos de algodão, enquanto que as importações junto àquele país se concentram na compra de máquinas e aparelhos mecânicos, fertilizantes, instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia e médico-cirúrgicos.

a conferência da comissão mista de limites e caracterização da fronteira brasil-uruguai

Brasil e Uruguai realizaram, em Brasília, no mês de abril, a 41.^a Conferência da Comissão Mista de Limi-

tes e de Caracterização da Fronteira entre os dois países, que se reúne alternadamente em território brasileiro e uruguaio.

Da agenda da 41.^a Reunião, constaram os seguintes assuntos: atividades levadas a cabo pela Comissão Mista para cumprimento do Acordo relativo às obras de fixação da barra do Arroio Chuí; resultados da inspeção geral da fronteira efetuada de acordo com a resolução da 40.^o Conferência,- programação para os próximos trabalhos.

brasil acolheu refugiados vietnamitas

Um grupo de refugiados vietnamitas, resgatados em alto-mar pelo navio "José Bonifácio", da Petrobrás, a 30 de maio deste ano, será encaminhado ao Brasil, por razões humanitárias, conforme decisão do Governo federal. O grupo, composto de 15 homens, 4 mulheres e 7 crianças, foi recolhido a 290 milhas a noroeste do Vietnã e desembarcado posteriormente em Cingapura, onde aguarda, sob assistência daquele Governo e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o seu próximo embarque para o Brasil. Fato semelhante já ocorreu em 1978, quando o navio brasileiro "Jurupema", também da Petrobrás, resgatou em alto-mar 66 refugiados vietnamitas, dos quais 37 vieram para o Brasil e o restante para outros países.

a primeira reunião da comissão mista brasil-noruega

Vinte empresas norueguesas manifestaram seu interesse na formação de "joint-ventures" com grupos brasileiros por ocasião da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Noruega, realizada em Oslo, entre os dias 6 e 8 de junho deste ano. Os resultados dos trabalhos foram considerados positivos e verificou-se que o valor do intercâmbio comercial entre os dois países, que duplicou no período de 1973 a 1978, atingiu a cifra de 200 milhões de dólares FOB somente no ano passado.

A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador João Paulo do Rio-Branco, Chefe do Departamento da Europa do Ministério dos Relações Exteriores, enquanto que o senhor Per Olberg, Subsecretário do Ministério do Comércio e Navegação da Noruega, presidiu a delegação daquele país. Com grande consumo de café brasileiro, a Noruega também importa volume apreciável de minérios e tem aumentado suas compras de sucos de frutas, têxteis e calçados. Os principais produtos fornecidos ao Brasil são bacalhau, navios e equipamentos marítimos e metais não-ferrosos.

guiné-bissau busca cooperação técnica com o brasil

O Diretor-Geral de Cooperação Internacional da Guiné-Bissau órgão diretamente subordinado ao Primeiro-Ministro), Inácio Semedo, chegou ao Brasil no dia 8 de junho, pela manhã, tendo, à tarde do mesmo dia, visitado as instalações do SENAI e SENAC, no Rio de Janeiro. No dia 10, embarcou para Brasília, onde, no dia seguinte, teve entrevista com os Chefes dos Departamentos Cultural e Tecnológico, Guy Brandão, e da Ásia, África e Oceania, Marcos Azambuja, do Ministério das Relações Exteriores. Teve contatos na área da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e foi homenageado no Itamaraty com um almoço oferecido pelo Chefe do Departamento Cultural e Tecnológico.

No dia 12, Inácio Semedo visitou a Coordenadoria Internacional do Ministério da Agricultura (CINGRA), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), a Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e, à noite, viajou para São Paulo, onde, no dia 13, visitou a Universidade de São

Paulo, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) e a Unicamp, em Campinas. No dia 14, embarcou para o Rio de Janeiro, mantendo contatos com a CACEX.

Segundo nota do Itamaraty à imprensa, o representante do Governo guineense veio ao Brasil para tratar do andamento do Programa de cooperação técnica Brasil-Guiné-Bissau, "que está sendo implantado por etapas". Os principais pontos desse programa de cooperação, no momento, são: **montagem de um laboratório de fitopatologia em Bissau para estudo do crescimento das plantas, pragas e doenças; 12 técnicos guineenses estão fazendo no Brasil cursos especiais no setor da pesca, que abrangem a industrialização pesqueira (a pesca na Guiné-Bissau, embora seja artesanal, é importantíssima para o comércio exterior daquele país).** Também estão no Brasil: 40 técnicos para estágio em diversos setores (agricultura, sementes e fitopatologia, além da pesca); 40 professores secundaristas, e técnicos de diversas especializações estão concluindo estudos sobre conservação de alimentos, administração municipal, hotelaria e mecânica. Há também dois bolsistas da Guiné-Bissau no Instituto Rio-Branco e, com frequência, têm vindo ao Brasil estudantes de Bissau para cursos no SENAI, no SENAC e em outros órgãos dessa área.

dia internacional para a eliminação da discriminação racial

Presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, realizou-se, no dia 21 de março de 1979, no Auditório do Itamaraty, sessão solene em comemoração ao Dia Internacional Para a Eliminação da Discriminação Racial. Na ocasião o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antônio Neder, proferiu discurso alusivo à data.

índice

a posse do presidente joão figueiredo

discurso do presidente joão figueiredo ao receber, do presidente ernesto geisel, o cargo de presidente da república

3

saraiva guerreiro anuncia as metas do itamaraty

discurso do chanceler ramiro saraiva guerreiro ao receber, do embaixador antonio azeredo da silveira, o cargo de ministro de estado das relações exteriores

7

joão clemente baena soares assume a secretaria-geral das relações exteriores

discurso do embaixador João clemente baena soares ao receber, do embaixador dário moreira de castro alves, o cargo de secretário-geral das relações exteriores

11

viagem do chanceler heimut schmidt ao brasil

discursos do presidente joão figueiredo e do chanceler da república federal da alemanha, heimut schmidt, por ocasião de banquete oferecido ao representante alemão

13

visita de heimut schmidt cria oportunidade para intensificar a cooperação brasil-rfa

discurso do presidente figueiredo por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo chanceler heimut schmidt

18

figueiredo a heimut schmidt: amplos campos abertos à cooperação entre brasil e rfa

discursos do presidente joão figueiredo e do chanceler da rfa por ocasião da solenidade de assinatura de atos entre o brasil e a rfa

19

chanceler alemão em são paulo fala sobre as perspectivas das relações teuto-brasileiras

discurso do chanceler heimut schmidt no clube transatlântico de são paulo, por ocasião da reunião da câmara de comércio e indústria brasil-alemanha, e discurso do presidente da federação e centro do comércio do estado de são paulo, josé papa júnior

20

heimut schmidt: o brasil é uma nação emergente e cada vez mais importante

discursos do governador paulo maluf e de heimut schmidt, por ocasião de almoço no palácio dos bandeirantes

26

heimut schmidt visita indústria de máquinas em são paulo

discurso do sócio-gerente da traubomatic, karlheinz méister, e do chanceler heimut schmidt, por ocasião da visita àquela indústria, em são paulo

29

as declarações de helmut schmidt ao partir do brasil	
declaração do chanceler da rfa, em salvador, momentos antes de embarcar para lima	31
comunicado conjunto brasil-república federal da alemã nha	
comunicado conjunto brasil-rfa, divulgado pelo itamaraty ao final da visita de helmut schmidt	32
aureliano chaves a mondale: novos passos nas relações brasil-eua	
discursos dos vice-presidentes do brasil, aureliano chaves, e dos estados unidos, walter mondale, por ocasião do almoço oferecido ao chefe da missão oficial do governo norte-americano ao brasil	35
vice-presidente do iraque visita Brasília	
discursos dos vice-presidentes do brasil, aureliano chaves, e do iraque, taha muhyddin ma'rouf, por ocasião do jantar oferecido ao representante do governo iraquiano	39
comunicado conjunto brasileiro-iraquiano	
comunicado conjunto brasil-iraque, divulgado pelo itamaraty ao final da visita de taha ma'rouf	42
delegação angolana abre nova fase nas relações Brasília-Luanda	
discursos do chanceler saraiva guerreiro e do ministro do comércio exterior de angola, roberto victor francisco de almeida, por ocasião de almoço oferecido à delegação angolana que visitou o brasil	45
no dia do diplomata, chanceler analisa as relações internacionais	
discurso do chanceler saraiva guerreiro na solenidade comemorativa do dia do diplomata	47
o sexto aniversário da itaipu-binacional	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, saraiva guerreiro, e do diretor-geral adjunto da itaipu binacional, enzo debernardi, por ocasião do almoço oferecido aos membros da diretoria executiva e do conselho de administração daquela empresa brasileiro-paraguaia, no sexto aniversário de conclusão do tratado de itaipu	51
ministro dos negócios estrangeiros da Itália no brasil	
discursos do chanceler saraiva guerreiro e do ministro dos negócios estrangeiros da Itália, arnaldo forlani, por ocasião do jantar oferecido ao representante italiano	53
comunicado conjunto brasil-Itália	
comunicado conjunto brasil-Itália, divulgado pelo palácio itamaraty de Brasília ao final da visita de arnaldo forlani	56
brasil e hungria assinam acordo de comércio e pagamentos	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, por ocasião da assinatura do acordo de comércio e pagamentos com a hungria,- e resumo do discurso pronunciado na mesma solenidade pelo vice-ministro de comércio exterior daquele país, bela szalai	59
a visita do ministro dos petróleo de angola, jorge morais	
discurso do chanceler saraiva guerreiro por ocasião do almoço oferecido ao ministro dos petróleo de angola, jorge morais	61
no brasil, o ministro das minas e energia da Nigéria	
discursos do chanceler saraiva guerreiro e do ministro das minas e energia da Nigéria, justin tseayo, por ocasião da recepção oferecida ao representante do governo nigeriano	63
o brasil na quinta reunião da unctad, em manila	
discurso do embaixador george alvares maciel, chefe da delegação brasileira à quinta reunião da unctad, em manila, filipinas	67

itamaraty explica andamento do tratado amazônico à comissão de relações exteriores da câmara	
palestra do chefe da divisão da américa meridional-2, do ministério das relações exteriores, rubens ricúpero, na comissão de relações exteriores da câmara dos deputados	71
chanceler homenageia comissão de relações exteriores do congresso nacional	
discursos do chanceler saraiva guerreiro e do presidente do senado federal, lufs viana filho, por ocasião de almoço oferecido aos deputados e senadores membros da comissão de relações exteriores do senado federal e da câmara dos deputados	79
em Brasília, o vice-primeiro-ministro da república popular da china	
discursos do chanceler saraiva guerreiro e do vice-primeiro-ministro da república popular da china, kang shien, por ocasião do banquete oferecido ao representante do governo chinês	81
a chegada de kang shien a Brasília	
saudação do vice-primeiro-ministro da china, kang shien, ao chegar a Brasília	84
comunicado de imprensa Brasil-China	
comunicado do itamaraty à imprensa, divulgado ao final da visita de kang shien ao Brasil	85
a segunda reunião da comissão mista Brasil-Coveite	
ata da segunda reunião da comissão mista Brasil-Coveite, divulgada pelo palácio Itamaraty de Brasília	87
Brasília é sede da reunião da junta de governadores do Brasilinvest	
discursos do chanceler saraiva guerreiro e do empresário Mário Garnero, por ocasião do almoço oferecido aos membros da junta de governadores do Brasilinvest	91
Saraiva Guerreiro na primeira sessão plenária do Fórum das Américas	
discurso do chanceler saraiva guerreiro por ocasião da abertura da primeira sessão plenária do fórum das Américas, no parque Anhembi de São Paulo	95
Arábia Saudita busca a cooperação do Brasil no setor agrícola	
discurso do chanceler saraiva guerreiro por ocasião do jantar oferecido ao ministro da agricultura e recursos hídricos da Arábia Saudita, Abdul Rahman Aziz Al-Ssheik	99
a posição do Brasil na reunião de consulta de chanceleres da OEA sobre a Nicarágua	
pronunciamento do delegado do Brasil na XVII reunião de consulta de chanceleres da OEA, embaixador Alarico Silveira Júnior, logo após a aprovação da resolução sobre a Nicarágua	101
ministro do comércio exterior e navegação da Polónia visita Brasília	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, saraiva guerreiro, por ocasião da assinatura do protocolo Brasil-Polónia, em solenidade que contou com a presença do ministro polonês do comércio exterior e navegação, Jerzy Olszewski	103
os entendimentos de Jerzy Olszewski em Brasília	
nota do Itamaraty à imprensa, a propósito dos entendimentos mantidos em Brasília pelo ministro do comércio exterior e navegação da Polónia, Jerzy Olszewski	104
relações diplomáticas	
entrega de credenciais	105

tratados, acordos, convênios

os acordos entre o brasil e a república federal da alemanha	
acordo sobre transporte marítimo	107
protocolo adicional ao acordo sobre transporte marítimo	109
protocolo sobre cooperação financeira para projeto de irrigação	111
protocolo sobre cooperação financeira para programa da chesf	111
 sete ajustes complementares entre o brasil e a rfa	
ajuste ao protocolo sobre cooperação financeira de 26 milhões de marcos alemães	113
ajuste ao protocolo sobre cooperação financeira de 24 milhões de marcos alemães	113
ajuste sobre projeto "implantação das regiões metropolitanas/cnpu"	114
ajuste sobre tecnologia de alimentos	116
ajuste sobre hidrologia aplicada e aproveitamento de recursos hídricos	117
ajuste complementar ao projeto "cooperação científica com o instituto central de química da universidade federal de santa maria"	118
ajuste sobre a promoção da economia de pastos no estado de santa catarina	119
 o acordo de comércio e pagamentos brasil-hungria	
acordo de comércio e pagamentos entre o brasil e a hungria, assinado pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo vice-ministro húngaro de comércio exterior, bela szalai	121
 convénio sobre transportes marítimos brasil-china	
convénio entre o brasil e a república popular da china sobre transportes marítimos, assinado pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo vice-primeiro-ministro, nê, kang shien	125
 excertos e ênfases	
na despedida, embaixador japonês recebe a cruzeiro do sul	129
cruzeiro do sul para o embaixador de bangladesh	130
 mensagens	
a mensagem de caráter a figueiredo	131
helmut schmidt agradece acolhida no brasil	132
presidente do brasil e da guiné trocam correspondência	132
chanceler brasileiro envia mensagem ao conselho das nações unidas para a namíbia	133
figueiredo agradece felicitações do papa joão paulo II	133
 notícias	
vice-ministro do comércio exterior da rda mantém contatos comerciais com firmas brasileiras	135
a conferência da comissão mista de limites e caracterização da fronteira brasil-uruguai	135
brasil acolheu refugiados vietnamitas	135
a primeira reunião da comissão mista brasil-noruega	135
guiné-bissau busca cooperação técnica com o brasil	136
dia internacional para a eliminação da discriminação racial	136



